



Carolina Olim Nunes Os Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa: formação, emprego e perspectivas futuras

Dissertação/Trabalho de Projeto/Relatório de Estágio submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Gestão Estratégica de Recursos Humanos**

Júri

Presidente (Prof.^a Dr.^a, Maria Odete Pereira, ESCE. IPS)

Orientador (Prof. Dr. António José Almeida, ESCE.IPS)

Vogal Arguente (Prof.^a Dr.^a Maria Amélia Marques, ESCE.IPS)

Dezembro de 2017

- “A arte é longa, a vida breve, a experiência enganadora, o juízo difícil e a oportunidade fugidia”.

- *Hipócrates*

Agradecimentos

Ao meu orientador Professor Doutor António Almeida, agradeço o apoio e incentivo que me prestou. Pela forma como orientou este trabalho, pela paciência e compreensão, pelas experiências e conhecimentos que partilhou, pelas críticas e pela disponibilidade que sempre me concedeu.

Aos profissionais e aos membros das Associações que colaboraram neste estudo. De forma generosa disponibilizaram-me o seu tempo para partilhar comigo algumas das suas experiências profissionais. Para eles o meu profundo agradecimento.

À minha família, principalmente a minha mãe, agradeço-lhe a paciência e a força que sempre me deu para concluir este trabalho.

Em especial, agradeço à Ângela Serafim, mais que uma colega uma conselheira que me acompanhou sempre neste percurso e que foi o meu apoio em quase todo o processo de elaboração da dissertação. O companheirismo constante, o encorajamento incondicional e as longas conversas foram fundamentais para mim. Sem a tua ajuda não teria chegado até aqui. Muito obrigada!

Finalmente, a todos aqueles que direta ou indiretamente me ajudaram a prosseguir e que forneceram informações imprescindíveis para a realização desta dissertação.

Obrigada!

Resumo

A temática das profissões gera debates em qualquer parte do mundo, e com eles nascem conceitos e significados muito diferenciados e, do ponto de vista sociológico, o que se sabe acerca dessas profissões é insuficiente para que haja um sistema rigoroso e aplicável a todos os grupos profissionais de qualquer atividade. A presente investigação visa contribuir para uma melhor compreensão das representações sociais dos intérpretes de língua gestual sobre a sua formação, condições de inserção no mercado de trabalho e desafios diários que encontram no exercício da profissão.

Para o efeito, recorreu-se à metodologia qualitativa e, como técnica de pesquisa, à entrevista semiestruturada e à análise documental para recolher informação junto dos profissionais da área o que decorreu entre Março a Maio. A nossa amostra de conveniência é constituída por doze profissionais sendo que três conjugam a atividade de intérprete e de tradutor paralelamente ao exercício de atividades no movimento associativo. No tratamento dos dados obtidos seguimos as etapas recomendadas para a análise de conteúdo em que algumas dimensões de análise foram definidas *a priori* e outras surgiram a partir da análise do discurso dos entrevistados.

Os resultados deste estudo evidenciaram que a atividade profissional tem vindo, ao longo do tempo, a sofrer alterações quer na sua definição quer no seu reconhecimento, resultado de um processo que agrega múltiplas influências que interagem de forma distinta.

Palavras-chave: Sociologia das Profissões; Gestão de Recursos Humanos; Emprego; Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa.

Abstract

The topic of professions raises debates everywhere in the world, and with them concepts and meanings really differentiated are born but, from the sociological point of view, what is known about them is insufficient to allow the existence of a rigorous and applicable system to all professional groups or for any activity. This research aims to contribute to a better understanding of the social representations of the sign language interpreters on the functions incumbent upon it, places where they work, labour market transition and the daily challenges they encounter in the exercise of their own profession.

For this purpose, we used the qualitative methodology and, as a research technique, the semi-structured interview and the documentary analysis to collect information from the professionals on the area between March and May. Our sample for convenience consists of twelve professionals, three of whom combine the activity of interpreter and translator in parallel with the associative movement. In the treatment of the data obtained, we followed recommended steps for the content analysis from which some dimensions of analysis were defined a priori and others appeared in the course of the content analysis of the discourses.

The results of this study showed that professional activity has been changing over time, both in its definition and in recognition as a profession resulting from a process that aggregates multiple influences that interact in a different way. Two of these predominance are constituted by the almost uniform access of the professionals and by the relevant contribution made by the associations, thus assuming a dynamic role for the recognition of the activity.

Key-words: Sociology of Professions; Human Resources Management; Employment Portuguese Sign Language Interpreter.

Lista de abreviaturas

Sigla	Designação
AILGP	Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa
APS	Associação Portuguesa de Surdos
CODA	<i>Children of Deaf Adults</i> , filhos/as de pais surdos
ILGP	Intérprete de Língua Gestual Portuguesa
TILGP	Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa
ESE	Escola Superior de Educação
EREBAS	Escola de Referência para a Educação Bilingue para alunos Surdos (as)
SNRIPD	Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência
ASL	American Sign Language
LSF	Langue des Signes Française
FPAS	Federação Portuguesa de Associações de surdos

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA PROBLEMÁTICA DAS PROFISSÕES	3
1.1 Abordagens teóricas da Sociologia das Profissões	3
1.1.1 Abordagem Funcionalista	3
1.1.2 Interacionismo simbólico	6
1.1.3 Teorias Neoweberianas	9
1.2 Estratégias de Profissionalização	12
1.3 Identidades Profissionais	15
1.4 Evolução Histórica da Profissão de Intérprete de Língua Gestual	18
1.4.1 Perfil e funções do Intérprete	22
1.4.2 Desafios inerentes à profissão	24
2. OBJETIVOS DO ESTUDO E OPÇÕES METODOLÓGICAS	27
2.1 Objetivos do estudo	27
2.2 Opções metodológicas	27
2.4. Caracterização sociográfica dos participantes	30
2.5 Técnicas de tratamento de dados	31
3. ESTUDO EMPÍRICO	33
3.1. Enquadramento legal da profissão em Portugal	33
3.2 Aprendizagem da profissão e oferta formativa de nível superior	35
3.3 Motivações para a escolha da profissão de intérprete de língua gestual	40
3.4 Formas de acesso ao emprego	41
3.5 O papel do associativismo profissional na promoção da coesão de grupo	49
3.6 Perspectivas dos profissionais sobre o futuro da profissão	51
CONCLUSÃO	54
BIBLIOGRAFIA	57
APÊNDICES	61

Índice de Quadros

Quadro 1 - Dados Sociográficos dos Entrevistados	30
--	----

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as investigações sobre a surdez surgem dada a necessidade de questionar o trabalho de profissionais ligados diretamente às áreas de tradução e de interpretação, nomeadamente os Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (ILGP), que assumem atualmente funções e papéis essenciais na sociedade. Parece ser consensual que a análise sociológica das profissões apresenta-se como um instrumento importante para compreender o seu funcionamento e o impacto causado na sociedade.

O interesse em ver esclarecidas questões relacionadas com a formação e as funções associadas ao grupo profissional dos ILGP leva este estudo à procura de respostas que, baseado em diversos autores, investiga as várias perspetivas teóricas para sustentar a presente investigação. Concretamente, questões relacionadas com o grupo profissional que pretendem ser e, sobretudo, identificar pontos de convergência e de divergência entre profissionais e associações representativas do respetivo campo com o objetivo de melhorar a visibilidade da profissão.

A análise da relevância da atuação do Intérprete de Língua Gestual Portuguesa é um desafio pela importância que tem uma profissão que consegue ser tão antiga mas que ainda assim consegue ser tão recente aos olhos da sociedade. Neste sentido, é inevitável que se formulem algumas questões fundamentais tais como: O que é um intérprete de Língua Gestual Portuguesa? Que papel desempenha na sociedade? Em que contextos poderemos ver um intérprete? Que desafios estão associados à profissão? E que perspectivas possuem os profissionais sobre a profissão?

Para isso, é necessário aprofundar as questões que envolvem o exercício da profissão de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa em diferentes contextos tais como: o contexto educativo mais concretamente nas escolas, em *call-center*, em televisão e em tribunais. Daí que com a realização deste estudo queiramos ir mais além no conhecimento que temos e que existe sobre o tema e, para tal, necessitamos conhecer a sua vida profissional – o papel da formação inicial e contínua, o acesso à profissão e a sua progressão na carreira, os requisitos de acesso e a representação social que têm de si e da sua profissão.

Do ponto de vista metodológico, para a concretização das questões e objetivos enunciados, recorreremos a uma abordagem qualitativa em que a entrevista e a análise documental se constituíram nas técnicas de recolha de dados privilegiadas. Ao nível de tratamento de dados recorreremos à análise de conteúdo categorial.

No que respeita à estrutura deste relatório, este é constituído por três partes: enquadramento teórico, objetivos e metodologia do estudo e, por fim, apresentação e discussão dos resultados. Estas três partes encontram-se subdivididas em vários pontos de modo a permitir uma leitura mais fácil.

Na primeira parte – enquadramento teórico – abordamos a problemática da Sociologia das Profissões, em que apresentamos as diferentes abordagens teóricas sobre a temática.

Discutimos as estratégias de profissionalização que pretendem clarificar conceitos tais como a definição do que é um profissão e o que a leva à profissionalização. Refletimos também sobre as identidades profissionais, mostrando as várias perspectivas teóricas sobre o tema e discutimos ainda a evolução da profissão em Portugal.

Na segunda parte – objetivos e metodologia adotada – identificamos os objetivos que orientaram a realização deste trabalho e a sua fundamentação metodológica. Os objetivos que nortearam este estudo focam-se essencialmente nas condições da profissão e passa por caracterizar a formação existente, quer a inicial quer a contínua, para uma melhor perceção da influência que causará na futura carreira. As motivações para a escolha da profissão e as formas de acesso ao emprego constituem objetivos fundamentais para compreender a realidade dos intérpretes de Língua Gestual Portuguesa. Por último, é abordado o papel do associativismo profissional e o impacto que causa na coesão do grupo, bem como as perspetivas dos profissionais sobre o futuro da profissão interligando os discursos dos profissionais com os discursos dos membros das associações. São ainda, neste capítulo, explicitados os pressupostos da metodologia qualitativa e discutidas as técnicas de recolha de dados e de tratamento dos dados utilizadas.

A apresentação e discussão dos dados obtidos através da realização de entrevistas e da recolha documental constituem a terceira parte deste trabalho em que procuramos responder aos objetivos enunciados anteriormente tendo em vista uma melhor compreensão do que é e como se vê o grupo profissional dos Interpretes de Língua Gestual Portuguesa em Portugal.

1. Enquadramento teórico da problemática das profissões

1.1 Abordagens teóricas da Sociologia das Profissões

A Sociologia das Profissões sofreu uma evolução significativa desde a sua emergência, e apresenta-se como um instrumento importante para a compreensão das profissões. Ao longo dos tempos vários modelos explicativos foram criados com o intuito de ajudar a compreender o fenómeno das profissões, sendo a análise das profissões objeto de várias correntes teóricas na área da Sociologia.

As correntes sociológicas mais recentes sobre a problemática das profissões, procuram superar algumas das debilidades do primeiro período histórico, onde o contexto temporal e cultural foi algo que não foi tido em conta. Assim, num primeiro ponto deste trabalho de investigação, pretende-se salientar as diferentes abordagens teóricas, na sua vertente positiva e negativa, com o objetivo de, posteriormente, auxiliar na análise da temática central.

Num contexto espaço-temporal da história da Sociologia das Profissões, são apontados dois grandes períodos históricos que marcam o seu desenvolvimento, sendo que o primeiro está marcado pelas abordagens funcionalistas e interaccionistas, que são consideradas as etapas iniciais de construção teórica e de desenvolvimento empírico, surgindo depois da década de 70 do século passado uma segunda fase com a emergência de uma diversidade de abordagens teóricas, em que algumas procuraram integrar vários contributos de abordagens anteriores (Braga e Silva, 2015).

1.1.1 Abordagem Funcionalista

O início a Sociologia das Profissões foi profundamente baseado nas abordagens funcionalistas e interaccionistas, sendo consideradas etapas iniciais da construção teórica e de desenvolvimento empírico desta disciplina. Foi no mundo anglo-saxónico que alguns autores se dedicaram a encontrar características ou traços definidores que constituiriam um modelo “perfeito”/ideal de profissão. Neste contexto, as profissões passam a ser classificadas com o intuito de verificar em que medida cada uma delas se aproxima ou se afasta do tipo idealmente definido. De uma forma geral, as abordagens que seguiram essa orientação representam a chamada teoria funcionalista das profissões, cuja ênfase está na ideia da “profissão como modelo” (Rodrigues, 2012).

Segundo Rodrigues (2012:14), a base da sociologia das profissões anglo-saxónica assenta na seguinte questão: “o que são profissões, que atributos ou traços distinguem as profissões das restantes ocupações?”. Os autores funcionalistas procuraram definir os atributos específicos das profissões, que não eram observáveis nas ocupações comuns, e lhes conferem um lugar distintivo na sociedade, apresentando ainda a defesa do profissionalismo como essencial para o funcionamento das sociedades capitalistas (Gonçalves, 2007). Partindo de uma análise histórica dos diferentes grupos que, em Inglaterra, podiam ser considerados uma profissão, os autores elaboraram uma tipologia dos requisitos necessários para a existência de uma “verdadeira” profissão (Rodrigues, 2012):

- i) Uma especialização de serviços, permitindo a crescente satisfação de uma clientela;
- ii) A criação de associações profissionais obtendo para os seus membros proteção exclusiva;
- iii) O estabelecimento de uma formação específica fundada sobre um corpo sistemático de teorias, permitindo o desenvolvimento de uma cultura profissional.

Como refere Rodrigues (2012), de 1933 até ao final da década de 1960 surgem vários autores que ganharam destaque tais como Parsons, Durkheim, Merton e Goode, cujos trabalhos figuravam no paradigma funcionalista americano.

É com Parsons, em 1968, que é criado um modelo das profissões, o qual estava dirigido para a identificação de um “conjunto de normas e valores culturais” (Rodrigues, 2012:68) que permitiam distinguir as profissões das demais ocupações. A abordagem Parsoniana, de uma forma geral, caracteriza-se por ser uma corrente cuja preocupação era a de distinguir a profissão como sendo uma atividade baseada na existência de um conjunto de traços, ideal-tipo, nos quais assenta a perspetiva de que aos profissionais são concedidos poderes de autonomia, prestígio e diplomas ou licenças que permitiam o exercício da sua atividade com proteção e exclusividade, o que tinha como consequência a “procura constante de elevação dos níveis de conhecimento, formação, bem como a capacidade de controlo interno da atividade profissional dos seus membros” (Rodrigues, 2012:8).

No quadro desta perspetiva, Almeida (2010:118) considera que o papel do profissional é estabelecido a partir da articulação de três dimensões:

- i) Existência de uma dupla competência, pela articulação do saber prático fundado na experiência ou na ciência aplicada com o saber teórico adquirido durante uma formação longa e sancionada;
- ii) Existência de uma competência especializada, fundada numa especialização técnica que limita a competência do profissional a um domínio legítimo da sua atividade;
- iii) Existência de um desinteresse ou desprendimento, pela articulação da norma da neutralidade afetiva com o valor da orientação para os outros.

Outro pilar importante desta abordagem, são as associações profissionais que, segundo Rodrigues (2012), têm um papel fundamental na regulação das práticas e das condições do exercício profissional, sendo-lhes atribuídas funções como:

- a definição das tarefas ou do conteúdo profissional;
- a definição dos requisitos de formação;
- a promoção dos valores de orientação para o serviço e interesse público;
- a manutenção e reforço da autonomia e poder profissional;
- o controlo do acesso através do sistema de credenciação e certificação;
- a gestão de conflitos internos e externos;
- a definição do código de ética e de disciplina.

Segundo Rodrigues (2012:69), Goode é um dos mais importantes discípulos de Parsons que vê as profissões no sentido de – *community within a community* - “comunidades internamente estruturadas cujos membros partilham uma mesma identidade, valores, objetivos, experiência e constrangimentos” e acrescenta ainda que a “sociedade concede às profissões autonomia em troca da capacidade de controlo; recompensas e prestígio em troca de competências; monopólio através de licenças em troca das melhores prestações ou serviços”. A atribuição de poder a estas comunidades leva a que elas exerçam o controlo sobre si e sobre os seus membros, garantindo o domínio sobre a seleção e admissão dos novos membros bem como sobre a formação que é requerida, sendo que para alcançar o estatuto de profissão são necessários elevados níveis de conhecimento e dedicação, aos quais nem todas as ocupações conseguem aceder.

Goode, na opinião de Rodrigues (2002), dá o seu maior contributo ao fazer a distinção dos traços ou atributos das “verdadeiras” profissões entre traços centrais e derivados e a identificação das interdependências sociais e relacionais entre eles. Segundo o autor, o conhecimento técnico estaria na base da prática profissional e a existência de um código de ética seriam os traços centrais. Por outro lado, a prática educacional, a socialização profissional alargada, o controlo restrito sobre as licenças, o poder e o prestígio elevado, a ausência de mecanismos de controlo externo ao grupo profissional e a atribuição, através da prática da atividade profissional e de um estatuto para a vida, agrupar-se-iam nos traços derivados. Estes elementos essenciais seriam o resultado de processos de negociação social alargados e continuados, reconhecidos pelo bom senso e que seriam comuns às profissões estabelecidas, fazendo crer que possuíam conhecimento suficiente e um ideal de serviço obtendo como compensação autonomia e prestígio (Rodrigues, 2002).

Goode introduz ainda a noção de *continuum*, visto que para o autor as ocupações que aspiram ao estatuto de profissão não alcançam a sua plenitude na maioria das sub-dimensões que compõem os traços essenciais das “verdadeiras” profissões, considerando que esta é uma questão de grau podendo ser classificadas do pólo “não profissão” indo até ao pólo de “profissão” (Rodrigues, 2002). É com este conjunto de características que se definem as “obrigações e direitos dos profissionais entre si e na interação com os clientes ou outras instituições” (Rodrigues, 2002:11).

Para além de Goode, também Merton (1982, cit in Rodrigues, 2012) dá um importante contributo à teoria funcionalista, no entanto não ultrapassou o essencial desse modelo explicativo. Este autor introduz apenas novos conceitos para analisar a ambivalência presente nesta abordagem e, portanto, põe em evidência a diferenciação entre funções latentes (reprodução do grupo) ou seja, transformam-se em organizações fechadas cuja principal preocupação é a sua própria reprodução enquanto as funções manifestas são uma realização de um ideal de serviço e do altruísmo das organizações profissionais. “Vários mecanismos como a burocratização das carreiras, a institucionalização dos diplomas, a multiplicação das regras, normas estatutárias, privilégios, etc.,” (Rodrigues, 2012:71) são as contrapartidas apresentadas pelo autor em troca do reconhecimento social que lhe é atribuído. O autor apresenta também um outro conceito – altruísmo institucionalizado – que, segundo Rodrigues (2012:71), é “uma

forma especial de altruísmo, na qual disposições estruturais potenciam um comportamento benéfico para os outros”.

Para Merton, a profissão assenta em três premissas essenciais: saber, fazer e ajudar. Saber e fazer consubstancia-se na detenção e atualização constante de conhecimentos científicos de natureza teórico-prática enquanto ajudar sintetiza a verdadeira distinção das profissões face às restantes ocupações, baseando-se no altruísmo e no fazer mais além do expressamente solicitado, ou seja, são normas que são seguidas pelos profissionais que não requerem que “sintam o altruísmo mas que ajam altruisticamente” (Rodrigues, 2002:14). É esta característica que distingue as profissões das restantes ocupações cuja especificidade consiste em fazer coincidir o dever e o ter (o prestígio, a estima, os rendimentos e a autoridade), distribuídos de forma a cumprir as expetativas normativas que definem o papel do profissional.

Merton analisa também outro paradoxo associado ao modelo profissional, o relativo declínio da confiança pública e a hostilidade de que são alvo as profissões. Merton afirma que a descrença na autoridade do seu conhecimento, no altruísmo e no sentido de defesa do interesse público não são o resultado direto de uma eventual incompetência profissional, mas deve-se sim ao altruísmo institucionalizado no “qual se baseiam expetativas de comportamento altruísta muito superiores, idealizadas e mitificadas, àquelas que os profissionais realizam, tendo em conta condições de trabalho concretas, sendo essa discrepância percebida como quebra do altruísmo” (Rodrigues, 2012:72).

Em forma de conclusão, a abordagem funcionalista é considerada a base fundadora da Sociologia das Profissões, e caracteriza as profissões como atividades fortemente orientadas para um ideal de serviço ou serviço orientado para a comunidade através da utilização de um corpo de conhecimentos de elevada complexidade e competência que permitia o exercício da atividade com uma relativa proteção e exclusividade. Contudo, segundo Gonçalves (2007:178), o aspeto mais problemático da análise funcionalista das profissões é a não concordância por parte dos autores em encontrar critérios válidos de distinção entre as profissões e as ocupações e a “centralização excessiva na definição dos atributos, a natureza empirista dos estudos, a desafeição pela reflexão teórica como sustentáculo da investigação empírica, a atomização analítica das profissões face às dinâmicas globais do capitalismo nacional”. Esta dificuldade em operacionalizar um conceito geral, bem como a sua aplicação a situações concretas levou os críticos a desenvolver uma abordagem complementar centrada mais no processo de aquisição do estatuto de profissão do que na identificação dos critérios fixos, abstratos e gerais de definição das profissões.

1.1.2 Interacionismo simbólico

Por contraponto à abordagem funcionalista, foi ainda nos anos 50 que surgiu uma conceção teórico-metodológica complementar centrada sobretudo no estudo dos processos de aquisição do estatuto de profissão. Para os interaccionistas “todas as atividades de trabalho têm igual dignidade e igual interesse sociológico” (Almeida, 2010:119), considerando também que mais

importante do que definir o que é “profissão” é identificar “em que condições algumas ocupações se transformam em Profissões” (Rodrigues, 2012:74).

Segundo Rodrigues (2012:74), e tendo como principal referência o trabalho de Hughes, o interacionismo simbólico apresenta uma rutura fundamental na análise do fenómeno das profissões, na medida em que “toda a análise sociológica do trabalho humano deve ter como ponto de partida a divisão de trabalho”. De acordo com Hughes, as duas operações que orientam a seleção dos profissionais, constituindo a base da divisão moral do trabalho, seriam o diploma e o mandato. O diploma seria a licença, ou seja, a autorização legal para exercer uma atividade interdita a outros enquanto o mandato seria a “obrigação legal de assegurar uma função específica”, consistindo assim no processo em que as diferentes funções que são valorizadas pela sociedade são distribuídas entre os componentes dessa sociedade implicando uma hierarquização de funções, e uma separação entre funções essenciais, reconhecidas como sagradas, e funções secundárias, tidas como profanas (Rodrigues, 2012). De acordo com Hughes, uma profissão “nasce no momento em que uma ocupação fixa o seu mandato perante terceiros, o que resulta num processo social e não de traços que testemunhem o progresso de uma civilização, como afirmado nas abordagens funcionalistas” (Rodrigues, 2012:75).

Na perspetiva do interacionismo simbólico, é colocada ênfase na diversidade das instituições de formação, de recrutamento e nas atividades desenvolvidas por membros do mesmo grupo ocupacional, pelo uso de diferentes técnicas, pelo tipo de clientes e pela diversidade de sentidos de missão, sendo que tais diferenças podem evidenciar diferentes associações de interesse no interior do próprio grupo. Analisa ainda as implicações e as alterações decorrentes desses processos conflituais no que respeita à situação dos grupos profissionais e, assim sendo, ao contrário das abordagens funcionalistas, considera que as profissões estão longe de ser “blocos homogêneos, comunidades cujos membros partilham identidades, valores e interesses por força dos processos de socialização sofridos nas instituições de formação” (Rodrigues, 2002:19). Daqui resulta que a abordagem interacionista “não incide sobre a análise dos privilégios profissionais, nem sobre as condições estruturais da sua existência, sendo que a ênfase é colocada no processo de transformação das ocupações, nas interações e nos conflitos, bem como nos meios e recursos mobilizados nesse processo, chamando assim a atenção para o papel desempenhado pelas reivindicações e pelos discursos sobre o saber na transformação de uma ocupação em profissão” (Rodrigues, 2002:17).

Recorrendo a Dubar e Tripier, Almeida (2011:12) afirma que a perspetiva interacionista assenta em quatro princípios básicos:

- i) Que os grupos profissionais são o resultado de processos de interação que conduzem os membros de uma mesma atividade de trabalho a auto-organizarem-se, a defender a sua autonomia e o seu território e a defenderem-se da concorrência;
- ii) Que a vida profissional é um processo biográfico de construção de identidades ao longo do ciclo de vida;
- iii) Que os processos biográficos e os mecanismos de interação têm uma relação de interdependência;

- iii) Que os grupos profissionais procuram o reconhecimento pelos seus parceiros desenvolvendo retóricas profissionais e procurando proteções legais.

Hughes (1981), embora se reclame como pertencente mais à sociologia do trabalho do que à sociologia das profissões, refere que a natureza dos saberes das profissões estabelecidas nem sempre é muito clara e que a sua prática assenta sobre um saber ao qual os membros de uma profissão têm acesso em virtude dos estudos que realizaram e que lhes confere um certificado que autoriza legalmente o seu exercício. Utilizando as palavras de Hughes (1986, cit in Borges, 2006:11), “os profissionais professam” que os membros de uma determinada atividade conhecem melhor do que os outros os problemas e as suas formas de resolução sendo que os clientes esperam do grupo profissional “um pensamento objetivo” e os profissionais esperam dos recetores confiança na sua competência.

Ainda na perspectiva de Hughes, para Ghisleni (2010:30), o grupo profissional é responsável “por selecionar, formar, iniciar e disciplinar os seus próprios membros e de definir a natureza dos seus serviços configurando em um monopólio, já que todo aquele que não foi socializado é excluído do meio”, assegurando assim o fechamento social por exclusão tornando as profissões grupos restritos. O reconhecimento de uma profissão, de acordo com Hughes, constitui uma implicação social que depende especialmente dos membros de uma atividade, e uma vez desenvolvida a perceção de si como sendo um profissional através da formação, o individuo entra em contato com o modelo real nas relações de trabalho e inicia o processo de luta pelo controlo das suas tarefas. Hughes defende ainda que cada profissão assenta num plano social “onde se jogam interações de muitos grupos distintos (Almeida, P, 2011:10): clientes, colegas, a profissão como um todo, praticantes de ocupações conexas, pessoas relacionadas com a clientela, o Estado e mesmo diversos elementos do público”.

Para Rodrigues (2002), Wilensky torna-se no segundo autor mais influente na história do interacionismo simbólico, já que insere na sua abordagem novas noções do que é uma profissão e do que entende por profissionalização. O autor define profissão como sendo “uma ocupação que exerce autoridade e jurisdição exclusiva, tendo convencido o público de que os seus serviços são os únicos aceitáveis” (Rodrigues, 2002:20). Apresenta ainda uma escala de distinção com seis critérios que uma profissão necessita para ser reconhecida (Borges, 2006:11):

- i) Ser exercida a tempo inteiro;
- ii) Possuir regras;
- iii) Ter uma formação realizada em escolas especializadas;
- iiii) Possuir organizações que garantam a aplicação das regras;
- iiiii) Assegurar a proteção legal do seu monopólio;
- iiiii) Ter um código de deontologia.

Por profissionalização Wilensky entende o “processo pelo qual uma ocupação se torna profissão” (Gonçalves, 2006:35). No entanto, a profissionalização existe a partir do momento em que exista uma necessidade social específica que leve à produção de um saber e que a problematize ocorrendo, assim, o aparecimento de uma profissão que vá satisfazer essa

necessidade e desenvolver esse mesmo saber de acordo com os objetivos e interesses das profissões (Gonçalves, 2006).

De uma forma geral, os sociólogos pertencentes à abordagem interacionista rompem com a “ideia organicista” (Gonçalves, 2006) que se encontra na abordagem funcionalista e vêem a profissionalização como “um processo dinâmico”. Assim, o universo das profissões vai muito além da simples retribuição económica, incluindo a construção da personalidade individual, reconfigura a identidade social, modifica a auto imagem (perceção do Eu) e estabelece o reconhecimento social pelo trabalho desenvolvido pelo profissional redefinindo-se em novas posições e em processos de profissionalização (Areosa, 2004).

1.1.3 Teorias Neoweberianas

Segundo Max Weber (Almeida, 2010), a interpretação das ações dos indivíduos nas esferas sociais é identificada nas organizações como configurações burocráticas modernas que contribuem para o desenvolvimento das atividades profissionais, concebendo a profissionalização através da institucionalização de salários, promoções, direitos e deveres profissionais.

Na sua visão, Weber entende que a profissionalização e a burocratização são processos interligados e complementares que se potencializam e reforçam pelo que é considerado o sociólogo mais influente na área da sociologia das profissões capaz de sustentar uma corrente de estudo (Schmitz, 2014): a corrente neoweberiana.

Weber acrescenta valor à sociologia das profissões quando introduz uma nova perceção sobre o conceito de profissionalização, ou seja, para este sociólogo, a *profissionalização* é posicionada como sendo um fenómeno social moderno em que a profissionalização na modernidade não depende das transmissões hereditárias de ofícios mas sim de atividades desempenhadas pela competência, formação ou especialização. É com base nestes aspetos e outros como integridade, conduta ética, qualificação, poder, prestígio, posição social e privilégios que o autor intitula um indivíduo como sendo um *profissional*. Para Schmitz (2014:14), Weber explica as estruturas sociais através do “comportamento dos indivíduos, por isso parte da ação social, que distingue em ação racional com relação aos fins e a valores, além da ação afetiva e tradicional”.

Outro contributo dado por Weber (Almeida, 2010:121) é o conceito de fechamento e de monopólio que, segundo o autor, “conduz à criação de grupos competidores que procuram maximizar as suas posições sociais através da formação de monopólios cujo objetivo é fechar mais ou menos completamente (a outros grupos) o acesso às oportunidades, sociais ou económicas, que existam num dado domínio”.

Outro autor de referência no campo weberiano é Freidson que, segundo Schmitz (2014:15), articula o pensamento weberiano e avança na abordagem técnica sobre o controlo ocupacional do trabalho e designa profissão como um tipo específico de trabalho especializado, “uma

ocupação que controla o seu próprio trabalho, organizada por um conjunto especial de instituições sustentadas em parte de uma ideologia particular de experiência e unidade”. A intersecção do seu pensamento com o de Weber ocorre na valorização de conceitos como: autonomia profissional, *status* das profissões, prestígio na prestação de serviço, a profissão como forma de organização social do trabalho ou conduta ética.

Larson é outro dos autores relevantes no campo neowebwriano. Do trabalho realizado por Larson retém-se pelo menos dois elementos teóricos, como a concepção das profissões como atores sociais e a sua articulação com a mobilidade social e, ainda, o controlo monopolista do mercado (Gonçalves, 2007). Larson considera que o “fechamento dos grupos profissionais traduz-se em restrições à entrada na profissão do qual resulta a manutenção do valor do seu trabalho” (Rodrigues, 2012:81), ou seja, “este fechamento social surgiria como resultado da conjugação entre fechamento económico de um dado segmento do mercado de trabalho (...) através da apropriação de um saber legítimo” (Almeida, 2011: 15).

Larson refere o conceito de monopólio em que assentam todas aquelas profissões que criaram mercados profissionais específicos – fechados a não profissionais - às quais o Estado garante reconhecimento legal e proteção para a atividade, obtendo privilégios em termos materiais e simbólicos. Ainda nesta perspetiva, Larson acrescenta que o monopólio se estende a uma área do conhecimento – exclusividade cognitiva – em que as qualificações são específicas ao grupo e imprescindíveis ao exercício da atividade, sendo as universidades responsáveis por assegurar as credenciais específicas sendo que, “ (...) paralelamente, subsiste um processo histórico de mobilidade social, individual e coletivo dos profissionais, que lhes possibilita acesso a posições marcadas por um estatuto social elevado” (Gonçalves, 2007: 183).

Em 1988, Abbott, considerado por Braga e Silva (2015) um dos autores mais influentes neste período, formula um novo quadro concetual sobre as profissões e os processos de profissionalização nas sociedades, procurando criar uma teoria que lhe permitisse explicar a complexidade das situações relativamente às profissões. A teoria de Abbott pretendeu trazer do paradigma funcionalista o caráter fundamental do conhecimento e da abordagem interacionista os conceitos de poder profissional, de segmentação profissional e de processo para que pudesse explicar as estratégias dos grupos para seguidamente proceder à análise das relações de competição e conflito.

Nas sociedades atuais, as profissões, segundo Abbott, surgem como se fossem um verdadeiro sistema de divisão de trabalho de especialistas ou peritos, e é nesta perspetiva que o autor entende os processos de profissionalização como sendo altamente conflituosos. As profissões, neste sentido, não atuam individualmente no mercado estando antes em constante interação com muitas outras ocupações e profissões, sendo que a sua conceção sobre o fenómeno profissional acentua o caráter interdependente das relações entre profissões o que o leva a conceber um conjunto de profissões como sendo um sistema de profissões. Assim sendo, as profissões são analisadas como sistemas interdependentes e com uma estrutura própria, competindo entre si pela manutenção da exclusividade dos seus espaços de atuação e pela disputa de novos espaços. Juntamente com Abbott, Freidson traz um novo conceito (Braga e

Silva, 2015: 6): o de jurisdição que “significa a relação que existe entre uma determinada profissão e o seu trabalho”.

Contudo, este processo de fixação de jurisdições não é estático e o principal objetivo é o de desenvolver as profissões, sendo o propósito justificar a permanente conflitualidade interprofissional, onde as mudanças que ocorrem numa profissão afetam também as outras. Para o autor, é possível criar escolas, colégios, universidades, códigos de ética e deontológicos, etc., mas só é possível ocupar uma jurisdição quando esta existe disponível ou se lute por alcançá-la, ou seja, a jurisdição está relacionada com os direitos de exclusividade da prática profissional de uma determinada ocupação. Para Abbott, “nenhuma profissão pode estender a sua jurisdição de forma ilimitada” e, por isso, para que esta se torne forte é necessário que esteja assente num conhecimento teórico ou abstrato que de certa forma legitime a sua posição no mercado. Esse conhecimento, quando controlado de forma exclusiva por uma profissão, torna-se o seu elemento principal de identificação e o recurso privilegiado nas disputas pelas jurisdições. Cada profissão é construída a partir de uma competência técnica que procura criar as suas delimitações de jurisdição profissional assegurando assim uma posição privilegiada, num processo de disputa com outras profissões concorrentes. Ao competir entre si “surge uma dimensão de análise que assenta no carácter contingencial da natureza do trabalho, na existência, por um lado, de diferenciações e estratificações internas aos próprios grupos profissionais e, por outro lado, na existência de mudanças externas como por exemplo mudanças tecnológicas, científicas ou organizacionais” (Almeida, 2011:100).

Desta forma, as profissões procuram ter a seu lado a opinião dos seus clientes e, da mesma forma, procuram obter junto do Estado uma posição mais favorável para o exercício da sua profissão. Abbott “reconhece que as profissões não são blocos homogêneos ou harmoniosos, mas realidades profundamente diferenciadas e, por sua vez, sustenta também que estas, enquanto elementos de um sistema mais abrangente, estão sujeitas a toda uma série de mudanças (...) que se irão traduzir numa capacidade diferencial de denominação face a outros grupos profissionais, ao Estado e face aos seus clientes ou empregadores” (Gonçalves, 2007:20).

Freidson (1994) é também um dos autores que mais desenvolve e consolida o paradigma do poder ligado às profissões, e o responsável pela recuperação do estatuto das profissões e do profissionalismo considerando serem formas de controlo ocupacional do trabalho baseadas na autonomia, na valorização e no conhecimento (Braga e Silva, 2015). Para Freidson, o importante a ressaltar é o processo pelo qual uma ocupação reivindica ou atinge o *status* profissional, introduzindo na abordagem especial atenção à profissionalização que, segundo Freidson, “deve ser encarada como um processo através do qual uma ocupação consegue obter o direito mais ou menos exclusivo de exercer um determinado tipo de trabalho, controlar o processo de formação e o seu acesso aliada à possibilidade de regular e avaliar a forma como o trabalho é realizado” (Braga e Silva, 2015:7). Segundo Freidson, os aspetos mais importantes que contribuem para garantir o poder profissional são (Braga e Silva, 2015:7):

- i) O saber ou conhecimento (*expertise*);

- ii) O credencialismo;
- iii) A autonomia.

Segundo Freidson (1994), o conhecimento está ligado ao saber e às habilidades dos profissionais em executar uma atividade, distinguindo-os dos não profissionais ou amadores, ou seja, o autor afirma que existem tarefas das quais poderão ser realizadas sem qualquer tipo formação especial. No entanto, existem outras que “exigem ou um extenso treinamento, ou experiência ou ambos e, neste caso, os realizadores são verdadeiros especialistas com competência e conhecimento, isto é, com expertise, que é distintamente deles e não faz parte da competência normal dos adultos em geral” (Freidson, 1998 cit in Braga e Silva, 2015:7). No que diz respeito ao credencialismo, relaciona-se com a posse de licenças, diplomas ou credenciais que através de instituições próprias, como escolas, universidades, associações e o Estado, permitem institucionalizar o conhecimento e os recursos desejados para fazer face aos problemas entre os clientes/público, de forma a serem resolvidos.

Desta forma, com o credencialismo é garantido um “abrigo de mercado de trabalho” (Braga e Silva, 2015) que proporciona aos profissionais uma proteção especial na realização da atividade, possibilitando um acesso privilegiado a certas recompensas sociais, económicas, políticas ou meramente simbólicas. Freidson, afirma que autonomia técnica caracteriza-se pela independência do profissional na execução da sua atividade, concebendo assim um profissional livre de escolhas nas suas ações independentemente do espaço na qual a sua atividade se realiza. A “autonomia profissional permite que os trabalhadores afirmem o seu próprio julgamento e responsabilidade como árbitros de suas atividades” (Freidson, 1998 cit in Braga e Silva, 2015: 8).

Em forma de síntese, o conhecimento, o credencialismo e a autonomia constituem as três dimensões que permitem definir e identificar o poder das profissões, e assim para os teóricos do poder, neweberianos, uma profissão surge como uma ocupação que conseguiu garantir uma posição particular no processo de divisão do trabalho, e que lhe permite controlar, sob a forma de exclusividade, o seu próprio trabalho.

Podemos de certa forma concluir que os autores da abordagem neweberiana enfatizam os conflitos sociais entre os grupos profissionais na luta pelo poder, pela exclusividade e pelo fechamento do mercado de trabalho, acabando assim por dinamizar o mercado, emergindo grupos ocupacionais com projetos de profissionalização que aspiram ao seu reconhecimento como profissão, fazendo com que a coesão interna aumente, construindo assim uma imagem social e uma identidade coletiva para que possa alcançar o *status* de profissão (Schmitz, 2014).

1.2 Estratégias de Profissionalização

Como vimos anteriormente, estudar um grupo profissional ou uma profissão pressupõe um levantamento da literatura que nos permita conhecer o conceito de profissão e as estratégias seguidas pelos profissionais para conseguirem ocupar o seu campo de atividade, como por exemplo observar as necessidades dos clientes bem como satisfazê-las, o código de ética

profissional e o saber técnico-científico são algumas das exigências imprescindíveis para o processo de profissionalização, fazendo assim a distinção entre uma profissão e uma ocupação (Dias, 2015).

Gonçalves (2006) apresenta-nos alguns aspetos que levaram a pensar sociologicamente a criação dos grupos profissionais através da análise dos processos de produção e dos modos como se efetivou a monopolização. No presente estudo, serão abordadas algumas das formulações desenvolvidas sobre as relações entre profissões e mercados, monopólios profissionais e o papel do associativismo como peça fundamental para a valorização da profissão. Antes de prosseguir com as estratégias de profissionalização dos Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa em Portugal, é preciso clarificar conceitos que são usados de forma extensiva por parte de estudos sociológicos visto que as noções aqui apresentadas não possuem uma conceção universal e conduzindo à necessidade de definir o que é uma profissão, a profissionalização e o profissionalismo, os quais surgem como parte do processo para relacionar compreender o estado da arte.

Como já foi referido, a noção de profissão não é consensual e, portanto, é necessário entender que o conceito tem vindo a evoluir e a desenvolver-se ao longo do tempo sendo influenciado por diversos momentos históricos e movimentos sociais. Se atentarmos à definição que nos é apresentada pelo dicionário, profissão seria um ofício; emprego; ocupação; profissões. No entanto, existem autores que diferenciam profissão de ocupação como é o caso de Dubar (1997) que, segundo Gonçalves (2007:5), enuncia uma noção claramente categorizada em quatro perspetivas complementares: “profissão como declaração (identidade profissional); profissão como “*métier*” (especialização profissional); profissão como emprego (classificação profissional); profissão como função (posição profissional no seio de uma organização) ”.

Por outro lado, Becker (1970, cit in Hagen, 2003) afirma que a dificuldade em definir o conceito de profissão reside na duplicidade da sua utilização enquanto conceito científico de um fenómeno a ser estudado e também enquanto conceito do senso comum. Para este autor, o termo profissão estaria associado a um valor moralmente positivo ou seja, como uma atividade que atingiu um estágio superior e que serve de modelo. O autor analisa o conceito como um símbolo honorífico em que o mais relevante é saber o que as pessoas têm em mente quando dizem que uma ocupação é uma profissão ou que não é uma profissão. Becker considera ainda que o símbolo incluiria o monopólio de conhecimento adquirido através de um processo longo e difícil e que a atividade podia ser controlada pelos membros do grupo profissional que seguiriam um Código de Ética com ênfase no bem do cliente o que lhes permitiria desfrutar de uma posição social elevada.

Hughes (1994, cit in Hagen, 2003) destaca os conceitos de autorização e mandato como importantes para o estudo das ocupações e das profissões sendo que a autorização seria a permissão para realizar atividades específicas e o mandato a definição de condutas adequadas em relação aos temas que são objetos de ocupação. A partir destes dois conceitos Hughes apresentou uma noção em que afirma que as profissões talvez mais do que as ocupações, também reclamam um amplo mandato legal, moral e intelectual e que não apenas os

praticantes exercem uma autorização para fazer coisas que os outros não fazem mas que coletivamente presumem dizer à sociedade o que é bom e correto. Quando esta presunção é garantida como legítima surge uma profissão.

Na definição de Freidson (1996, cit in Angelin, 2010) a profissão exige um conhecimento intelectual maior e mais aprofundado do que o ofício. Assim, a profissão é tratada como uma entidade empírica sobre a qual há pouco terreno para generalizações e, portanto, Freidson descarta a formulação de um conceito de profissão único e globalmente aceite reforçando a ideia de que cada autor deverá explicitar o conceito de profissão a que se refere para que os leitores possam compreender e comparar trabalhos de autores diversos.

Realizado o enquadramento sobre o que é uma profissão partindo de alguns enunciados encontrados na literatura, é importante passarmos à compreensão do que trata a profissionalização e que estratégias utilizam os profissionais para que a sua atividade seja reconhecida como profissão.

A profissionalização, segundo Evetts (2011), é um processo para alcançar *status* tendo sido interpretada como um processo para desenvolver e manter o fechamento do grupo ocupacional, a fim de manter os profissionais auto interessados em termos de salário, status e poder, bem como de proteção. O conceito de profissionalização é relevante no sentido da análise da emergência de novas ocupações que procuram *status* e reconhecimento para a importância do trabalho muitas vezes padronizadas da educação, formação e qualificação para a prática da atividade. A concepção do profissionalismo torna-se, assim, num apelo para que os profissionais, empregados e gestores desenvolvam a construção de identidades, decisões de carreira e sentido próprio. A profissionalização – como processo de desenvolvimento e de fechamento do grupo profissional – pode ser analisada como um poderoso instrumento de controlo da mudança ocupacional e social a níveis macro, meso e micro e a ampla variedade de ocupações nos diferentes trabalhos, organizações e nas relações de emprego, contextos e condições.

As associações profissionais, em Portugal, organizam-se por analogia com o Estado moderno, democrático (Freire, 2004) ou seja, são atribuídas aos associados as funções soberanas essenciais dos principais instrumentos de supervisão e da gerência sendo atribuídas a um órgão de direção as funções do governo quotidiano da associação e a um órgão de controlo a fiscalização do uso dos meios financeiros e da regular processualidade de toda a vida associativa. Assim se regula o funcionamento das associações profissionais, embora a especialização dos serviços prestados tenha vindo a forçar a densificação e multiplicação de órgãos especializados em determinadas funções que tornam mais complexa a estrutura associativa.

Em relação ao tema, Freidson afirma sobre o profissionalismo que existe uma importante estrutura profissional, que conta com atividades profissionais controladas por associações ou ordens e que cumprem o Código de Ética garantindo assim uma autonomia profissional e autorregulação das profissões. Para que as atividades possam evoluir, contam com mecanismos

importantes que garantam essa estrutura profissional nomeadamente, o credenciamento, a licença e o crescente aumento dos cursos superiores fazendo parte de um monopólio de mercado importante para atividade.

No mesmo seguimento lógico, Almeida (2011:103) sintetiza os elementos-chave que estruturam esse campo profissional que são:

- i) Os contextos organizacionais;
- ii) Os percursos pessoais dos atores;
- iii) Sistema de educação/formação;
- iv) As dinâmicas da procura;
- v) As formas de associativismo profissional.

1.3 Identidades Profissionais

Nas duas últimas décadas, o desenvolvimento das abordagens teóricas que visam compreender as profissões foi, curiosamente, acompanhado pelo aparecimento de estudos sobre as identidades profissionais como tópico relevante de pesquisa. De início, os estudos sobre as identidades profissionais surgem como alternativa para pensar a possibilidade de todas as atividades profissionais construírem as suas próprias condições profissionais, pessoais e coletivas. O estudo da construção das identidades coloca ênfase no significado pessoal e no processo interativo de reconhecimento (a qualidade da comunicação entre uma e outra parte) como importantes fontes de identidade, pessoal e coletiva, ou seja, como formas de construção de identidades pessoais e coletivas autónomas e responsáveis a partir de dentro do próprio grupo profissional.

Dubar e Blin são dois dos autores que mais influenciaram a discussão do conceito de identidade profissional. A noção de identidade é definida por Dubar (1997:113) como o “resultado simultaneamente estável e provisório, individual e coletivo, subjetivo e objetivo, biográfico e estrutural, dos diversos processos de socialização, que conjuntamente, constroem os indivíduos e definem as instituições”, ou seja é o resultado do processo de socialização, que compreende o cruzamento dos processos relacionais, em que o sujeito é analisado pelo outro dentro dos sistemas de ação nos quais os sujeitos estão inseridos, e biográficos, os quais tratam da história, habilidades e projetos da pessoa. Trata-se, segundo o mesmo autor, de um conjunto de processos de identificação de um indivíduo a uma família através de um sobrenome, uma nacionalidade, uma religião ou qualquer outro grupo social. São de facto formas de categorização social, de qualificação do sujeito e de atribuição de valor pelo julgamento da sociedade (Dubar, 1999 cit in Ghisleni, 2010).

Dubar (2000, cit in C. Santos, 2011:8) afirma que a identidade é um “fenómeno complexo, produto dos mecanismos de socialização secundária do indivíduo e que apresenta continuidades e descontinuidades com o que designa por identidade herdada do sujeito e com a identidade atribuída ao sujeito pelos outros”. Para o autor, a identidade para si não se separa da identidade para o outro, visto que a primeira está relacionada com a segunda: reconhece-se pelo olhar do outro. No entanto, esta relação entre ambas é problemática pois não se pode viver

diretamente a experiência do outro, e ocorre então o processo de socialização (Faria e Souza, 2015). Dubar (2006, cit in Ghisleni, 2010) afirma que a identidade é o resultado de uma diferenciação e de uma generalização, em que o indivíduo diferencia-se e singulariza-se dos outros, ao mesmo tempo que tem pontos em comum de pertença ao grupo. Esta ideia reforça o paradoxo da identidade, que acaba por ser única e ao mesmo tempo partilhada sendo a solução do paradoxo a “alteridade, a identificação de e pelo outro” (Ghisleni, 2010:42). Para o mesmo autor, a “identidade nunca é dada, é sempre construída e a (re) construir, em uma incerteza maior ou menor ou menos durável”, ou seja, a identidade é construída na e pela atividade, sendo que a identidade vem do outro mas pode ser recusada para se poder criar outra (Faria e Souza, 2015:37).

De qualquer forma, Dubar (1997) refere-se ao processo de constituição da identidade como sendo formações identitárias, para dar conta da pluralidade e dinâmica destes processos de construção e transformação identitária, visto que são várias as identidades que assumimos, constituindo assim num movimento de tensão permanente entre os atos de atribuição – que correspondem ao que os outros dizem ao sujeito que ele é – e os atos de pertença – em que o sujeito se identifica com as atribuições recebidas e adere às identidades atribuídas (Faria e Souza, 2015). Na mesma perspetiva, C. Santos (2011:9) afirma que a identidade é um processo construído socialmente, muda a medida que “as mutações sociais a que os grupos de referência e de pertença a que estamos ligados (constituindo-se como elementos marcantes no processo de negociação identitária) vão alterando as nossas expectativas e conjunto de valores que nos influenciam, propondo novas configurações identitárias”.

A identidade social, embora classificada como sinónimo de pertença, é, segundo Dubar (2006, cit in Dias, 2015), uma identidade pessoal. Sendo assim, o autor afirma que a atribuição corresponde à identidade para o outro, a pertença indica a identidade para si, e o movimento de tensão caracteriza-se pela oposição entre o que esperam que o sujeito assuma e o desejo do próprio sujeito em ser e assumir determinadas identidades, logo o que está no centro do processo de constituição identitária é, segundo Dubar, uma identificação ou não identificação com as atribuições que são sempre do outro, visto que esse processo só é possível no âmbito da socialização.

Bauman (2005:17) reforça esta ideia e afirma “que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a identidade”. Por outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o termo “pertencimento” vai continuar a ser uma condição sem alternativa e só terão essa ideia sob a forma de uma tarefa a ser realizada vezes e vezes sem conta (Bauman, 2005). Na mesma ótica, Blin (1997, cit in C. Santos, 2011:72) refere o sentimento de pertença ao grupo profissional em que o sujeito se encontra inserido “funciona como um mecanismo fundamental de consolidação da sua identidade profissional encontra-se relacionado com um referencial profissional”. A partilha dos valores e dos espaços pelo grupo de atores cria uma relação direta e consolida a identidade profissional

satisfatória para o indivíduo e para o coletivo visto que é socialmente construída e, por consequência, socialmente aceita, pelo que o reconhecimento social ganha visibilidade (C. Santos, 2011).

Dubar (1997) constrói a noção de “formas identitárias” com o objetivo de mostrar a pluralidade e dinâmica destes processos de construção e transformação identitária. O seu modelo de análise assenta na dupla transação - biográfica e relacional - sendo que a noção de formas identitárias procura traduzir os resultados dessas transações biográficas e relacionais consideradas elementos de base da socialização profissional. As formas identitárias pressupõem efeitos dessa dupla transação na socialização dos indivíduos visto que a transação biográfica remete para o processo temporal de construção de uma identidade social e a transação relacional ou estrutural remete para as relações entre os atores no seio de um espaço estruturado pelas regras e para o processo de reconhecimento da identidade profissional e suas evoluções. Neste processo duplo, o indivíduo “aciona, sistemas de classificação, aparentemente, contraditórios, produtores de diferenciação e semelhanças dos seus universos simbólicos pelos quais os seus atores definem a sua distinção e pertença numa relação dicotômica entre “nós” e os “outros” (Lopes, 2001, cit in Pedro, 2011:39).

A identidade profissional, de acordo com Dubar (2005 cit in Ghisleni, 2010), consiste num significativo fragmento da identidade social do indivíduo, ao que se revela de importante o que a sociedade deposita no campo de trabalho e na formação, ou seja, é por meio do trabalho, no sentido de contribuição, de utilidade pública, que os indivíduos vêem a sua inclusão na sociedade. Contudo, o autor refere que as formas de trabalhar na atualidade e a forma como os indivíduos se relacionam com o mundo do trabalho traduz-se na dificuldade de inserção no mercado de trabalho agravada pela crescente exclusão social e um mal-estar produzido pelas transformações no trabalho, comprometendo a construção da identidade de um indivíduo.

Dubar aponta uma certa preocupação no que diz respeito ao mercado de trabalho visto que relaciona a saída do curso de formação com as relações de trabalho enquanto etapas para a construção da identidade social e profissional. Como resultado dessa confrontação, a identidade profissional é desenvolvida segundo a vontade do indivíduo, ou seja, uma projeção do futuro que antecipando a trajetória do trabalho, a criação de estratégias pessoais e de apresentações de si podem levar ao desenvolvimento da vida profissional – planeamento da carreira. Esta identidade não se resume a realizar a escolha da profissão ou adquirir um diploma, mas também envolve a mobilização da imagem de si, a avaliação das suas capacidades e a realização dos seus desejos. Na mesma sequência de ideias, Dubar não afirma que para se constituir um profissional tenha que ter um diploma de nível superior, desta forma é aberto o precedente que esta formação possa ser também de nível técnico (Dubar, 2005 cit in Ghisleni, 2010).

A identidade que é desenvolvida no período até a obtenção do diploma costuma ser reavaliada quando o indivíduo se depara com as mudanças organizacionais, tecnológicas e de gestão do mundo de trabalho, sendo que essa reavaliação passa por adequar as suas capacidades às necessidades do mercado. Segundo Dubar, é nas interações entre os parceiros de trabalho que

ocorre o confronto dos desejos e do reconhecimento num contexto de oportunidades desiguais: as redes do poder. Dubar considera a noção de empregabilidade na medida em que o indivíduo tem que ter iniciativa, responsabilidade e capacidade de trabalho em equipa, para além de ser responsável pela sua formação contínua. Esta noção é, na perspectiva do autor, um estado de competência - aquisição e manutenção das suas próprias competências - e de competitividade no mercado, sendo característica desta competência, a necessidade que o profissional tem de oferecer confiança na relação com o seu trabalho, em que por confiança se entende a capacidade de satisfazer o cliente quer seja ele interno ou externo.

Para o autor, a identidade de uma profissão evolui ao longo da história e da vida e vai-se construindo através de escolhas que, em qualquer momento, atribuem novos significados, ou seja, trata-se de um “sujeito em aprendizagem” que torna o indivíduo capaz de adquirir saberes a partir das suas próprias ações, sendo que imita o mais antigo e adquire uma aprendizagem pela prática com os outros e desenvolve “saberes de ação e conhecimentos práticos” (Ghisleni, 2010:51). O processo de aprendizagem ocorre quando se parte da ação para a reflexão e volta para a ação, sendo através da verbalização e da tomada de consciência do saber adquirido que pode acontecer o reconhecimento deste saber, que passa a ser um saber explícito. Desta forma, compreende-se que a “transação objetiva entre os indivíduos e as instituições é essencialmente a que se organiza em torno do reconhecimento ou do não-reconhecimento das competências, dos saberes e das imagens de si que constituem os núcleos das identidades reivindicadas” (Dubar, 2005, cit in Ghisleni, 2010: 51).

Em forma de síntese, percebe-se que de acordo com a revisão teórica acima descrita a identidade de um indivíduo tem como início a saída do curso de formação e que ao confrontar a sua imagem de profissional com a realidade das relações de trabalho passa a projetar-se profissionalmente conforme as expectativas e desejos que tem para si. Outro dado é que a dinâmica do processo de construção da identidade profissional é o resultado de ajustes de identidades anteriores às novas formas de identidade oferecidas ou exigidas nas relações de trabalho, relacionando-se com o seguir/romper de identidades, sendo por isso que elas não podem ser classificadas como fixas, pois podem modificar-se consoante a condição social de referência (Dubar, 1994, cit in Ghisleni, 2010).

1.4 Evolução Histórica da Profissão de Intérprete de Língua Gestual

A história do Intérprete de Língua Gestual ocorre quase de forma paralela à da comunidade surda, ou seja, devido à crescente afirmação da comunidade surda e à implementação de legislação com vista à sua defesa, a profissão foi-se tornando cada vez mais notória e a sua procura cada vez mais frequente (Coelho, 2010, cit in Sousa, 2015). A participação dos surdos nas discussões sociais representou e representa a chave para a profissionalização dos tradutores e intérpretes de línguas gestuais, tornando-se assim num elemento fundamental neste processo que é o reconhecimento da língua gestual e da profissão em diferentes países (Quadros, 2004).

Cronologicamente é difícil saber em que ano é que a tradução e a interpretação começaram a ser realizadas e, portanto, não existe consenso entre os autores quanto à sua emergência. Existem autores que consideram o ato de tradução e de interpretação a atividade mais antiga da

história, visto que os primeiros intérpretes foram os hermeneutas, os quais se propunham traduzir a vontade divina para o povo (Rosa, 2006, cit in Pereira, 2011). No entanto, a historicidade da profissão de Intérprete de Línguas Gestuais é recente e sempre associada à história da Surdez e da Língua Gestual, como já foi referido anteriormente.

Atendendo ao facto de que cada língua gestual incorpora a cultura da respetiva comunidade de surdos – quebrando o mito de que a língua gestual é universal - na história da profissão o mesmo não acontece. Aparentemente quase todas as línguas gestuais derivam de influências francesas e, portanto, a história da profissão acaba por ser similar em alguns países, tais como Suécia, Estados Unidos da América, França, Brasil e Portugal, visto que foi França o epicentro da História da Comunidade Surda (Quadros, 2004).

Quadros (2004) elabora uma síntese dos momentos históricos mais importantes da profissão e apresenta-os de forma cronológica. Para a autora, é na Suécia que a presença de intérpretes de língua gestual começou a ser notada, e inicia-se por volta do século XIX através de trabalhos religiosos, sendo que em 1947 assumiram mais 20 pessoas a função de intérprete devido ao facto de o parlamento ter criado cargos no governo para pessoas surdas. Em 1968, por decisão do Parlamento sueco, todos os surdos teriam acesso ao profissional intérprete, sendo que, no mesmo ano, foi criado o primeiro curso de formação para intérpretes organizado pela Associação Nacional de Surdos, juntamente com a Comissão Nacional de Educação e a Comissão Nacional para Mercado de Trabalho. No ano de 1981, foi instituído que cada conselho municipal tivesse uma unidade com intérpretes de língua gestual.

Nos Estados Unidos, William Frawley (2003) afirma que a ASL (American Sign Language) é muito parecida com a Língua Gestual Francesa devido ao contato histórico entre a ASL e LSF (Langue des Signes Française) que surgiu durante a década de 90 quando Hopkins Gallaudet viajou para a França para ensinar sobre os métodos de como educar crianças surdas. O fundador do Instituto de Paris desenvolveu um sistema chamado “*methodical signing*”, ou seja, um glossário de gestos em LSF, altamente modificado para se assemelhar à escrita francesa. É a partir daqui que Gallaudet e Clerc – professores Surdos do Instituto – levaram o método para Hartford onde, em 1817, criaram a primeira escola de surdos na América. Segundo Quadros (2004) Thomas Gallaudet foi considerado o primeiro intérprete – visto que tinha como cliente Laurent Clerc.

Ao longo dos anos, nos diversos países, as pessoas intermediavam a comunicação para os surdos sendo que, normalmente, eram os vizinhos, amigos, filhos ou religiosos que utilizavam uma comunicação primitiva, sendo, em 1964, fundada a Organização Nacional de Intérpretes para Surdos nos E.U.A que estabelecia requisitos para a intervenção do intérprete. Atualmente a organização tem como objetivos selecionar, certificar, promover o código de ética e oferecer informações sobre a formação e técnicas para o aperfeiçoamento da profissão.

Em França, tal como nos restantes países, os primeiros intérpretes não reconhecidos eram principalmente filhos de pais surdos, vizinhos ou amigos que faziam o papel de intermediário na comunicação entre ambos os grupos. Sabe-se que no século XVIII Jacob Rodrigue Péreire

foi designado Secretário – representando assim os surdos-mudos¹ junto de Luís XV. Com o Código Napoleónico, promulgado em 1804, nasce a primeira tentativa de reconhecer aos Surdos os seus direitos sobre a interpretação permitindo, assim, que os Surdos pudessem ter acesso a um intérprete visto que a língua materna era a LSF e não a língua oral.

Ferdinand Berthier, em 1846, surge com uma petição, revindicando em vão os direitos dos Surdos em escolher um intérprete. Em 1880 realiza-se o Congresso de Milão em que proibia o ensino da língua de sinais que ocorreu em vários países tais como França, Estados Unidos da América e Portugal. Com o Congresso de Milão, em 1880, as situações de interpretação provinham de intérpretes que atuavam nas Instituições e que essas mesmas Instituições, durante muito tempo, favoreceram a oralidade.

No entanto, a luta feita por intérpretes como Henri Gaillard e Ernest Dusuzeau fez com que em 1971 fosse realizado em Paris um Congresso da Federação Mundial dos Surdos, sendo aqui que os Surdos se apercebem da riqueza que é a tradução simultânea feita por intérpretes suecos e americanos. Nesse congresso participaram quinze intérpretes franceses que observaram o trabalho feito pelos colegas estrangeiros. Em 1977, surgem várias discussões públicas sobre o papel do intérprete, onde são colocadas questões como a sua formação e se é considerada uma profissão.

É a partir daqui que surgem em França escolas para dar início à formação de intérpretes. Ainda em 1977, é criada a ANFIDA – Associação Nacional Francesa de Intérpretes para Deficientes Auditivos – que tinha como principais objetivos reagrupar os intérpretes e garantir a qualidade profissional da interpretação enquanto profissão. Mais tarde a associação altera o nome para ANILS – Associação Nacional dos Intérpretes e da Língua Gestual (Sinais) - e em 1994 passa a designar-se de AFILS – Associação Francesa dos Intérpretes de Língua Gestual (Sinais). É neste ano que surge o seu Código de Ética, que foi redigido juntamente com surdos e intérpretes, que sentiram a necessidade de criar um quadro para o exercício da profissão. A AFILS e a FNSF – Federação de Surdos de França - decidiram então criar um cartão profissional que reconhecia competências ao intérprete para efetuar a tradução/interpretação, sendo que, em 1997, cerca de 60 profissionais possuíam este cartão, tendo sido um passo importante para a profissionalização do grupo. Tendo em conta que o acesso à informação sobre a profissão é escassa em qualquer país, os factos constatados anteriormente baseiam-se em crónicas escritas por um intérprete francês e membro da Associação Francesa de Intérpretes que escreve sobre a profissão que exerce e os desafios que ultrapassa enquanto profissional.

No Brasil, apesar da criação do Instituto dos Surdos-Mudos por D. Pedro II, em 1857, o trabalho do intérprete é recente, sendo que a construção da história da profissão tem início a partir da década de 1980, e a sua trajetória é profundamente marcada pelas lutas da Comunidade Surda – tal como acontece noutros países.

¹ Surdos-mudos era uma expressão utilizada na época, que caiu em desuso visto que se encontra incorreta. Surdo será a forma mais adequada visto que a percentagem de surdos que realmente são mudos é relativamente baixa. Sendo assim, o mito que todos os Surdos são Mudos não é aplicável.

Segundo Quadros (2004), estes movimentos partiram da influência de ambientes religiosos, que foram os primeiros a popularizar a língua das pessoas surdas como veículo de comunicação. A autora considera que “nessa época os intérpretes não tinham o *status* profissional que hoje possuem, mas muitos daqueles intérpretes que atuavam nesses espaços se tornaram, ao longo dos anos, líderes da categoria e, atualmente participaram do cenário nacional enquanto articuladores do movimento em busca da profissionalização desse grupo, como membros e presidentes das associações de intérpretes de Língua de Sinais no país” (C. Rodrigues, 2012:3).

Segundo dados estatísticos provenientes da FENEIS em 2000, o termo Libras foi criado em 1987, tendo esta sigla como principal objetivo trabalhar a divulgação da comunidade Surda no Brasil e o respeito para com as pessoas que a utilizam. Em 1988, realizou-se o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais organizado pela FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos – que proporcionou, pela primeira vez, o intercâmbio entre alguns intérpretes do Brasil e a reflexão sobre a ética do profissional. À luz dos dados existentes, naquela época o tradutor/intérprete de língua de Sinais era considerado um profissional “clandestino”, porque o Oralismo era o predominante e, por isso, as pessoas Surdas eram proibidas de utilizarem os sinais para comunicarem e eram educados sob tratamentos audifônicos para aprender a língua oral. Este cenário prolongou-se no tempo até ser alterado por volta dos finais de 1980 (Santos, 2010).

Assim sendo, foi ano de 1989 que surgiu o primeiro curso de Libras no Brasil, na época sem a legalização da língua e sem apoio das esferas governamentais. Esta fase marca o retorno da língua de Sinais que tinha sido extinta durante quase todo o período da concepção educacional oralista que perdurou até aos fins da década de 1980 (Santos, 2010). Em 1992, realizou-se o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, organizado pela FENEIS que promoveu o intercâmbio, só que desta vez, foram trocadas experiências com intérpretes de todo o país.

Em Junho de 1994, é realizada, em Salamanca uma Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais que definiu novas políticas de educação de surdos e deu especial atenção à língua e suas variações linguísticas e gramaticais nos vários países, da qual resultou uma declaração que define os pressupostos da inclusão: “criação das condições para que as crianças surdas... tivessem as melhores condições para assegurar o seu normal desenvolvimento linguístico, mental e emocional, com o acompanhamento de todos os técnicos e recursos que isso envolve” (Batista, 2008, cit in Pereira, 2011:28).

Em 2002 foi homologada a lei federal que reconhece a língua de Sinais como língua oficial da Comunidade Surda mas a legalização dos profissionais intérpretes de língua de Sinais só aconteceu em 2010, ganhando relevância social, oportunidades no mercado de trabalho e o direito à sua formação (Quadros, 2004).

Quanto ao caso Português, a primeira geração de intérpretes teve o seu início através de filhos de pais surdos, acabando assim por se iniciar o ciclo de três gerações de intérpretes. A segunda geração surge com a formação não superior de Intérpretes de Língua Gestual e a terceira com a

criação do curso de Interpretação de Língua Gestual Portuguesa, em 1997, a qual consiste em cinco anos de formação.

Em suma, podemos afirmar que a escassez de informação não nos permite clarificar a história da profissão e, por isso, todos os factos redigidos são comuns a muitos dos países o que não nos permite ter histórias diferentes embora diferentes países tenham legislação mais avançada que outros (Almeida, 2003).

1.4.1 Perfil e funções do Intérprete

Uma das dimensões relevantes para o estudo dos profissionais da área de interpretação e de tradução de língua gestual portuguesa prende-se com o seu perfil profissional. Um dos estudos mais relevantes que discute esse perfil foi realizado por Gonçalves (2012, cit in Sousa, 2015) apresentando dois perfis de intérprete de língua gestual em Portugal:

- Os CODA (Children of Deaf Adults), que desenvolveram a língua gestual portuguesa em contextos informais e ao longo do tempo, tendo completado posteriormente a sua formação com a frequência de um curso superior de interpretação de língua gestual portuguesa;
- Os Intérpretes (não-CODA) que só tiveram contacto com a língua gestual portuguesa em contexto formal de ensino, quando entram para o ensino superior para se formarem em interpretação nessa mesma língua, ficando, desse modo, também habilitados a exercer a profissão.

Segundo a autora, para um intérprete de língua gestual não-CODA é mais difícil aprender a língua e compreender a cultura, criar laços com a comunidade surda e ainda ser aceite pela mesma. Por outro lado, os intérpretes CODA que já nasceram no meio da cultura da comunidade surda são mais facilmente aceites, mas têm mais dificuldade em aprender e aderir ao Código de Ética dada a natureza da sua vinculação decorrente dos muitos anos de tradução e interpretação à família ou pessoas mais próximas.

Gonçalves (2012, cit in Sousa, 2015) não considera um dado adquirido que os primeiros estejam em vantagem sobre os segundos no que diz respeito às responsabilidades de virem a tornar-se intérpretes de língua gestual competentes e vice-versa. De facto, a autora considera que a sensibilidade apurada por parte dos CODA pode vir a ser uma vulnerabilidade devido à proximidade e familiaridade com a língua e a cultura enquanto os não-CODA poderão ter um perfil mais racional e afetivo assente numa relação de prestação de serviços.

Outra dimensão de análise que podemos ter em conta são as funções do intérprete de língua gestual portuguesa na sociedade, nomeadamente tendo por base a legislação e alguns dos autores que discutem as funções destes profissionais e as características próprias da atividade como os lugares de exercício da profissão e a ambivalência dos termos usados para definir o que é um intérprete e as suas funções nos diversos contextos.

De acordo com o Artigo 2º da lei 89/99, os intérpretes de língua gestual portuguesa são todos os profissionais que interpretam e traduzem a informação de língua gestual da língua oral ou escrita e vice-versa, por forma a assegurar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes. Com a mesma perspetiva sobre o que é um intérprete de língua gestual, uma autora brasileira define como sendo um “profissional que domina a língua brasileira de sinais e a língua falada dos pais e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete” (Quadros, 2002:27).

A tradução e a interpretação são consideradas na maioria das vezes similares. No entanto, são termos que designam atividades diferentes. A tradução refere-se à “conversão de uma mensagem escrita numa língua para a outra”, enquanto a interpretação “diz respeito ao ato de interpretar e de dar sentido, de uma forma imediata e ao vivo numa mensagem produzida numa língua para a outra podendo vir a ser uma língua oral ou gestual” (Tuxi, 2009 cit in Sousa, 2015:73). Portanto, quando nos referimos aos profissionais da área, os termos corretos serão os de intérprete-tradutor, porque o intérprete não consegue executar as suas funções de forma correta nem somente a representar o papel de intérprete nem somente a representar o papel de tradutor.

Dean e Pollard (2005 cit in Sousa, 2015) enquadram a profissão de intérprete no grupo de profissões que denominam por *practice profession*, por oposição ao grupo que denominam por *technical profession*, ou seja, no primeiro grupo estão classificadas profissões como por exemplo medicina, ensino ou advocacia onde a prática tem em conta fatores de interação humana e contextuais que irão influenciar o seu trabalho, enquanto no segundo grupo estão a engenharia ou a contabilidade em que os conhecimentos e as aptidões técnicas são suficientes para produzir um trabalho com competência. De acordo com os autores, os intérpretes funcionam como *practice profession*, uma vez que os fatores de contexto e de interação humana são centrais originando um impacto considerável no trabalho produzido. Assim sendo, os intérpretes de língua gestual têm de complementar os seus conhecimentos técnicos com a perceção do tipo de consumidores para quem estão a trabalhar num contexto específico.

No que concerne à prática profissional de um ILG, é considerado um profissional que pode exercer e pode atuar em diversas situações e nos mais diversos espaços sociais. As suas funções têm de ser adequadas ao contexto. No entanto, Sousa (2015) destaca alguns desses ambientes mais conhecidos para o exercício da profissão como por exemplo a televisão ou as escolas EREBAS (Escolas de Referência para a Educação Bilingue para alunos Surdos) quer de ensino básico quer de ensino secundário. Por outro lado, um intérprete pode prestar os seus serviços a indivíduos Surdos e Ouvintes noutros contextos como, por exemplo, seminários, conferências, Universidades, no sistema judicial, religioso ou de saúde, ou seja, qualquer ambiente no qual lhe sejam pedidos os seus serviços (Sousa, 2015).

Dependendo dos contextos, o intérprete pode efetuar duas funções durante uma interpretação/tradução, ou seja, poderá aplicar uma interpretação/tradução consecutiva ou em simultâneo. No caso da interpretação consecutiva, consiste em que o intérprete ouça a mensagem, interprete e só depois de finalizado o discurso é que inicia a tradução. A tradução

em simultâneo é a fala do cliente em tempo real acompanhado pelo intérprete na língua gestual ou falada. No entanto existem cenários que causam algum constrangimento na aplicação destas traduções como é o caso de consultas médicas, mas que fazem parte das funções do profissional, mas acima de tudo da ética profissional (Pereira, 2011).

Fernandes et al. (2005 cit in Pereira, 2011) apresentam de uma forma sintética as funções do intérprete em cinco pontos, designadamente:

- i) A compreensão das necessidades específicas da comunidade Surda de forma a facilitar a comunicação entre Surdos e Ouvintes;
- ii) A capacidade de se adaptar às diferentes situações no ato de tradução;
- iii) Saber identificar, no decurso do processo de comunicação, o grau em que uma pessoa surda domina a língua oral, gestual e escrita;
- iv) Utilizar métodos e técnicas de tradução e interpretação adequadas
- v) Possuir o conhecimento e o domínio da Língua Portuguesa e de uma Língua Estrangeira, fazendo uso de forma clara, precisa e fiel de tais competências.

Pode-se considerar que as funções de um intérprete de língua gestual portuguesa não são lineares. Podemos afirmar que a função principal de um intérprete-tradutor é facilitar a comunicação entre Surdos e Ouvintes, no entanto as suas funções dependem do ambiente em que se encontra. As funções destes profissionais são na maioria das vezes contraditórias, isto porque existem uns autores a valorizar certas funções e competências e outros autores a valorizar outras. O principal ponto de acordo entre esses autores é que o intérprete deve cumprir o código de ética e a sua função principal mesmo que ambas indiquem funções e tarefas opostas (Pereira, 2011).

1.4.2 Desafios inerentes à profissão

Como em qualquer profissão, existem desafios inerentes à profissão de intérprete e, visto que é uma atividade recente, os obstáculos sobressaem. O recrutamento de intérpretes constitui o principal problema nesta atividade, ou seja, a maioria dos profissionais da área opta por enveredar por um lugar nas escolas de referência, a que acedem através de um concurso público nacional, o que representa para os profissionais uma situação profissional mais estável. Este processo de recrutamento e seleção assenta numa entrevista e na entrega de um portfólio. Mesmo que os profissionais já tenham trabalhado na mesma escola em anos anteriores o processo é sempre o mesmo todos os anos (Sousa, 2015).

Um outro aspeto a ter em conta é a colocação, já que na maioria das escolas são colocados, no máximo, três intérpretes responsáveis por diversas áreas e diversos níveis de escolaridade, obrigando a que o intérprete se adapte rapidamente às disciplinas, às áreas e às situações dos alunos num curto espaço de tempo. Os intérpretes nunca são colocados no início do ano letivo e, por isso, muitas das vezes não têm tempo para se preparem quer a nível físico quer a nível emocional. É importante referir que os intérpretes preferem as escolas devido ao facto de serem os únicos locais a oferecer um vínculo contratual que oferece a estes profissionais alguma

estabilidade e segurança quer a nível pessoal e profissional, quer a nível financeiro (Pereira, 2011).

Relativamente à progressão na carreira, um profissional desta área, quer trabalhe em escolas, televisão, associações ou até mesmo por iniciativa própria, não tem qualquer evolução na carreira, ou seja, mantem o mesmo estatuto durante anos, e mesmo que possuam mais qualificações académicas ou elevado nível de experiência profissional, nenhum destes fatores altera a situação profissional de um intérprete.

Sousa (2015:90) enumera os principais desafios que se colocam aos intérpretes em contexto educacional, tais como:

- A profissão, isto é, a falta de apoio, incentivo e valorização do trabalho do intérprete;
- A inexistência de vocábulos gestuais para o vocabulário utilizado, o que dificulta o trabalho do intérprete na transmissão dos conteúdos escolares;
- O domínio gestual, uma vez que o domínio da língua gestual varia entre as pessoas surdas, o que constitui uma dificuldade acrescida para o trabalho do intérprete de língua gestual;
- O desconhecimento, por parte da comunidade educativa, das funções do intérprete, o que pode criar situações constrangedoras para ambos;
- A escassez de recursos visuais, uma vez que estes são os mais apelativos para a pessoa surda;
- A ausência de competências na língua portuguesa por parte da pessoa surda.

Quanto aos profissionais que trabalham em contextos fora do ambiente escolar, vêm-se obrigados a recorrer a recibos verdes e mesmo que efetuem os seus serviços durante anos na mesma instituição nunca lhes é oferecido um contrato de trabalho (Sousa, 2015). Portanto, estes profissionais enfrentam cada vez mais obstáculos no exercício da sua profissão pela instabilidade contratual, o que leva à precaridade profissional uma vez que as escolas são o único contexto que possibilita a contratação destes profissionais numa base mais estável (Pereira, 2011).

Um outro desafio é a aplicação do Código de Ética e Deontologia durante o seu desempenho profissional na área de ensino. O intérprete terá que satisfazer as necessidades dos destinatários da sua atuação, que são os alunos surdos e em algumas situações docentes igualmente surdos, sem descuidar a aplicação do código o que muitas das vezes torna o exercício da profissão num desafio constante, sem deixar de mencionar que em algumas situações é necessário contradizer o código para o bem dos alunos (Sousa, 2015).

Existem situações em que o trabalho do intérprete é posto em causa, impedindo ou destabilizando o sucesso do seu trabalho, visto que em algumas das situações o orador utiliza uma linguagem durante o seu discurso que poderá não ser perceptível ou não dominar o assunto o que dificulta o intérprete a tradução causando insegurança, que muitas das vezes é-lhe atribuído culpa quando de facto foi o orador que não conseguiu exprimir de forma mais clara a

sua mensagem provocando constrangimentos para este profissional, que quem assiste não coloca em dúvida a posição do orador (Pereira, 2011). Um outro contexto de tradução que poderá causar mais desconforto, quer para o intérprete quer para a pessoa surda, são situações de foro íntimo e privado como por exemplo uma consulta médica ou com um advogado, que nestes casos terá de cumprir o princípio da confidencialidade pressuposto na legislação (Pereira, 2011).

Dean e Pollard (2005 cit in Sousa, 2015) afirmam que a língua gestual faz a sua interpretação com base no julgamento daquilo que o orador pretende dizer, e consideram simultaneamente os enunciados, o que está a acontecer, os objetivos e as circunstâncias do momento bem como outros fatores que possam estar relacionados com as ideias do cliente. Se tudo isto resulta de uma interpretação correta ou não, será outra questão. Para os autores, os intérpretes, sendo humanos, podem entender a mensagem de forma errada e defendem que para que tal não aconteça estes profissionais deveriam receber informações extras para auxiliar na compreensão, exercendo assim uma tradução e interpretação mais adequada.

Pereira (2008 cit in Sousa, 2015) considera que a mera presença de um intérprete de língua gestual não garante que o processo de acessibilidade alcance a meta de um tradução perfeccionista, pois é necessário ter em conta que um ato tradutório ocorre entre pessoas e não somente entre línguas como geralmente se pensa.

Um outro desafio recorrente nesta profissão é a ausência de formação. Enquanto outras profissões possuem entidades que fornecem essa atualização necessária à profissão, no caso dos intérpretes é inexistente. A pouca formação dada é realizada pelos colegas com pouca mais experiência prática do que aqueles que a frequentam, ou seja, quase toda a formação dada é feita pelos colegas de profissão que possuem na prática os mesmos conhecimentos que aqueles que fornecem a formação. A atualização dos conhecimentos não é realizada com frequência e, por isso, os intérpretes apoiam-se uns aos outros para poderem fazer o seu trabalho de forma adequada. É comum, nos intérpretes, que alguns dos gestos realizados sejam do conhecimento de todos ou então que o mesmo gesto seja aplicado por todos de formas diferentes, porque, devido a falta de formação, não existem formas corretas ou incorretas de executar um gesto, existem apenas estratégias por parte dos intérpretes de modo a que chegue a informação de forma mais eficaz.

Em forma de síntese, podemos considerar que os obstáculos inerentes à profissão estão associados, na maioria das vezes, à precariedade a nível contratual, à ausência de vocábulos correspondentes em ambas as línguas, à relação contraditória com o Código de Ética e ao desconhecimento por parte da sociedade de como definir e compreender a importância deste profissional em ambas as comunidades, o que causa dificuldades na sua afirmação e no seu reconhecimento tendo em conta o carácter essencial que é o serviço deste profissional para a concretização dos direitos humanos da pessoa surda.

2. Objetivos do estudo e opções metodológicas

Neste capítulo procedemos à apresentação dos objetivos e das opções metodológicas que orientam este estudo. Começamos por expor os objetivos, quer gerais quer específicos, e enunciamos as opções metodológicas que suportam o estudo empírico bem como as técnicas de recolha de dados e as técnicas de tratamento de dados utilizadas. Terminamos com a caracterização da amostra e dos critérios que nortearam a escolha dos participantes no estudo.

2.1 Objetivos do estudo

O objetivo geral do estudo é caracterizar o grupo profissional dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa (ILGP). Assim, tendo em conta o objetivo geral proposto identificámos os seguintes objetivos específicos:

- a) Caraterizar o enquadramento legal da profissão;
- b) Caraterizar a oferta formativa existente;
- c) Conhecer as motivações para a escolha da profissão de intérprete de língua gestual;
- d) Analisar o acesso ao emprego;
- e) Entender o papel do associativismo profissional na promoção da coesão de grupo;
- f) Analisar a perspectiva dos profissionais sobre o futuro da profissão.

Em suma, com este estudo pretendemos compreender as experiências e as vivências destes profissionais, prosseguindo no sentido de entender o modo como se posicionam face à profissão, qual a perceção que têm nos contextos organizacionais onde exercem a sua atividade profissional e se consideram importante o papel do associativismo como forma de reforço da coesão do grupo.

2.2 Opções metodológicas

A investigação quantitativa e a investigação qualitativa recorrem a métodos distintos que nos permitem conduzir uma investigação. O método de investigação quantitativa, segundo Fortin et al (2009), é sem dúvida o mais conhecido dos dois métodos, caracterizando-se pela medida de variáveis e pelos resultados numéricos facilmente interpretados pelas populações ou pelos contextos. Por outro lado, o método de investigação qualitativa assenta na descrição “de modos ou de tendências e visa fornecer uma descrição e uma compreensão alargada do fenómeno” (Parse, 1996 cit in Fortin et al, 2009:27). No entanto, os autores afirmam que independentemente da abordagem adotada a finalidade da investigação é a de dar resposta a questões relacionadas com o que se pretende investigar.

Stake (2012) afirma que o que separa a investigação quantitativa da qualitativa é o tipo de conhecimento e, por isso, apresenta-nos três diferenças principais entre métodos qualitativos e quantitativos: a primeira é a distinção entre explicação e compreensão como objetivos da investigação, a segunda é a diferença entre o papel pessoal e impessoal do investigador e, por último, a diferença entre o conhecimento descoberto e o conhecimento construído. Para Stake

(2012:55), os “investigadores quantitativos apreendem o que está a acontecer com escalas e medidas”, enquanto os “investigadores qualitativos apreendem o que está a acontecer em episódios chave ou testemunhos, representam os acontecimentos com a sua interpretação direta”.

2.3 Técnicas de recolha de dados

Durante o processo de recolha de dados existem várias técnicas que podem ser utilizadas como por exemplo a recolha documental, a observação, a entrevista ou o questionário que, por norma, são os mais utilizados.

A entrevista é considerada uma forma de interação social, que ocorre entre duas ou mais pessoas em que o investigador apresenta uma serie de perguntas com o intuito de obter dados para a sua investigação sendo que uma das partes coleta dados e a outra apresenta-se como fonte de informação (Bardin, 2011). O objetivo da entrevista na investigação qualitativa é compreender o tema que se encontra em estudo, sendo o que se procura a diversidade dos sujeitos e não a homogeneidade (Guerra, 2010 cit in Dias, 2015).

No presente trabalho irá ser utilizada como técnica de recolha de informação a entrevista semi-directiva ou semi-dirigida (Quivy e Campenhoudt, 2008) uma vez que permite ao investigador efetuar um conjunto de perguntas-guia, que, por norma, são abertas para que possa compreender os aspetos que influenciam os vários interlocutores que facultam a informação sobre a situação que está a ser investigada (cf. Apêndice I e II). Será utilizada a recolha documental para suportar algumas análises no que respeita a dimensões factuais do estudo permitindo alguma triangulação de fontes.

Através da entrevista procuramos conseguir obter respostas relacionadas com o porquê, como, quando, entre outras, que nos permitam adquirir um conhecimento da realidade dos intérpretes de língua gestual portuguesa, a entrevistar, principalmente entender o modo como se posicionam na profissão, a perceção que têm das mesmas e a importância das associações na sua vida profissional. Para além das entrevistas, foram também utilizados como técnicas de recolha de dados, a leitura e a análise de documentos relacionados com a problemática do estudo e assume uma importância fundamental para a compreensão dos dados recolhidos e para a interpretação dos resultados.

A flexibilidade da entrevista torna-se numa vantagem para o entrevistador, visto que poderá moldar a conversa, em prol da sua investigação, para que possa aproveitar o máximo do conhecimento do informante e enriquecer a investigação. Quivy e Campenhoudt (2008) referem que a entrevista permite uma maior profundidade dos elementos de análise e flexibilidade em recolher os testemunhos e interpretações. Na mesma perspetiva Marconi e Lakatos (2003) defendem que a flexibilidade permite ao entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente ou especificar algum significado.

Em contrapartida, a entrevista semi-directiva apresenta também algumas limitações, em que, segundo Quivy e Campenhoudt (2008), a informação não fica totalmente acessível devido à

elevada flexibilização do método, fazendo com que a espontaneidade e neutralidade do entrevistado sejam colocadas em questão. Para Bardin (2011:91), o resultado final “será uma abstração incapaz de transmitir o essencial das significações produzidas pelas pessoas, deixando escapar o latente, o original, o estrutural, o contextual”.

No que se refere à recolha documental, Quivy e Campenhoudt (2008) consideram que o investigador recolhe documentos para os estudar por si próprios ou porque espera encontrar informações uteis para estudar outro objeto os quais poderão ser documentos manuscritos, impressos ou audiovisuais, oficiais ou privados, pessoais ou de algum organismo, contendo números ou texto. A recolha documental é constituída pela apreciação de materiais que ainda não receberam especial atenção ou que ainda podem ser reexaminados com vistas a uma interpretação nova ou complementar. Esta técnica de recolha de informação poderá oferecer uma base útil para a investigação em curso, possibilitando assim ao investigador um complemento importante.

Segundo Gil (2008), a recolha documental permite oferecer um conhecimento mais objetivo da realidade, e visto que as sociedades estão em constante mudança bem como as formas de relacionamento social, não basta observar as pessoas ou interroga-las acerca do seu comportamento e, por isso, é de realçar a importância das fontes documentais para detetar essas mudanças na população, na estrutura social, nas atitudes e valores sociais.

A recolha documental permite também uma obtenção de dados a baixo custo. Assim as pesquisas elaboradas a partir de dados existentes, requerem, por norma, uma quantidade bem menor de recursos humanos, materiais e financeiros e tornam-se mais viáveis. No entanto, o autor afirma que é necessário ter atenção a qualidade das fontes utilizadas, porque a utilização de dados equivocados reproduz ou amplia os erros.

A leitura de documentos oficiais, estatutos e legislação que regulam as associações e a profissão do grupo dos intérpretes de língua gestual portuguesa suportam a análise documental para este trabalho. Quanto aos estatutos e à legislação utilizada identificam os requisitos que aprovam a regulamentação do reconhecimento de funções e qualificações, que estabelecem os parâmetros de habilitação profissional para a interpretação e tradução de língua gestual portuguesa. Pretendemos portanto que com a revisão da literatura, a leitura e análise dos estatutos e da legislação relacionados com esta investigação, os dados recolhidos através das entrevistas e, posteriormente, tratados com recurso à análise de conteúdo nos venha a permitir proceder à triangulação dos resultados.

Relativamente aos procedimentos para a realização das entrevistas começámos por contactar dezasseis pessoas com base em contactos pessoais, e destes contactos em apenas doze obtivemos resposta. Posteriormente foram esses participantes que nos forneceram os outros contactos. Foi prestada informação, oral e escrita, a todos os participantes, relativa aos objetivos do estudo assim como foram garantidos o anonimato e a confidencialidade das respostas, tendo sido dado consentimento por parte dos entrevistados. As entrevistas

realizaram-se entre março e maio de 2017, altura em que os entrevistados se encontravam em atividades letivas, o que permitiu que sete das entrevistas fossem concretizadas no local de trabalho e quatro realizadas em contexto fora do local de trabalho.

Os diversos locais em que ocorreram as entrevistas (sete em salas das escolas onde os entrevistados estão colocados, duas realizadas após o I Encontro de Intérpretes de Língua de Gestual Portuguesa, uma na sede da Associação e duas na ESE) reuniam as condições necessárias, sem ruído e sem a presença de terceiros, facilitando a gravação em registo áudio. A duração de cada entrevista variou em função do tempo que cada um dos entrevistados necessitou, sendo que a mais curta teve a duração de 9 minutos e a mais longa de 40 minutos. Para garantir o anonimato e a confidencialidade das informações prestadas pelos entrevistados procedemos à codificação de cada um com a letra E e numerados de 1 a 11 – E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10 e E11- respeitando a sequência das entrevistas.

2.4. Caracterização sociográfica dos participantes

Nos quadros seguintes apresentamos a caracterização dos participantes, que foi feita a partir dos dados recolhidos através das entrevistas obtidas. No quadro nº1 apresentamos os dados socio demográficos de cada um dos entrevistados. A nossa amostra por conveniência é constituída por doze entrevistados das quais nove são a profissionais da área e as restantes a elementos das associações que representam o grupo profissional.

Quadro 1 - Dados Sociográficos dos Entrevistados

	Idade	Sexo	Habilitações Literárias	Área de Formação	Contexto Profissional	Vínculo Contratual	Horário de Trabalho
E1	44	F	Lic. em TILGP	L.G.P	Escola Pública	Contratada	Tempo Inteiro
E2	41	F	Lic. em TILGP	L.G.P	Escola Pública	Contratada	Tempo Inteiro
E3	26	F	Lic. em TILGP	L.G.P	Escola Pública	Contratada	Tempo Inteiro
E4	31	F	Lic. em TILGP	L.G.P	Escola Pública	Contratada	Tempo Inteiro
E5	29	F	Lic. em TILGP	L.G.P	Escola Pública	Contratada	Tempo Inteiro
E6	23	F	Lic. em TILGP	L.G.P	Escola Pública	Contratada	Tempo Inteiro
E7	25	F	Lic. em TILGP	L.G.P	Assistente de Alfarrabista/Call Center	Contratada	Tempo Inteiro
E8	39	F	Curso Profissional	L.G.P	Escola Pública	Contrato Permanente	Tempo Inteiro
E12	41	F	Lic. em TILGP	L.G.P	Escola Pública/Televisão/Tribunal	Contratada/Recibos verdes	Tempo Inteiro

Fonte: Inquérito por entrevista

Relativamente às habilitações académicas todos os entrevistados possuem habilitação profissional para a docência: sete com licenciatura e uma com curso profissional. As habilitações académicas de E1 e E2 decorrem antes do processo de Bolonha, enquanto a E5 decorreu durante o reajustamento ao nível da formação inicial, que a partir de 2006 se estruturou num ciclo de formação – o 1º ciclo (3 anos de duração) e as restantes adquiriram a sua formação depois de implementado o modelo do Processo de Bolonha. Uma das participantes não possui uma formação superior, tendo apenas um curso profissional fora da área de língua gestual no entanto possui um Mestrado em Didáticas de Línguas e prestou provas públicas equivalentes ao Doutoramento em 2012. No entanto possui uma elevada experiência na área para poder exercer a atividade.

As datas de conclusão da formação inicial oscilam entre 2002 e 2015. Quanto às instituições onde realizaram a formação inicial, oito dos participantes realizam-na em instituições públicas de ensino superior: oito na ESE de Setúbal e uma na ESE do Porto. A entrevistada E8 não realizou formação superior na área.

Quanto à situação profissional, oito dos entrevistados estão atualmente em regime de contrato, no entanto a entrevistada E7 trabalhou em contexto de *call-center* mas após a experiência na área optou por desistir da profissão e atualmente trabalha como Assistente de Alfabarrabista, também em regime de contrato a termo certo. A entrevistada E8 trabalha em contexto educativo sendo docente do Ensino Superior no Curso de Tradução e Interpretação de Língua Gestual com contrato permanente. A entrevistada E12 trabalha numa escola em regime de contrato acumulando com a atividade de profissional liberal em contextos televisivo e tribunal.

Como foi referido anteriormente, três dos entrevistados são membros das associações de intérpretes de língua gestual portuguesa em Portugal, sendo que um é presidente da Direção da ATILGP, outro é presidente da Direção da ANAPI-LG e outro ainda é membro da Direção.

2.5 Técnicas de tratamento de dados

Tendo em conta que estamos perante um estudo de natureza qualitativa, em que assumimos a entrevista e a análise documental como técnicas privilegiadas para a recolha de dados, recorreremos à análise de conteúdo como principal técnica de tratamento de dados. A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Esta metodologia de pesquisa faz parte de uma procura teórica e prática, com um especial significado nas investigações sociais e constitui bem mais que uma simples técnica de análise de dados representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias (Moraes, 1999).

Para Bardin (2011) a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações, para o autor não se trata de um instrumento mais sim de um leque de ferramentas, com um maior rigor sendo o único instrumento mas marcado por uma grande “disparidade de formas e adaptável a uma campo de aplicação muito vasto – as comunicações” (Bardin, 2011:31). Na mesma perspetiva, Guerra (2006) afirma também que a análise de conteúdo é uma técnica e não um método normal da investigação e que resulta de um confronto entre o quadro de referência do investigador e o material empírico recolhido, sendo que a análise de conteúdo tem uma “dimensão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma dimensão interpretativa que decorre das interrogações do analista face a um objeto de estudo” (Guerra, 2006:62).

Através desta técnica, o entrevistador procura recolher o máximo de elementos de informação, que servirão para uma melhor compreensão do estudo. Para a Vala (1986:104) todo “o material sujeito à análise de conteúdo é concebido como resultado de uma rede complexa de condições de produção, cabendo ao analista construir um modelo capaz de permitir inferências sobre uma

ou várias dessas condições de produção”. Esta técnica possibilita-nos tratar a informação de forma metódica e os testemunhos obtidos através das entrevistas semi-directivas contêm um certo grau de profundidade e complexidade (Bardin, 2011).

Uma das vantagens da análise de conteúdo é a de obrigar o investigador a manter-se distante das interpretações espontâneas, especialmente das suas próprias crenças e valores de forma implícita ou não. O intuito da análise de conteúdo é avaliar os valores e as crenças dos entrevistados segundo critérios que assentam mais no que está implícito do discurso do que no que é explícito (Dias, 2015).

A análise de conteúdo comporta as seguintes etapas (Bardin, 2011): pré-análise, exploração do material ou codificação, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Para que análise de conteúdo seja orientada com sucesso, segundo Vala (1986) são necessárias algumas operações tais como: delimitar os objetivos, definir um quadro de referência teórico, constituir um *corpus*, definir categorias e por último definir unidade de análise. Neste estudo, procurámos, relativamente à categorização, construí-la de forma homogênea, exhaustiva, exclusiva, objetiva e adequada ou pertinente (Bardin, 2011). Para o presente estudo, recorremos à análise temática categorial para que a informação seja colocada numa “espécie de gavetas” que permitem a classificação dos elementos (Bardin 2011:39). Seguimos os parâmetros definidos por Vala (1986), em que definimos categorias *a priori e posteriori* das entrevistas, ou seja, com a elaboração do guião foram criadas dimensões gerais e que depois de realizadas e transcritas houve a necessidade de as subdividir.

A identificação das dimensões de análise permitiu uma simplificação do material recolhido o que, segundo Bardin (2011), permite fazer deduções sobre as mensagens e seguidamente proceder à inventariação e sistematização das suas características. Este procedimento levou à interpretação dos dados recolhidos possibilitando a passagem da descrição para a interpretação atribuindo significado ao material obtido.

Em suma, para o tratamento e análise das entrevistas seguimos as seguintes etapas: i) transcrição e leitura integral da cada entrevista; ii) seleção de unidades de sentido a codificar, sublinhando segmentos do texto (análise temática), identificação de categorias e subcategorias; iii) construção de grelhas com as dimensões e categorias de análise do corpus das entrevistas; iv) elaboração de um discurso interpretativo feito através da inferência, ou seja, a “desmontagem de um discurso e da produção de um novo discurso através de um processo de localização-atribuição de traços de significação, resultado de uma relação dinâmica entre as condições de produção do discurso a analisar e as condições de produção de análise” (Vala, 1986:104).

3. Estudo empírico

Neste capítulo, numa primeira parte caracterizamos a oferta formativa destinada a intérpretes de língua gestual portuguesa existente em Portugal. Seguidamente analisámos a legislação em vigor referente ao exercício da profissão de intérprete, nomeadamente a sua definição, as suas funções e os requisitos de acesso. Numa segunda parte procuramos fazer a história da profissão de intérprete em Portugal com especial relevância para a gerações de intérpretes e para o processo de reconhecimento da profissão. Por último, são apresentados os resultados obtidos nas entrevistas realizadas aos profissionais da área.

3.1. Enquadramento legal da profissão em Portugal

A legislação que enquadra o exercício da profissão de Interpretre de Língua Gestual Portuguesa é a Lei nº 891999, sendo que o seu aparecimento significa, para o grupo profissional, o reconhecimento da sua atividade como sendo importante para ambas as Comunidades de Interpretes e Ouvintes. O Artigo 2º dessa mesma lei define o que é um intérprete de língua gestual portuguesa considerando que são “os profissionais que interpretam e traduzem a informação de língua gestual para a língua oral ou escrita e vice-versa, por forma a assegurar a comunicação entre pessoas surdas e ouvintes”.

Relativamente às funções do intérprete, a mesma lei define que compete aos intérpretes de língua gestual portuguesa as seguintes atividades:

- a) Preparar as condições do processo de comunicação de acordo com as diferentes situações ou contextos;
- b) Interpretar e traduzir, simultânea ou consecutivamente, a informação em língua gestual para língua oral ou escrita e vice-versa, utilizando as técnicas de tradução, retroversão e interpretação adequadas.

A lei assume que os intérpretes deverão ser capazes de traduzir sob a forma de tradução consecutiva ou simultânea, ou seja, o primeiro significa que o intérprete ouve a informação e assim que o orador acabe o profissional começa a traduzir, o segundo, designado de simultâneo, ao mesmo tempo que o orador fala o intérprete traduz, sendo estas as técnicas que poderão ser utilizadas pelos profissionais dependendo do contexto em que se encontram (Quadros, 2004). A retroversão induz o oposto da tradução, ou seja, o orador está a falar e o intérprete a gestualizar, se o orador estiver a utilizar a língua gestual o intérprete tem de traduzir para voz.

O artigo 4º da Lei remete para as condições de acesso ao exercício da atividade referindo que o intérprete depende da “adequada formação profissional e de certificação”. O intérprete deverá ser titular do CCP – Certificado de Competências Pedagógicas - de forma a complementar a formação base instituída nas escolas. No mesmo artigo é referido que o “Governo regulamentará o processo de acesso à profissão de intérprete de língua gestual, em que

participará uma comissão que incluirá representantes das associações representativas da comunidade surda e dos intérpretes de língua gestual”.

O artigo 5º diz respeito à formação dos profissionais os quais “devem frequentar com aproveitamento um curso superior de tradutor-intérprete de língua gestual, com a duração mínima de três anos, devendo incluir nomeadamente formação em Língua Gestual Portuguesa e Língua Portuguesa”. No acesso ao curso “devem os candidatos ser titulares de certificado de formação em Língua Gestual Portuguesa, emitido por entidade formadora legalmente reconhecida”.

A abertura do curso de Tradução e Interpretação da Língua Gestual Portuguesa teve como pioneira a Escola Superior de Educação - ESE de Setúbal – no ano letivo de 1997/1998, que depois foi alargado à ESE do Porto e numa fase mais recente à ESE de Coimbra em duas vertentes: a do Ensino de Língua Gestual Portuguesa e a de Interpretação da Língua Gestual Portuguesa (Pereira, 2011).

As ESE de Setúbal e do Porto, conferiam o grau de bacharel e só em 2000, a ESE de Setúbal confere aos estudantes o grau de licenciatura na área com o curso bietápico de licenciatura. Por seu lado, no Porto este processo só ocorre em 2007, após a implementação do processo de Bolonha. Atualmente, estas instituições possuem o objetivo de preparar profissionais com intuito de desempenhar a função de mediadores de comunicação (Pereira, 2011).

O artigo 7º da Lei 89/1999 refere-se aos deveres do intérprete que, como qualquer profissional, possui linhas de conduta definidas em colaboração com associações representativas da Comunidade Surda e da Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa – AILGP – estabelecendo o seguinte (Pereira, 2011):

- a) Guardar sigilo de tudo o que interpretam;
- b) Realizar uma interpretação fiel, respeitando o conteúdo e o espírito da mensagem do emissor;
- c) Utilizar uma linguagem compreensível para os destinatários da interpretação;
- d) Não influenciar ou orientar nenhuma das partes interlocutoras;
- e) Não tirar vantagem pessoal de qualquer informação conhecida durante o seu trabalho.

Os artigos 7º e 8º da mesma Lei remetem para as Responsabilidades e Período de Transição respetivamente, em que os intérpretes que não cumprirem ou respeitarem os deveres impostos poderão ser impedidos de forma definitiva ou temporária de exercer a profissão e serão penalizados consoante a gravidade da ação cometida. A Lei regula ainda o acesso ao exercício da profissão ao exigir um diploma ou certificação tendo por base a frequência de um curso de intérprete oficialmente reconhecido.

3.2 Aprendizagem da profissão e oferta formativa de nível superior

Como já vimos, a profissão de ILGP é uma profissão recente em Portugal. No entanto, existem relatos de que consegue ser uma das profissões mais antigas da História, isto porque, na evolução do Homem, a comunicação sempre fez parte do seu desenvolvimento.

Segundo M^a. J. Almeida (2003), os primeiros intérpretes de língua gestual portuguesa foram os chamados CODA que, sendo filhos ouvintes de pais surdos, eram muitas das vezes requisitados para facilitar a comunicação entre os pais e a sociedade, seguidos de colegas, amigos e até mesmo de surdos, considerando-se a primeira geração de intérpretes que, através de algum domínio da língua, facilitavam a comunicação. Em épocas anteriores a interpretação não era reconhecida e muito menos remunerada ou considerada profissão, era apenas classificada como uma “obrigação” da parte dos filhos para com os pais surdos (Pereira, 2011). No entanto, é preciso ressaltar que na maioria dos casos eram crianças que sem qualquer formação ou preparação técnica viam-se na necessidade de facultar a tradução entre a comunidade surda e ouvinte.

É em 1981 que, com o apoio do Secretariado Nacional de Reabilitação para a Integração da Pessoa Deficiente (SNRIPD), surge uma primeira geração de intérpretes em Portugal, a partir do que foi designado de “Formação para Formadores de Língua Gestual”, a qual proporcionou uma perspetiva mais abrangente sobre as suas funções e, de igual modo, sobre as suas limitações. Em 1989, dois nomes de referência para a comunidade surda, José Bettencourt e João Aberto Ferreira, partem para os E.U.A à procura de novos conhecimentos e novas metodologias de ensino para serem aplicados a intérpretes de língua gestual, isto porque os avanços na língua gestual americana representavam uma evolução positiva para o mundo e principalmente para a comunidade surda. Foi nos Estados Unidos que se fundou a primeira escola permanente para surdos.

Em 1994 a profissão de intérprete de língua gestual portuguesa passou a ser integrada na tabela nacional de profissões pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, mas só em 1999 é considerada profissão (Sousa, 2015). Em 1995 é criada a Comissão para o Reconhecimento e Proteção da Língua Gestual Portuguesa que, formada por representantes da Federação de Surdos, Associações de Surdos e Pais de Crianças Surdas, de Intérpretes de Língua Gestual, professores e técnicos e ainda por jovens surdos, iniciou uma campanha de sensibilização para o reconhecimento da LGP. Por esta altura um novo tipo de formação para intérpretes e docentes de língua gestual portuguesa certificada, para exercer a atividade, e em 1997, na sequência dos trabalhos desenvolvidos pela Associação de Surdos do Porto, foram criadas as bases sobre as quais assentam os princípios fundamentais da formação de intérpretes atualmente em vigor (Sousa, 2015).

Atualmente a formação de nível superior existente para formar novos Intérpretes de Língua Gestual é limitada apenas a três instituições nacionais de ensino público que oferecem o grau de licenciatura sob a designação de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa².

² https://www.si.ips.pt/ese_si/cursos_geral.FormView?P_CUR_SIGLA=LGP

Tendo começado por ser um curso com a duração de 5 anos, em que *“os três primeiros fazíamos Bacharelato, depois os dois últimos que são equivalem, agora aos vossos mestrados, era a nossa licenciatura”* (E4), a duração foi alterada para 3 anos aquando da implementação do chamado Processo de Bolonha em 2006.

No início da existência do curso na ESE de Setúbal eram exigidos pré-requisitos para que os alunos pudessem frequentar o curso, sendo de referir que duas das entrevistadas realizaram cursos de Língua Gestual na Associação Portuguesa de Surdos para que pudessem preencher esses pré-requisitos:

- *“o pré-requisito para entrada na Universidade era uma entrevista em Língua Gestual”* (E4);

- *“tinha que ter um curso antes de entrar no curso, na licenciatura, tinha que ter os pré-requisitos (...)”* (E5).

Contudo, com a implementação do Processo de Bolonha este sistema de acesso foi alterado na medida em que os pré-requisitos deixaram de existir abrindo a oportunidade para que qualquer aluno frequentasse o curso, o que na opinião de um dos entrevistados é o resultado de interesses institucionais: *“esse pré requisito foi retirado, pronto, isto são outras questões, já são interesses institucionais”* (E2).

Uma das características do curso valorizadas pelos nossos entrevistados era o facto de os alunos poderem realizar estágios curriculares em diferentes contextos ao longo do curso. A estrutura do curso permitia que ao fim de três anos de aprendizagem, sendo que o último seria de estágio, pudessem trabalhar concluindo os estudos com o grau de Bacharel. No entanto, quem prosseguisse estudos teria de continuar a estagiar no quarto e quinto ano de formação.

“Estágio tanto no 3º, nós podíamos acabar o curso com o Bacharelato e começar a trabalhar (...)Exatamente, ou depois fazíamos mais dois anos e ficávamos com uma licenciatura e tínhamos estágio no 3º e no 5º ano” (E4).

Os Estágios eram realizados ao longo de um ano letivo apenas duas ou três vezes por semana. Atualmente os alunos que frequentam o curso na ESE de Setúbal realizam estágios no segundo e terceiro ano, perfazendo três meses de estágio repartidos durante os cinco dias da semana. Com as entrevistas realizadas foi possível entender as diferenças do curso no antes e pós Bolonha.

“Naquela altura, eu acho que era 1 ano inteiro, só que fazíamos era dois dias por semana. Eu acho que agora, acho não tenho a certeza, porque as estagiárias que costumámos aqui ter, fazem imagina 1 mês ou dois meses seguidos. Nós fazíamos o ano inteiro mas dois dias por semana” (E4).

Ao longo das entrevistas foi possível constatar a ideia de que a formação inicial, atualmente, não é suficiente para aperfeiçoar as competências necessárias para o exercício da profissão e

constatamos a dificuldade de realizar o curso em apenas três anos sem qualquer conhecimento de base, a avaliar pelas ideias expressas pelos entrevistados:

“os alunos quando entram no curso não terem preparação! não terem conhecimentos em língua gestual!” (E2);

“são três anos de um curso que tens que aprender uma língua nova e quem não vem com uma base, quem não vem com nada por baixo que não teve acesso à língua gestual antes é muito complicado fazerr um curso em três anos em que, não estás aprender a língua, é uma das fases mas tens que aprender muito mais, mas tens que dedicar muito mais à língua e não é fácil” (E7);

“acho que uma oferta formativa neste momento e como está desenhada nunca é suficiente em três anos. Em três anos não aprendemos tudo é impossível seja qual for o curso e nesta área específica é muito difícil aprender tudo o que compõe uma língua num espaço de três anos é muito difícil, é suficiente? Não!” (E9);

“formação inicial não é suficiente ou seja, nós temos três anos no meu caso, no caso da maioria dos intérpretes são três anos para adquirir uma língua e técnicas de tradução é muita coisa, é muito difícil ser consolidado” (E10);

“Três anos não é suficiente, a minha licenciatura foi de 5 e quando acabei pensei isto: Falta tanto, tanto, tanto ainda tenho tanto para aprender!” (E11).

Para minimizar estas dificuldades os membros das Associações apresentam propostas que paralelamente à formação inicial ou após a sua conclusão possa vir a melhorar as competências dos intérpretes no exercício da profissão, nomeadamente a criação de cursos de especialização ou mestrados ou até mesmo desenvolver áreas específicas de formação. É possível constatar a importância dada a essa aposta na formação após a conclusão da licenciatura nos discursos dos entrevistados:

“Eu acredito mais no mestrado, porque são áreas muito específicas...” (E10);

“sempre fui uma defensora que devíamos criar aqui a nível de formação especificar as áreas judicial, área de saúde, ou seja especificar por áreas de atuação na sociedade” (E9);

“É haver especializações, é haver pós-graduações específicas em diferentes áreas, mestrados em diferentes áreas, formação contínua...” (E11).

No entanto, são evidenciados alguns obstáculos para a implementação destas ideias ao afirmarem que não serão implementadas num futuro próximo visto que estas propostas limitam as áreas de atuação de um intérprete na sociedade.

“Isso [Criação de áreas de formação] poderá um dia acontecer mas neste momento nos moldes que temos neste momento a contratação de intérpretes isso não é possível porque não existe mercado para toda a gente ” (E10);

“acontece é que para criar estas áreas de atuação ou estas áreas específicas de formação nós precisaremos de ter a nível de vocábulos gestuais nós precisaremos ter aqui uma resposta a este nível e não existe, como é que nós damos uma formação, é assim eu vou ensinar, ou eu vou trabalhar com um intérprete na área da saúde mas depois não existe os correspondentes gestuais? (...)” (E9);

“porque nós sabemos que sai um intérprete ao fim destes três anos e pode ir trabalhar para o tribunal, para a escola, para o médico, para a segurança social e tem aqui formação direcionada para estas áreas? Não! Tem que se saber um bocadinho de cada área? Tem!” (E9).

Como foi referido anteriormente, os intérpretes continuam em constante aprendizagem devido ao facto de a língua gestual estar em evolução e, portanto, necessitam de recorrer a estratégias ou métodos que colmatem as dúvidas que surgem no exercício da atividade e, para isso, recorrem a formação dada pelas Associações e, em contexto educativo, recorrem a ex-professores, colegas e alunos, sendo clara a importância dada à aprendizagem informal resultante das interações quotidianas (Sousa, 2015).

“se houver duvidas é óbvio temos sempre entre colegas, temos a professora de língua gestual que nos tira dúvidas se houver, dúvidas de vocabulário, muitas vezes os próprios miúdos” (E1);

“neste momento ainda de há uns anos para cá, a associação de intérpretes, a ANAPI e pronto, também temos outras formações também...da Federação, da APS, e outras também que nós promovemos e também do instituto Jacob já temos ido por aí...” (E1);

“Eu procuro muitas vezes no meu professor de língua gestual, ainda mantenho contato com ele, e às vezes vamos falando e alguma duvida que eu tenha muitas vezes pergunto-lhe. Tenho também o Spread The Sign³ apesar de muitas vezes ficar aquém das expectativas, falo também com as outras intérpretes durante os intervalos, tentamos colmatar as falhas umas das outras ” (E6);

“Acho que aprendemos muito mais com o contato uns com os outros, a expor as nossas dúvidas do que propriamente numa ação de formação. Obviamente se eu quiser algo muito específico terei de ir para uma ação de formação mas ganho muito mais com o contato com outras pessoas do que propriamente numa ação de formação” (E6);

“dúvidas aparecem normalmente diariamente e então eu recorro aos Surdo que tenho próximo de mim pronto, agora que estou na escola tem sempre, tenho lá 6 formadoras de língua gestual então facilmente a primeira que apanhar tiro dúvidas com ela e atualizo-me” (E12);

“normalmente é sempre com os Surdos adultos ou jovens mas peço ajuda sempre a eles ou com colegas de profissão depende não é, às vezes também nos ajudam e se tiverem próximos de nós, depende das colegas há umas que sabem há outras que não” (E12).

³ É um site gerido pelo European Sign Language e tem como objetivo juntar sugestões de gestos em diferentes línguas gestuais [https://www.spreadthesign.com/pt/]

No entanto, alguns entrevistados realçam o facto de que a formação contínua existente não é suficiente e referem que as principais causas são a pouca diversidade da oferta, o não poderem frequentar ações de formação durante o horário de serviço, o elevado custo das inscrições e também o facto de se realizarem fora da sua área de residência/trabalho exigindo custos adicionais e investimento pessoal.

“Para já na nossa área não temos muito não é, e temos outro problema para quem está a trabalhar em escolas como nós, não há muita facilidade de podermos...quando há, as que existem mas nem sempre podemos ir, também não nos dão abertura para faltar e podermos frequentar às vezes as formações, alguns que são ao fim de semana (...) porque muitas delas também não são aqui, são fora, não são aqui perto não é, portanto também não é fácil, as poucas que existem temos o problema de muitas vezes serem ao dia de semana e nós temos aulas serem longe e acaba por ser dispendioso” (E1);

“são muito caras, são muito dispendiosas acho eu, eu compreendo que os formadores têm que ser pagos mas é assim quando implica deslocação para longe torna-se insuportável muitas vezes e muitas vezes há afluência não é maior por causa disso” (E2);

“Sim, nós tentamos ir ou participar em algumas mas não é fácil, nem sempre é fácil porque são todas muito longe daqui, de Évora e não é fácil a deslocação” (E3);

“No início fazia questão inclusive quando estava a faculdade ia a todas, percebi com a experiência que eram todas iguais, ouvíamos sempre a mesma coisa e muitas das vezes o que ganhávamos era com a convivência e com a partilha mais do que com o seminário em si” (E4);

“Frac, insuficiente muitas vezes, é insuficiente. Acabamos por falar sempre dos mesmos temas, a conclusão que chego no fim dessas conferências, desses seminários é que é preciso fazer” (E5).

Face a uma certa redundância da oferta formativa, os entrevistados sugerem alguns temas que consideram relevantes para ações de formação futuras como por exemplo: como traduzir novos conceitos incorporados nos programas escolares, as questões éticas e deontológicas da profissão ou mesmo ações de cultura geral.

“mas há muita coisa que falta fazer mas eu senti muito interesse porque eu aqui na escola preciso de saber como é que se diz fonética, sintaxe, gramática, morfologia, essas palavras todas que são necessárias e aí senti muito interesse” (E5);

“desenvolvimento de competências que poderão ser, de caráter linguístico ou depois já ao nível da ética e da deontologia ou até de outro tipo de conhecimentos sobre o mundo que nos rodeia, que o intérprete tem que estar sempre informado sobre o que passa para fazer uma boa tradução” (E8).

Em forma de síntese, os excertos apresentados evidenciam que a formação inicial de três anos, na opinião dos entrevistados, não é suficiente para formar um intérprete e que para melhorar as suas competências profissionais é necessário apostar na formação contínua para que se possam

manter atualizados e capazes de resolver os problemas que o exercício da profissão lhes coloca no dia-a-dia em diferentes contextos organizacionais.

3.3 Motivações para a escolha da profissão de intérprete de língua gestual

A escolha de uma determinada área de formação e as suas motivações contribuem para a definição das representações da profissão e para as carreiras dos indivíduos. A análise dos discursos dos nossos entrevistados evidenciam motivações de natureza maioritariamente externas a uma lógica de vocação dado que, na sua maioria, não existia um conhecimento prévio da profissão mas também por serem filhos de pais surdos que, aliado à necessidade de um indivíduo que representa-se a Comunidade Surda, os levou por instinto e oportunidade a abraçar a carreira de Intérprete e Tradutor de Língua Gestual Portuguesa.

A partir da análise do discurso dos entrevistados constatamos que, para todos eles, o curso de Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa não foi a primeira opção, como podemos constatar nos exemplos constantes das transcrições abaixo.

“primeiramente não era a primeira opção o curso que tenho, foi talvez a minha 4ª opção (...)a minha 1ª opção era cardiologia, mas como não consegui e resolvi preencher todas as vagas então entrei para a 5ª opção que era esta, Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa, entrei com o intuito de mudar de curso” (E3);

“Pois como já tinha mencionado, não era isto de todo a minha primeira opção” (E4).

Constatamos também que alguns dos entrevistados não tinham qualquer conhecimento da existência da profissão e das condições do seu exercício.

“não tinha consciência do que era realmente ser intérprete e que aquilo que fazia e que sempre tinha feito que no fundo era ser isso, era ser intérprete. “ nem tinha a consciência do que era isto, que profissão era esta, ou que havia de facto esta profissão...” (E2);

“Não, não conhecia, eu não fazia ideia que isto era uma profissão”(E4);

“Sim, não sabia, não sabia que existia a profissão” (E6).

As razões da escolha do curso, para alguns entrevistados, acabam por estar ligadas à existência de alguma forma de contacto com a população surda nomeadamente devido a conhecimento prévio de familiares ou amigos surdos.

“um casal de amigos surdos e pronto, e sempre que estava com eles tinha curiosidade a saber um bocadinho mais” (E1);

“eu tenho uma prima surda. Com três anos, tive essa minha prima, e nós contactávamos muito” (E6).

Mais frequente do que esses laços mais ou menos difusos com a população surda parece ser a existência de pais Surdos, pelo que a opção pelo curso e pela profissão surge como um recurso para fazer face à falta de profissionais na área com que à época se confrontavam.

“costumo dizer não fui eu que escolhi a profissão, foi a profissão que me escolheu a mim, é aquilo que eu costumo dizer, e eu acho que sim, porque não fui eu que fui à procura foi pura coincidência” (E2);

“eu cresci na Comunidade Surda e dominava a língua gestual foi uma questão de oportunidade, surgiu um convite para trabalhar como intérprete na altura em 1980 e até '90 não havia formação portanto os intérpretes que existiam que eram poucos”(E8);

“por já ter conhecimento da língua gestual e porque gostava e gosto e depois porque fui empurrada digamos assim para lá, comecei a desempenhar funções e a trabalhar como intérprete e gostei e cada vez estava a gostar mais daquilo que estava a fazer daí depois ter-me interessado em querer mesmo especializar na área” (E12).

Os elementos enunciados permitem-nos concluir que a generalidade dos entrevistados, apesar de desconhecer a possibilidade de olhar para a atividade como uma profissão refletindo a sua falta de reconhecimento social, já tinha algum contacto com população surda seja ao nível familiar seja ao nível das relações pessoais extrafamiliares.

3.4 Formas de acesso ao emprego

Analisar o acesso ao emprego dos Intérpretes de Língua Gestual constitui uma dimensão de análise da nossa investigação. Para melhor entender o processo de acesso ao emprego optamos por subdividir a análise em duas dimensões: a primeira corresponde à análise do acesso ao emprego que de forma geral se foca nas condições de trabalho dos profissionais e abrangerá contextos profissionais diferenciados nomeadamente o contexto educativo, *call-center*, televisão e tribunal; a segunda tem o intuito de caracterizar o percurso profissional dos entrevistados e os desafios diários com que se confronta um intérprete no exercício das suas funções.

A maioria dos entrevistados, como já foi referido anteriormente, trabalha atualmente em contexto educativo, mais propriamente em escolas, sendo que dos outros entrevistados uma é docente no Ensino Superior e executa trabalhos de intérprete de forma esporádica, outra conjuga paralelamente a atividade de intérprete em escola com a atividade em tribunais e televisão e, por último, uma entrevistada trabalhou num *call-center* de uma operadora móvel mas, por opção de carreira, decidiu não continuar na área da interpretação e da tradução de língua gestual portuguesa.

Atualmente as nove profissionais entrevistadas encontram-se no ativo, ou seja, mesmo que não seja na área da interpretação e da tradução o seu regime de trabalho é o de contratada. No entanto, as entrevistadas afirmam que quando terminaram o curso a procura do primeiro emprego nem sempre foi fácil e que não se sentiam preparadas para trabalhar, embora nalguns

casos isso seja visto como algo que todos os diplomados sentem quando terminam o respetivo curso, como ilustram os discursos abaixo.

“Quando acabei o curso não fiquei logo colocada. Tive a trabalhar ainda numa outra área, na altura sim, foi complicado no primeiro ano que sai não consegui depois entretanto no ano a seguir foi quando entrei em Riachos” (E1);

“Mais ou menos, tinha muita vontade de trabalhar isso sim, mas sentir-me mesmo preparada, mesmo preparada não, tinha muitos receios e muitas dúvidas o que é normal mas depois acho que passado uns meses já me senti mais confiante” (E3);

“Acho que não, obviamente quando vim, quando me vim apresentar aqui fui logo obrigada a traduzir uma queixa de um formador surdo à direção da escola e eu comecei a tremer toda [Sobre o facto de se sentir preparada para trabalhar]” (E4);

“Mas acho que é um bocadinho normal, porque ninguém sai de uma universidade preparado para lidar com o dia-a-dia porque nós falamos das coisas na universidade é aquele ambiente muito fechado, aquela coisa muito controlada não é?” (E5);

“Obviamente pelo meu curso ser tão direccionada para o contexto educativo eu sentia-me muito mais preparada para trabalhar no contexto educativo do que em qualquer outra área” (E6);

“De certa forma, não me sentia preparada para trabalhar” (E7).

Duas das nossas entrevistadas cresceram na Comunidade Surda e sendo filhas de pais surdos é importante referir que fazem parte das Gerações de Intérpretes que antes do reconhecimento oficial eram os designados CODAS que realizavam as traduções auxiliando amigos, familiares e conhecidos. Como refere Almeida (2003) é necessário ter em conta que os primeiros intérpretes trabalhavam sem qualquer formação e, portanto, tornaram-se nos principais responsáveis, juntamente com a Comunidade Surda, pelo reconhecimento e valorização da profissão, conforme podemos constatar também nos discursos dos nossos entrevistados.

“quando eu comecei a trabalhar não tinha formação mas nessa altura também havia pouquíssimos intérpretes e as solicitações eram realmente pequenas, hoje em dia não, porque a própria Comunidade Surda começou a crescer em termos da sua participação na sociedade e começou a exigir mais a presença de intérpretes, tudo isso levou a que se comesse a dar formação que comesse a haver criação de legislação própria para esse efeito (...) eu acho que havia aqui alguma intuição, alguma queda para exercer esta profissão mas não existiam ainda, ainda não existia formação” (E8).

Apesar do vasto conhecimento da língua e da Comunidade Surda, os profissionais afirmam que ainda assim sentem dificuldades devido à instabilidade dos concursos públicos ou pelo receio de que as suas competências não preencham os requisitos pedidos, o que se constituiu numa razão para apostarem numa formação formal.

“Sou CODA, os meus pais iam para as Associações e eu sempre cresci, todos os fins-de-semana a conviver com Surdos, mas achava que não era suficiente a nível profissional, não era uma língua gestual que fosse suficiente para desempenhar funções (...) Eu não senti porque como te digo eu já estava a trabalhar não é e então eu concorri nas escolas digo-te muito sinceramente não estava com muitas esperanças de ficar porque na realidade estes requisitos para as escolas são... às vezes são muito específicos” (E12).

Sousa (2015) considera o recrutamento um desafio no acesso à profissão e, a mesma ideia é defendida pelos nossos entrevistados ao afirmarem que atualmente o recrutamento dos intérpretes constitui o principal obstáculo, no caso das escolas, e declaram que se torna injusto, repetitivo e incoerente no sentido em que necessitam anualmente de realizar uma entrevista de trabalho independentemente de no ano anterior lá terem estado a trabalhar e de nunca iniciarem as suas atividades aquando do início do ano letivo. Acresce o problema da contagem do tempo de serviço que não é contabilizada de forma uniforme, prejudicando assim a continuidade na profissão.

“entrarmos sempre 15 dias ou um 1 mês, já chegou um 1 mês e meio depois das aulas começarem é que chega a intérprete ou seja o menino, o aluno surdo enquanto está em escola naquele bocadinho sem intérprete deixa de ser surdo, porque já não precisa então, naquele mês e meio não foi necessário, pois claro chegamos nós e os professores “e então agora o que é que vamos fazer?” Vamos ter que fazer uma revisão da matéria toda naqueles, naquela semana daquele mês e meio que estiveram sem intérprete é um bocadinho injusto, os professores dão nos muito valor sinto isso, a escola nem tanto” (E4);

“ têm que se mostrar aquilo que se vale quando já se trabalhou anos na área e naqueles 5 minutos tem que se provar o que vale em língua gestual que nem sequer língua gestual é falada na entrevista por acho isto um bocadinho injusto...” (E5);

“Porque há colegas que contam anos letivos, outras que contam anos civis, outras que... é uma grande confusão porque uma pessoa que trabalhou duzentos dias e que só pode por dois dígitos na plataforma de tempo de serviço não pode por lá duzentos dias, mas se por lá um ano também não é justo porque não trabalhou um ano” (E5).

Uma outra dificuldade apresentada pelos entrevistados refere-se aos intérpretes mais jovens face aos que já possuem uma maior experiência profissional expressando um sentimento de injustiça e de conflito entre profissionais decorrente do reduzido número de vagas, neste caso nas escolas.

“sim e é muito injusto e sinto-me humilhada muitas vezes na altura da entrevista porque sinto que estou em pé de igualdade com as miúdas que estão a chegar agora e que se calhar na altura estão menos nervosas que eu, podem mostrar melhor ou falar melhor do que eu na entrevista e aqui os meus 10 anos de serviço valem 0” (E4);

“Se não tiver oportunidade nunca vou conseguir ter experiência, e acho que não havia necessidade de abrirem as vagas todos os anos. São vagas fictícias, porque na

realidade, acaba por já se saber que quem vai lá ficar ou pelo menos quem se quer que fique lá, na maioria das escolas é isto que acontece” (E6);

“gente que já está na área há tanto tempo que é o direito deles, delas trabalhar na área mas também não surgem novas oportunidades para as pessoas que estão de começo, que estão a começar como é o meu caso, o caso de colegas minhas que acabaram o curso e não entraram porque não tinham oportunidade de emprego, não tinham vagas porque as vagas estavam preenchidas, não surgiam novas vagas e é diferente” (E7).

Por outro lado, temos a perspetiva dos responsáveis das associações sobre o recrutamento realizado para nas escolas. Aí as opiniões são unânimes no que respeita à impossibilidade de inverter o processo e afirmam que enquanto não existir legislação que coloque todos os intérpretes em situação de igualdade o sistema permanecerá o mesmo, o que reflete o reduzido poder do grupo e das suas estruturas de representação coletiva.

“por mais que a gente não queira, a escola é um contexto, é um grande contexto e é um contexto com o qual não podemos dizer, é assim que tem que funcionar. O Ministério da Educação tem aqueles registos que funcionam anualmente e nós dificilmente conseguimos mudar (...) se tivéssemos uma ordem ou um sindicato desta classe profissional as coisas eram bem mais fáceis” (E9);

“recrutamento dos intérpretes quer seja por exemplo nas escolas, nas Associações...bom nas escolas a gente não se pode meter aí porque isto é uma coisa com o Ministério da Educação” (E11).

Em contexto de Televisão e Tribunal o sistema de recrutamento e as condições de trabalho diferem do contexto educativo, sendo que funciona por convite (Televisão) e Bolsa de Intérpretes (Tribunal), neste caso gerida pela FPAS-Federação Portuguesa das Associações de Surdos. Sousa (2015) aponta no seu estudo que qualquer outro contexto que o intérprete atue será remunerado através de recibos verdes o que também é referido pelos entrevistados nos excertos abaixo:

“eu quando fui, fui convidada por uma pessoa Surda que era a pessoa responsável por..., já era conhecida e era a pessoa responsável por..., estava em permanente contato com a RTP porque mostrava a necessidade de ter um intérprete e era uma pessoa que estava muito ativa na Comunidade Surda e debatia por melhores condições de acessibilidade para a Comunidade Surda (...) Eram mesmo recibos verdes e tanto esses nossos colegas que já lá estavam há 25 anos quando eles eram na altura os únicos... , sempre estiveram a recibos verdes” [Televisão] (...) Também é a recibos verdes, é um protocolo também gerido também pela Federação, a Federação é que faz esta gestão de intérpretes, alguns são feitos à Federação e a Federação tem vários intérpretes, tem uma bolsa de intérpretes e distribui de acordo com a disponibilidade dos intérpretes vão fazendo determinados serviços, e pronto e somo pagos de acordo com o serviço que fazemos...” [Tribunal] (E12).

Na entrevistada também é afirmado que a precaridade e a falta de estabilidade financeira a levou a concorrer para as escolas afirmando que foi a partir destes dois contextos que ganhou uma elevada experiência profissional e considera um desafio apesar das condições de trabalho. Refere também que o valor da remuneração tem vindo a diminuir, contrariamente ao que acontecia anteriormente, e que a precaridade é o principal obstáculo com que se confrontam.

“também houve um corte muito grande, na altura era bem pago, não podemos dizer que não, era uma profissão que era bem paga porque também era a nossa imagem que estava em jogo não é, nós dávamos a nossa cara e isso era bem pago, até que a coisa de 4, 5 anos...se calhar há já uns 5 anos para cá, levamos um corte de 50%, primeiro de 30 e depois de mais 20” [Televisão]. (...) Estou contratada [Escolas] pronto mas também não é nada estável não é mensal como nos recibos verdes ou diários como os recibos verdes mas é anual pronto, todos os anos temos o mesmo dilema de concorrer e não saber onde é que vamos ficar...” (E12).

A mesma perspectiva é apresentada por um dos membros da associação, ao referir que a instabilidade torna-se numa das maiores inseguranças dos intérpretes: *“É aquela situação de que o intérprete, primeiramente não é reconhecido e depois não consegue ter uma situação estável profissionalmente, porque é mesmo isto eu sei o hoje mas não sei o amanhã e isso acho que também é um dos principais inseguranças” (E9).*

Para diminuir estas dificuldades da profissão, os membros das Associações sugerem propostas de melhoria em que a criação de um lista agrupando todos os intérpretes ou então a produção de Bolsas de Intérpretes que realize assim um recrutamento mais justo e uniforme. Ainda foi referido pelos participantes que o recrutamento tem de ser acompanhado sempre de representantes que conheçam a realidade dos intérpretes e da Comunidade Surda.

“passa um bocadinho pelas Associações que é o que está a acontecer e neste momento é a forma até a criação ou a existência de uma possível ordem ou sindicato nós temos que nos reger assim, pela criação de uma lista e que são atribuídos os serviços é a forma que nós consideramos mais justa e é a forma que temos lutado ultimamente” (E9);

“Nós há pouco tempo sugerimos numa reunião com um dos partidos políticos, onde estive uma das nossas representantes, uma das pessoas a quem recorremos frequentemente que é a professora e foi proposto por nós, pela ANAPI uma bolsa de intérpretes de serviços públicos”(E10);

“Então eu vou dar o exemplo da televisão. Sempre com a Comunidade Surda, sempre tendo uma Associação que representasse a Comunidade Surda quando digo Comunidade Surda não são só surdos, são surdos e pessoas que percebem daquilo que está a ser feito, por exemplo o intérprete de língua gestual e um surdo por exemplo para fazer recrutamento dos intérpretes para a televisão é uma das coisas interessantes, é uma ideia” (E11).

A segunda dimensão de análise do acesso ao emprego passa também por entender o percurso profissional dos entrevistados em que a maioria sempre trabalhou em contexto educativo e, portanto, só os intérpretes mais novos trabalharam noutras áreas que nada têm a ver com a

língua gestual. Uma das participantes dedica-se ao Ensino Superior e outra sempre participou em contextos como a televisão ou o tribunal mas só recentemente concorreu a escolas.

“não tenho tido muita razão de queixa, tenho estado a trabalhar, tive um ano sem trabalho foi logo o primeiro ano mas claro fiz alguns sacrifícios, tive fora 4 anos ” (E1);

“o meu percurso escolar e profissional estão muito a par um do outro. Porque eu comecei a trabalhar na APS, tinha 18 anos... em 1992 e não tinha formação nenhuma na área ainda, só depois de entrar na APS é que entrei para o curso de formação profissional que era promovido pela APS” (...) Eu estou aqui nesta escola desde 2002” (...) “portanto eu tive três, quatro meses em que eu tive arranjar outro emprego porque eu tinha contas para pagar (...) trabalhar numa loja, num centro comercial” (E2);

“faz quase dois anos que estou a trabalhar na minha área na Escola Básica (...)” (...) “Tirei uma formação de saúde auxiliar de farmácia e estava a trabalhar numa farmácia. Depois apareceu uma situação em que uma colega rejeitou a vaga, se não estou em erro e foi para outra escola e eu tentei a sorte e consegui, mas é diferente” (E3);

“Comecei logo nesta escola, numa escola de referência (...) Fui para o primeiro sítio onde concorri e fiquei...” (E4);

“vim trabalhar para Évora, fazer outra substituição de outra colega, outra gravidez e até agora tenho estado nesta escola” (E5);

“É o primeiro ano numa escola de referência. O ano passado estive lá no estágio profissional” (E6).

Como já foi referido anteriormente, uma das entrevistadas teve experiência na área da língua gestual em contexto de *call-center* no apoio ao cliente em língua gestual. No entanto, depois dessa experiência achou que as suas competências não eram suficientes e optou por enveredar por outras áreas. Quando a entrevista foi realizada era assistente de alfarrabista.

“Neste momento não estou a trabalhar na área [Língua Gestual] tive umas pequenas experiências mas de momento não estou, não consegui de facto entrar por esse caminho (...) Neste momento trabalho como assistente de alfarrabista (...) Na área da língua gestual, fiz três estágios que eu realizei, ainda concorri a uma vaga para uma empresa que faz, fazia e faz tradução e o back office para pessoas em língua gestual” (E7).

A entrevistada que optou pelo Ensino Superior, começou inicialmente por trabalhar no laboratório farmacêutico e só mais tarde a realizar serviços para a APS a *part-time*. A sua experiência profissional não passou pelas escolas mas participou em congressos, fundou associações e devido à vasta experiência foi convidada a lecionar.

“ (...) comecei a trabalhar num laboratório farmacêutico, depois fui para fora, tive três anos fora (...) durante muitos anos trabalhei paralelamente cá fora, tinha outras ocupações e fazia uma part-time na Associação, fazia algumas horas, quando era preciso chamavam-me, e ia fazer esses trabalhos. Só a partir de 1992/93 é que eu comecei a trabalhar a tempo inteiro como intérprete de língua gestual na Associação Portuguesa de Surdos (...) em 1998 fui convidada para dar aulas aqui na (...) no curso de Tradução de Língua Gestual, devido à experiência que tinha acumulado” (E8).

“eu fiz parte da fundação da primeira Associação de Intérpretes em 1991 (...) sou sócia fundadora da primeira Associação, que foi a AILGP e sou sócia fundadora de uma segunda Associação que foi criada em 2011 que é a ANAPI-LG” (E8).

É necessário mencionar que a entrevistada que realiza serviços na televisão e no tribunal, realizou uma formação específica dada pelo Ministério da Justiça para poder trabalhar. No entanto, a experiência da entrevistada é diversificada e abrange o contexto escolar, exposições e televisão.

“ fiz o curso também no Ministério da Justiça, no Centro de Estudos Judiciários, fizemos lá o curso o que depois deu-me a possibilidade também a começar a fazer tradução na área do âmbito do Ministério da Justiça e pronto foi o que eu fiz durante realmente muitos anos (...) o grau de exigência foi subindo à medida que ficava mais à vontade e sentia-me preparada, fui aceitando novos desafios até chegar ao Ministério da Justiça e a televisão e a Congressos, Seminários já fiz um bocadinho de tudo mesmo nesta área” (E12).

Pereira (2011) e Sousa (2015) identificaram alguns obstáculos à profissão, nomeadamente o cumprimento do Código de Ética ou a falta de correspondentes gestuais, os quais foram confirmados pelos discursos dos entrevistados. Por último, temos os desafios diários no exercício da profissão sendo que os principais são a falta de correspondentes gestuais, as questões éticas e articular o seu papel com a restante comunidade educativa.

“por exemplo senti o ano passado, nós estivemos num curso profissional e tivemos disciplinas muito específicas, com vocabulário muito específico e não era fácil tivemos que arranjar estratégias entre nós”(E1);

“o maior desafio é nós conseguirmos ter aqui uma boa articulação com a restante comunidade educativa para que percebam o que é que é o nosso trabalho(...) também temos essa dificuldade, às vezes eles perceberem qual é o nosso papel, então elas são intérpretes, elas são professoras, são o quê?”(E2);

“o código de ética é: um intérprete traduz não está ali a fazer mais nada, não pode revelar informações fora que, tenham a ver com os alunos, não pode dizer nada a ninguém, tem que ser fiel ao que é dito pronto” (E5);

“Código de Ética para tudo é um desafio, quer dizer, um Código de Ética para língua gestual ainda é muito mais, porque nem sempre é possível cumprir tudo aquilo a risca porque somos seres humanos tendemos a sair um bocadinho a pensar que estamos a fazer pelo bem mas afinal não é o correto” (E7);

“temos também situações mais delicadas por exemplo situações em que vamos a tribunal, em que nos confrontamos com situações delicadas, temos que ter sempre presente o nosso Código de Ética e Deontológico, temos que ter o cuidado de não quebrar as regras éticas e deontológicas pelas quais nos devemos reger” (E8).

Na mesma perspetiva os responsáveis das Associações também consideram que a falta de gestos e de regulamentação são as principais dificuldades apresentadas no exercício da profissão.

“Conceitos distintos e correspondentes gestuais por vezes não existem e então a necessidade de criar os chamados códigos para que possa chegar a informação ao aluno e o trabalho tem que se feito não só pela intérprete ou pelas intérpretes mas também com o estudante surdo” (E9);

“lutamos por esta regulamentação, ou seja, este documento que nós conseguimos finalizar em 2016, em 2017 perdão com o apoio de um jurista pretende ver realmente essas questões das condições de trabalho, acesso aos concursos nas escolas, as condições do intérprete no geral” (...) a partir do momento em que a lei sai, que a regulamentação seja aprovada toda a gente tem que se reger por esse e isso vai dar também alguma, vai dar um reconhecimento maior a profissão, aos interpretes e a forma do intérprete estar na sua profissão, acredito que se vai sentir mais protegido, vai-se sentir mais envolvido e com mais segurança do seu trabalho” (E10).

Em contexto televisivo os desafios são diferentes do contexto educativo sendo que os principais problemas são o público-alvo, que se torna mais genérico tendo o intérprete o cuidado de adaptar a linguagem e os gestos às várias faixas etárias e aos diferentes níveis de língua gestual do público que assiste, a velocidade da informação e o tempo de correção, ou seja, enquanto no contexto educativo a tradução é feita à medida dos alunos surdos e dos professores tendo um tempo de correção mais elevado caso aconteçam erros gestuais, na televisão nem sempre é possível corrigir.

“Não é fácil porque o público-alvo não é só oralistas, ou não é só falantes de língua gestual e um mix de tudo depois temos as diferenças de idade também, as gerações e tudo isto nós temos que fazer chegar a nossa língua gestual não é, temos que nos adaptar e fazer a língua, traduzir de uma forma em que consigamos chegar ao maior número de pessoas tendo em conta que temos estes diferentes públicos-alvo não é?” [Desafios na Televisão.] (...) às vezes dá tempo para isso outras vezes não dá, não te apercebes, depois no fim da notícia se calhar apercebes-te que não era este tipo de gesto, não era este era outro mas aí já não há nada a fazer mas pelo contexto, vá a pessoa consegue perceber o que foi dito tu é que não aplicaste o gesto se calhar mais correto mas a informação passa não é, no geral o conceito acaba sempre por passar...sim, mas sim às vezes acontece” [Tempo de correção] (E12);

Em contrapartida, em contexto de tribunal a entrevistada não aponta grandes dificuldades e refere que o tipo de vocabulário é acessível, mas revela que é necessário muita

responsabilidade devido ao conteúdo técnico e à especificidade da linguagem jurídica. Refere também que não considera o Código de Ética um desafio, conforme refere o discurso:

“um vocabulário muito mais específico, mais técnico, havia muitas coisas que eu às vezes não...é assim porque eu não tinha noção ou não sabia e quem me ajudava a esclarecer por vezes eu perguntava mesmo aos advogados e eles ajudam-nos (...) são perguntas muito simples, a morada, a idade, onde nasceu e depois é todas as perguntas que o Ministério Público fizer mas são perguntas do que realmente aconteceu”(E12).

Em forma de síntese, foi possível constatar através dos resultados obtidos que os entrevistados não se sentiram preparados para trabalhar assim que concluíram a sua formação inicial e que apesar da experiência de alguns antes de concluir a licenciatura ainda assim confessaram que não se sentiam preparados para exercer a profissão. Afirmaram também que o recrutamento de intérpretes é na maioria das vezes injusto e não é uniforme nos diferentes contextos.

3.5 O papel do associativismo profissional na promoção da coesão de grupo

Ao chegarmos à análise do papel do associativismo profissional na promoção da coesão do grupo, começamos por constatar que os profissionais entrevistados têm conhecimento da existência de Associações de Intérpretes em Portugal. No entanto, apenas uma entrevistada é de facto associada sendo que as restantes têm a consciência da importância do papel das Associações mas não são sócias, conforme ilustram os discursos.

“Não, não sou [Membro de uma Associação] (...) Por acaso não sou sócia, mas devia ser, é um facto, reconheço [hum] não calhou, não...cá está fica longe e olha sinceramente, mas é uma vergonha também me sinto envergonhada por isso” (E1);

“ Sim, de duas pelo menos. Uma no Porto que não sei o nome, e a ANAPI que é a que está em Leiria, Coimbra uma coisa assim” (E4);

“tenho conhecimento que existe uma outra Associação a funcionar, sobretudo na zona norte que é a ATILGP. Portanto neste momento, as Associações de Intérpretes a funcionar existe a ANAPI-LG, que é a Associação Nacional e Profissional da Interpretação de Língua Gestual e a ATILGP que é Associação de Tradutores e Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa e acho que é muito importante que existam associações que representem esta classe profissional” (E8).

“realmente é a única Associação que agora temos na nossa área aqui mais próximo, temos no Porto, mas a única que temos mais próxima é mesmo a ANAPI então é fundamental e é uma Associação que representa e que defende os nossos direitos, eu acho que sim, devemos ter e é importante ter alguém que nos represente” (E12);

Por outro lado, duas das entrevistadas fizeram-se sócias das Associações. No entanto, a uma das entrevistadas relata que o fez mas que atrasou a decisão durante muito tempo devido à história das Associações, em que no passado existiram mas não cumpriram com os objetivos pretendidos. Outra entrevistada afirma já ter sido sócia mas devido a problemas com os

membros da Direção não voltou a pagar cotas deixando assim automaticamente de pertencer à Associação.

“Porque já houve outras tentativas, houve mas é assim, quando a associação foi criada de inicialmente eu percebi havia um determinado objetivo e acho que acaba por ter não cumprir na totalidade o objetivo que eu tinha idealizado inicialmente... (...) Sou. Há um mês, coisa que andava a protelar há muito tempo” (E2);

“Porque eu já me inscrevi, eu já paguei cotas, já precisei de ajuda e como não tinha pago as cotas não me ajudaram a resolver um problema aqui na escola, na escola onde eu trabalho hoje e acho que isso é muito injusto e é muito mau da parte do carater das pessoas que estavam na Associação naquela altura, acho eu ou do carater da Associação não sei” (E5);

Temos também entrevistadas que conhecem o trabalho que tem vindo a ser realizado pelas Associações e consideram que o trabalho produzido até agora tem tido um impacto positivo no exercício da profissão.

“Eu acho que sim, acho que até tem conseguido, tem conseguido fazer alguma coisa por nós, pela nossa profissão” (E1);

“Sim. Vamos ver como é que as coisas correm mas eu acho que sim, neste momento, agora parece-me que a associação está no sentido cruzado” (E2);

“neste momento eu conheço melhor é o trabalho da ANAPI-LG que faço parte dos órgãos sociais, eu sou presidente da mesa da Assembleia e a ANAPI neste momento está envolidíssima em diferentes projetos de debate a nível político como a nível de nova regulamentação da lei 89/99 que foi a primeira lei que criou a profissão” (E8);

“Eu também sei eu sei que eles, no Porto eu não conheço muito a realidade do trabalho que eles estão a desenvolver lá em cima agora a nível do que é feito pela ANAPI apesar de eu não ser sócia tenho colegas de profissão que são sócias e que me tem dito que sim, que eles tem trabalhado” (E12);

Temos também duas entrevistadas que devido à sua participação nas Associações têm perspectivas opostas, em que uma entrevistada revela que não entende como é que são feitos os pedidos de requisição de intérpretes e que tendo sido sócia nunca foi chamada a realizar qualquer tipo de serviço. Em contrapartida outra entrevistada afirma que uma das Associações, a ATILGP, apoia os intérpretes e que a partir da criação da lista, é possível fazer uma melhor gestão das competências dos profissionais e claramente colocá-la em prática (Sousa, 2015).

“já fui sócia de uma Associação nunca recebi um convite por parte da Associação para trabalhar seja no que for e isto é outra coisa que acho muito mal, que eu não concordo porque acho que se é uma Associação e se os trabalhos são todos enviados para lá, os pedidos são feitos lá havia de haver uma divisão de trabalho

para todos os intérpretes poderem trabalhar à parte dos seus trabalhos, de fazer outro tipo de serviços” (E5);

“ATILGP eles fazem isso, fazem avaliações das intérpretes para os diferentes contextos e dependendo dos serviços que são pedidos a ATILGP, tem uma lista com as intérpretes e vão seguindo uma a uma e se uma não puder passa a seguinte mas as intérpretes associadas vão trabalhar para a ATILGP” (E6).

Uma entrevistada, devido à realidade da profissão, decidiu por opção não continuar a seguir carreira como intérprete de língua gestual e portanto afirma que não conhece a realidade das Associações nem o trabalho que têm vindo a desenvolver.

“Eu não sei realmente o trabalho que eles estão a fazer, se é o trabalho correto, e se estão a lutar pelos direitos dos intérpretes. Ainda bem que existe mas eu estando fora da comunidade, neste momento estando fora da comunidade não tenho noção realmente do trabalho que elas estão a fazer mas é importante que exista, neste momento não sei que tipo de trabalho que elas fazem” (E7).

Por último, é importante referir também que o facto das Associações se localizarem no Porto e em Leiria, leva a entrevistada a afirmar que a sua participação na Associação não será tão assídua devido a incompatibilidade da vida familiar e profissional. O motivo da adesão à Associação deve-se à necessidade de melhorar as condições de trabalho e confia no movimento associativo para o fazer.

“Para mim o objetivo de uma associação é além de defender os interesses dos intérpretes neste caso, dos seus profissionais é promover condições para que o seu trabalho seja, decorra, que as condições de trabalho existam. Eu sei que não é fácil... (...) associei-me agora com esse objetivo, com essa intenção de poder ajudar a contribuir para que a associação possa criar condições para verificar realmente se as condições de trabalho dos intérpretes estão a ser cumpridas” (E2).

3.6 Perspectivas dos profissionais sobre o futuro da profissão

Por último, apresentamos a perspetiva dos profissionais sobre o futuro da profissão paralelamente com a visão dos membros das Associações. Para os entrevistados ainda existem muitos espaços em branco por preencher e que as perspetivas de progresso são quase nulas e concordam que a precaridade e a falta de regulamentação deveriam ser os primeiros passos para um futuro melhor (Pereira, 2011).

“É preciso tanta coisa, que a gente não tem olha precisamos de ter, sei lá o principal eramos ter trabalho o ano inteiro com recondução, com quadros (...) Neste momento, não temos perspetivas nenhuma. (...) Ainda houve uma altura que se falou nas reconduções que poderia eventualmente mas também não temos essa abertura por parte da, do ministério portanto...” (E1);

“acho que depois de 20 anos a trabalhar numa escola às vezes tenho aquela sensação que as coisas nunca mais vão mudar, vão ficar sempre assim, eu gostava que não” (E2);

“Gostava que não fosse esta precariedade...” (E3);

Apesar das dificuldades evidenciadas decorrentes, em grande medida, da precariedade que atravessa a profissão, alguns entrevistados realçam os aspetos positivo e as conquistas já feitas sendo que outros acreditam que só irá haver melhorias se o grupo se manifestar e, portanto, considerando que o grupo tem pouca visibilidade social.

“em termos de sociedade é um grupo que não tem visibilidade suficiente para conseguir lutar por alguma coisa, ou vamos a reboque dos docentes de LGP que eventualmente vão conseguir alguma coisa para breve” (...) Olha eu tenho esperanças que piorar não piore mal por mal que se mantenha... olha que nós não passemos para recibos verdes novamente como era há uns anos atrás, é que o eu espero e que nos continuem a pagar o que nós temos recebido até agora...” (E1);

“não faço a mínima ideia do que é que irá acontecer mas eu acho que o serviço prestado à Comunidade Surda eu acho que está a melhorar e a perspetiva é de melhorar cada vez mais” (E12);

“tem acontecido melhorias a pouco e pouco já houve uma alteração por exemplo nos ordenados, em relação às horas...” (E4).

Deixamos para último a perspetiva dos responsáveis pelas associações profissionais entrevistados, os quais apresentam uma visão de futuro da profissão que, de uma forma geral, é apresentada como positiva e acreditam que a profissão já evoluiu e vai continuar a fazê-lo.

“há uma maior sensibilização, acho que as pessoas estão finalmente a perceber a importância da língua gestual e também do intérprete, eu acho. Tenho sentido isso portanto acredito que no futuro seja cada vez melhor, acho que sim. Há uma maior atenção para este profissional e para a presença do mesmo em determinados...e a colocação do mesmo em todos os contextos e serviços públicos principalmente” (E9);

“Eu penso que nós estamos e nós acreditamos num momento de ouro e por isso é que nos temos dedicado muito, muito a esta questão da regulamentação, porque eu volto a insistir nisto e ando sempre a volta disto, porque regulamentando uma profissão dá-lhe outra credibilidade (...) é isso que nós acreditamos é que cada vez as coisas sejam melhores e mais fáceis para os intérpretes, para os estudantes, os surdos vão cada vez a exigir mais e nós temos que nos preparar melhor porque o futuro da profissão também passa por nós” (E10).

“Se as pessoa não pensarem no seu umbigo e pensarem no coletivo, muito mais fácil porque na verdade, nós somos quer queiramos ou quer não, onde quer que aparecemos, oferecemos ou que fazemos um trabalho vamos imaginar na Câmara

Municipal, nós estamos a levar a nossa classe profissional a esse sitio, nós não estamos só a representar a pessoa X porque eu nem sequer quer que saibam o meu nome, estou a representar uma classe profissional” (E11).

Em forma de síntese, é possível referir que os profissionais e os membros das associações possuem perspectivas diferentes sobre o futuro da profissão. Por um lado temos um grupo profissional que se debate com as precárias condições da profissão, por outro temos os membros das associações a afirmar que estão “*num momento de ouro*” e que esperam que com a regulamentação venha a surtir um impacto positivo na vida dos profissionais.

CONCLUSÃO

Com o trabalho aqui apresentado, apenas se pretendeu questionar e problematizar o papel do intérprete de língua gestual portuguesa na sociedade, numa época em que cada vez mais são fundamentais para o estabelecimento da comunicação entre Surdos e Ouvintes. Este estudo sobre os intérpretes de língua gestual portuguesa - formação, emprego e perspectivas futuras – visa contribuir para a reflexão sobre as diferenças deste profissional nos vários contextos explicitando as principais necessidades quer políticas quer organizacionais a fim de elencar com as representações sociais dos participantes. As escassas investigações e a carência de experiências documentadas sobre o tema acentuaram a problemática do estudo representando assim um desafio ao conhecimento (Sousa, 2015).

Optámos por uma investigação de índole qualitativa junto de doze profissionais da área, na qual nove realizaram a sua formação inicial em períodos e instituições de ensino diferentes, com um desenvolvimento profissional distinto, nomeadamente ao acesso à profissão, aos contextos onde trabalharam e nos quais construíram as suas carreiras. Não existem diferenças na natureza dos estabelecimentos onde desenvolvem e desenvolveram a sua atividade, visto que as únicas escolas nas quais poderão exercer a profissão são as Escolas de Referência, que possuem o objetivo ensinar crianças com necessidades especiais (Sousa, 2015) e que são escolas públicas, divergem apenas nas localizações dessas escolas. Temos ainda os contextos de televisão, em que uma das participantes atua mas que da mesma forma continua a ser um canal público.

Através das entrevistas realizadas e da análise do discurso de cada um destes nove profissionais, além de conhecermos as motivações que os levaram a escolher esta profissão, tentamos compreender o significado que atribuem aos seus percursos profissionais, aos seus processos de formação, assim como perceber qual a representação social que têm da sua profissão e da imagem que consideram ter junto a sociedade em geral.

Os discursos dos nossos entrevistados não são convergentes no que respeita à escolha da profissão. Enquanto uns entrevistados afirmaram que foi uma questão de oportunidade e de necessidade por parte das Comunidades, outros referiram que não tendo sido a primeira opção nunca quiseram mudar de curso e atualmente pretendem fazer carreira na área. No caso de uma das entrevistadas, apesar da breve experiência na área, optou por não prosseguir a sua atividade profissional neste campo por não se sentir suficientemente preparada.

A profissão de Intérprete carece de regulamentação por parte do Estado, possuindo apenas uma Lei, de 1999, que define as suas funções, requisitos de acesso e princípios básicos de Ética. É importante referir que não se criou nenhuma regulamentação mais aprofundada (Sousa, 2015). A fraca regulamentação foi constatada por todos os profissionais tendo esta ideia sido reforçada pelos responsáveis das Associações Profissionais que entrevistamos, os quais dizem lutar por uma classe profissional mais unida e por uma regulamentação mais atual. Ainda assim, quase todos possuem formação superior, cumprindo um dos requisitos necessários para o exercício da profissão segundo a Lei em vigor.

No que respeita aos requisitos legais, nomeadamente ao nível da carreira, todos os entrevistados afirmaram que não existe essa regulamentação considerando que se trata de uma necessidade.

De acordo com Dubar (1997), a formação, de certa forma, é um elemento-chave que contribui para a nossa configuração identitária. Relativamente ao processo de formação, apesar da valorização do curso de licenciatura e do compromisso com a formação, todos os entrevistados revelaram que os três anos de aprendizagem não são suficientes e apontam algumas lacunas para o exercício da profissão, confessando que num primeiro momento não se consideraram preparados para o desempenho da profissão.

A sensação de não estarem preparados, o medo e a insegurança de colocar em prática os conhecimentos, revela por parte dos entrevistados a convicção de que a formação inicial é apenas uma etapa no desenvolvimento profissional e que se prolonga ao longo da vida. Assim, a formação inicial constitui-se como uma etapa durante a qual são obtidos os conhecimentos prévios ao exercício da profissão que, mesmo não sendo suficientes, suportam a carreira. Este compromisso com a formação está espelhado nas propostas dos membros das Associações de Intérpretes que apresentam medidas para melhorar a formação em Portugal, mas apontam também obstáculos à implementação dessas medidas.

Analisar o modo como a formação contínua contribui – ou não – para o exercício da profissão constitui um dos objetivos deste trabalho. Relativamente a este processo de formação, os nossos entrevistados assumem, nos seus discursos, que é redundante e insuficiente e afirmam que a pouca oferta formativa que existe não corresponde às necessidades diárias do exercício da profissão, a que acresce as dificuldades no acesso por razões de custo e logísticas.

No entanto, o desejo de se atualizarem profissionalmente, a partilha com os colegas e a reflexão individual, são fatores que contribuem para a autoformação e para a aquisição de conhecimentos e competências profissionais. A troca de experiências e de “desabafos” profissionais torna os profissionais mais preparados e, na maioria das vezes, os colegas são os primeiros a quem recorrem para esclarecer dúvidas.

O acesso ao emprego não foi fácil nem linear para alguns dos entrevistados que se viram na obrigação de procurar áreas diferentes da formação inicial para obter um emprego, o que vai ao encontro do constatado por Sousa (2015). Constatamos também que as atitudes dos profissionais mais experientes e menos experientes são diferentes, sendo que para os mais velhos é injusto competir e ser remunerado da mesma forma que os colegas que acabam de iniciar a carreira vendo os anos de serviços serem ignorados pelas escolas.

Nas entrevistas realizadas tentamos compreender a imagem que os entrevistados possuem da profissão uma vez que resulta de um processo de convergência da dimensão pessoal com a dimensão coletiva que emerge das identidades profissionais (Dubar, 1997). Assim, constatamos que não existe um consenso em torno do presente e do futuro da profissão, havendo um apelo ao reforço da coesão do grupo porque só assim poderão fazer a diferença. A

análise dos discursos dos entrevistados permitiu-nos também concluir que consideram ter uma profissão exigente e desgastante a nível físico e psicológico mas simultaneamente gratificante por saber que influenciam a sociedade contribuindo para a visibilidade da profissão.

Concluímos também, a partir dos discursos dos entrevistados, que a maioria trabalha em contexto educativo devido ao facto de fornecer aos profissionais uma estabilidade financeira, conforme também refere Pereira (2011). Ainda assim, alguns entrevistados identificaram alguns obstáculos no seu recrutamento referindo também que as escassas vagas nas Escolas de Referência não permitem que intérpretes mais jovens tenham oportunidade de obter emprego. Os membros das Associações vêem o problema da mesma forma os restantes profissionais constatando que é impossível inverter esta situação, pelo menos de forma imediata.

Em termos de representação, os entrevistados afirmam que não existem políticas que ancorem e garantam o bom desempenho das funções, até porque a Lei que regula a interpretação e tradução de língua gestual portuguesa não abrange todos os contextos de exercício da profissão e não evita os constrangimentos que se colocam ao desempenho desta atividade.

O papel do associativismo é referido pelos entrevistados como uma mais-valia para a profissão. No entanto, os nossos entrevistados, na sua maioria, não são sócios de nenhuma das duas Associações existentes. Apesar disso, reconhecem o trabalho realizado na promoção e na valorização da profissão.

Apesar destes testemunhos, alguns dos entrevistados e membros das Associações manifestaram a expectativa de que a profissão está a mudar e que as alterações mais significativas são a mudança de mentalidades e a desmitificação de ideias pré-concebidas pela sociedade. Afirmam também que as perspetivas futuras são animadoras face ao passado da profissão.

Ao terminarmos este trabalho, não podemos deixar de referir a consciência que temos de algumas das limitações, das quais destacamos: i) número limitado de profissionais entrevistados; ii) homogeneidade da amostra que dificultou comparações; iii) constrangimentos temporais e logísticos decorrentes do facto de se tratar de um trabalho individual realizado no âmbito de um curso de mestrado; iv) a escassa bibliografia sobre a temática; vi) a inexperiência da investigadora.

Como propostas de investigação futura gostaríamos de destacar a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre este grupo profissional alargando a pesquisa a outros contextos empíricos mas também a necessidade de estudar as políticas de recrutamento e seleção por parte dos empregadores bem como o papel do Estado na criação de emprego e na regulação do exercício profissional.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, A. (2011). A Gestão de Recursos Humanos em Portugal: Análise sociológica da construção de um campo profissional. Lisboa: ISCTE, tese de Doutoramento.
- Almeida, A. (2010). Contributos da Sociologia para a compreensão dos processos de profissionalização. *Medi@ções*, Volume 1, nº2, pp. 1-13.
- Almeida, M. J. (2003). Para a história dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa. *Número Temático Educação e Formação de Técnicos – Integrar*, Volume 20, pp55-60.
- Almeida, P. (2011). Competição interprofissional entre médicos e farmacêuticos: o caso da jurisdição sobre a prescrição de medicamentos. Lisboa: ISCSP, dissertação de Mestrado.
- Angelin, P. E. (2010). Profissionalismo e profissão: Teorias sociológicas e o processo de profissionalização no Brasil. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Volume 3, nº 1, pp. 1-16.
- Areosa, J. P. (2004). Uma visão sociológica sobre a atividade profissional num serviço de imagiologia – um estudo de caso. Lisboa: ISCTE, dissertação de Mestrado.
- Bardin, L. (1979). Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, Livraria Martins Fontes.
- Bauman, Z. (2005). Identidade, entrevista a Benedetto Vecchi. (Carlos Alberto Medeiros, Trad.) Rio de Janeiro: ZAHAR Editor.
- Braga, D. e Silva, C. (2015). A competição pela jurisdição profissional: o caso dos médicos e dos farmacêuticos pela prescrição por denominação comum internacional (DCI). Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia/Editorial Afrontamento
- Borges, V. (2006). Relatório Profissão: Arquiteto/a. Lisboa: Ordem dos Arquitetos.
- Dias, M. (2015). Trajetórias profissionais dos professores do 1º Ciclo Básico. Setúbal: ESCE, dissertação de Mestrado.
- Dubar, C. (1997). Formação, trabalho e identidades profissionais. In: Rui Canário (Org.), *Formação e situações de trabalho*. Porto: Ed. Porto Editora.
- Evetts, J. (2011). Professionalism as an occupational value: theoretical challenges in the sociology of professions. Louvain Workshop Presentation. Nottingham.
- Faria, E. e Souza, V. (2011). Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*, v. 15, n.1
- Fortin, M-F, Cotê, J. E Filion, F. (2009). Fundamentos e etapas do processo de investigação. Loures: Lusodidacta.

Freire, J. (2004). Análise sociopolítica das associações. In João Freire (Org) Associações Profissionais em Portugal (Capítulo 8, pp 225-256). Oeiras: Celta Editora.

Gil, A. C. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas.

Marconi, M. D. e Lakatos, E. M (2003). Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: Atlas.

Ghisleni, A. P. (2010). A contribuição da identidade no trabalho na construção da identidade profissional: Uma análise de fisioterapeutas atuantes em Unidades de Terapia Intensiva. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Gonçalves, C. (2006). Emergência e consolidação dos economistas em Portugal. Porto: Edições Afrontamento.

Gonçalves, C. (2006) Profissões e mercados: notas de reflexão, Fórum Sociológico, 15/16, pp 15-32.

Gonçalves, C. (2007). Análise sociológica das profissões: principais eixos de desenvolvimento. Sociologia, pp 17-18.

Guerra, I. C. (2006). Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – Sentidos e formas de uso. Estoril: Princípia.

Hagen (2003). O conceito de profissão: algumas considerações a partir do trabalho policial. Campinas: UNICAMP, Associação Brasileira de Sociologia.

Moraes, R. (1999) Análise de conteúdo. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, pp. 7-32.

Pedro, A. J. (2011). Percursos e identidades. A (re) construção da identidade profissional do docente de enfermagem: o olhar dos docentes. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, tese de doutoramento.

Pereira, T. M. (2011). Intérprete de Língua Gestual Portuguesa, sobre a sua (in) visibilidade no sistema educativo. Porto: FPCE, dissertação de Mestrado.

Quadros, R. M. (2004). O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa. Brasília: Secretaria da Educação Especial.

Quivy, R. e Campenhoudt, L.V. (1992). Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva.

Rodrigues, M. L. (2012). Profissões: Lições e Ensaios. Coimbra: Almedina

Rodrigues, M.L (2002). Sociologia das Profissões. Oeiras: Celta Editora

Rodrigues, C. (2012). Intérprete de Libras. Curitiba: IESDE Brasil.

Santos, C. (2011). Profissões e Identidades Profissionais. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Sousa, S. B. (2015). Representações Sociais do Trabalho do Intérprete de Língua Gestual Portuguesa em Contexto Educativo: Estudo de Caso com professores e Intérpretes. Porto: Universidade Fernando Pessoa, tese de Doutoramento.

Schmitz, A. (2014). Max Weber e a corrente Neoweberiana na sociologia das profissões. *Revista eletrónica dos Pós Graduandos em Sociologia Política na UFSC, 11 (1)*, 10-26.

Stake, R. E. (2012). A arte de investigação com estudos de caso. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Santos, O. (2012). Travessias históricas do Tradutor/Intérprete de Libras: de 1980 a 2010. *Revista do Difere*, v. 2, n4, pp 1-16.

Vala, J. (1986). Análise de conteúdo. In Augusto Silva e José Pinto (Orgs), *Metodologias das ciências sociais* (Capítulo IV, pp 101-126). Porto: Edições Afrontamento.

Sites consultados

<https://www.esec.pt/estudar/cursos/lingua-gestual-portuguesa>

<https://www.esec.ipp.pt/cursos/licenciatura/30001587>

<https://www.esec.ipp.pt/>

<https://interpretelsf.wordpress.com/2011/02/25/historique-du-metier/>

<https://www.spreadthesign.com/pt/>

Legislação Consultada

Lei nº 89/99, de 5 de Julho (Condições de acesso à atividade)

Apêndices

Apêndice I

Guião da Entrevista Semi-directiva aos participantes

Este guião de entrevista insere-se no âmbito da Tese do Mestrado em Gestão Estratégica de Recursos Humanos, da Escola Superior de Ciências Empresariais e tem como objetivo a análise de um grupo de profissionais de língua gestual portuguesa, especificamente intérpretes em diversos contextos profissionais.

Guião de entrevista

1. Gostava que me falasse um pouco sobre o seu percurso escolar, e profissional.
2. Quais são as razões que a levaram a escolher a profissão de intérprete de língua gestual portuguesa?
3. Trabalha na sua área de formação? Como caracteriza o seu emprego?) (Situação face à profissão)
4. Que dificuldades sentiu na obtenção de emprego na área?
5. Como caracteriza a sua atividade profissional atual (o que faz no dia-a-dia).
6. Que competências considera essenciais para o exercício da profissão?
7. Tendo em conta a sua experiência como intérprete, que condições considera necessárias para a afirmação da profissão?
8. Na sua opinião, quais são os principais desafios associado a esta profissão?
9. Quando terminou o curso sentia-se preparada para trabalhar?
10. Como avalia a formação existente para intérpretes?
11. Como é o processo de desenvolvimento de competências?
12. Tem conhecimento da existência de alguma associação profissional na área? É membro? Que importância atribui ao papel da associação?
13. Na sua perspetiva e segundo a sua experiência na área, que transformações ocorrerão na função de intérprete nos próximos anos?

Apêndice II

Guião da Entrevista Semi-directiva aos membros das Associações

Este guião de entrevista insere-se no âmbito da Tese do Mestrado em Gestão Estratégica de Recursos Humanos, da Escola Superior de Ciências Empresariais e tem como objetivo a análise de uma Associação de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa, especificamente profissionais que estejam ligados ao associativismo em Portugal.

1. Gostava que me falasse um pouco de como surgiu esta Associação e porquê.
2. Quais são os objetivos desta associação?
3. Quem fundou a associação?
4. Gostaria de saber quantos associados possui esta associação?
5. Se fosse possível, queria ter acesso aos estatutos desta associação.
6. Quais são as principais atividades que esta associação tem vindo a realizar? Com quem? Para quem?
 - Ações de formação
 - Parcerias?
 - Qual é o público-alvo (Se só se destina a membros ou também para não-membros)
7. Quais são as principais dificuldades sentidas?
8. Como vê o emprego dos Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa?
 - No sentido que condições já foram melhoradas
 - Que alterações pretende a associação modificar
 - Tentar perceber que dificuldades existem no exercício da profissão
9. Na sua opinião como é que deveria ser feito o recrutamento dos intérpretes? Quem seria as identidades responsáveis por esse recrutamento? As escolas? As associações?
10. Em relação a oferta formativa, gostaria que desse a sua opinião sobre a formação inicial e sobre a formação contínua?
 - No sentido, se a formação inicial é suficiente? Se as associações não deveriam intervir para melhorar a formação inicial
 - Formação contínua: Quem dá? Para quem se destina? Com que frequência deverá ser realizada? Locais de formação
11. Na sua perspetiva, como é que vê o futuro da profissão

Apêndice III

Grelha de análise de conteúdo – Entrevistas aos profissionais

Categorias	Discursos
Carateriza r a oferta existente	“(…) na minha altura foram 5 anos o curso na ESE.[Setúbal] (…)” – E1 “(…) portanto eu estudei 5 anos, e sei que o curso agora, de há uns anos para cá passou para 3 e acredito que seja muito mais complicado para as colegas que saem só com 3 anos de curso (…)” – E1 “(…) coincidiu depois com a altura em que houve reconhecimento do curso [engano], da Língua Gestual e o curso foi aberto na ESE de Setúbal, o primeiro curso não é, em 97 e nessa altura pedi as equivalências. (…)” – E2 “(…) sim e o curso era de 5 anos e agora falamos num curso de 3 anos, Carolina sabe perfeitamente aquilo que estou a falar e para nós enquanto professores é uma luta diária fazer perceber aos alunos que tem que trabalhar fora da escola, tem que trabalhar fora das aulas porque as aulas só por si não chegam (…)” – E2 “(…)alunos quando entram no curso não terem preparação, não terem conhecimentos em língua gestual porque esse pré requisito foi retirado pronto isto são outras questões, já são interesses institucionais que não são para aqui chamados (…)” – E2 “(…) O meu percurso escolar começou em 2011 se não estou em erro em que ingressei na Escola Superior de Educação de Setúbal (…)” – E3 “(…) mas o curso teve duração de três anos (….)” – E3 “(…) pré-requisito para entrada na Universidade era uma entrevista em Língua Gestual, feita professor José Bettencourt (…)” – E4 “(…) Na minha altura era 5 anos, a frequência do curso era 5 anos... (…)” – E4 “(…) Na ESE de Setúbal, foi antes da altura do pré-Bolonha, exatamente. Os três primeiros fazíamos Bacharelato, depois os dois últimos que são equivalentes, agora aos vossos mestrados, era a nossa licenciatura. (…)” – E4 “(…) estágio tanto no 3º, nós podíamos acabar o curso com o Bacharelato e começar a trabalhar...(…)” – E4 “(…)Exatamente, ou depois fazíamos mais dois anos e ficávamos com uma licenciatura e tínhamos estágio no 3º e no 5º ano. (…)” – E4 “(… Naquela altura, eu acho que era 1 ano inteiro, só que fazíamos era dois dias por semana. Eu acho que agora, acho não tenho a certeza, porque as estagiárias que costumámos aqui ter, fazem imagina 1 mês ou dois meses seguidos. Nós fazíamos o ano inteiro mas dois dias por semana. (…)” – E4 “(…) Tentávamos, tentávamos nem sempre era fácil porque ou as associações não tinham, não arranjávamos associações perto da escola, nem todas as pessoas tinham possibilidades de andar a deslocar-se para “n” sítios porque os pais estavam a ter a despesa com a Universidade, depois ainda mais a despesa para andarem para trás e para a frente com o estágio era um bocadinho difícil...(…)” – E4 “(…)conseguimos algumas vezes ir para a Associação de Surdos em

	Lisboa, outras vezes fomos para a Associação de Surdos em Chelas, depois também fizemos em contexto escolar, fiz também na Associação de Surdos de Faro, que é de onde eu sou, e andámos assim a saltar de escolas, tentámos percorrer assim dentro da área o que havia foi o que na altura... (...)” – E4 “(...)descobri que o curso ia abrir no ano seguinte porque naquela altura só existia ainda na ESE de Setúbal o curso de Língua Gestual Portuguesa e no Porto tinha aberto há pouco tempo mas só existia Bacharelato e naquela altura só abria o curso de dois em dois anos, ou de três em três anos, para não saturar o mercado porque também não havia assim tantas escolas... (...)” – E4 “(...) antes do meu curso só tinham aberto ainda dois, e normalmente as turmas são sempre pequeninas, com 10 pessoas no máximo, se calhar os de, se calhar entravam 20, mas saiam de lá 10 pessoas formadas (...)” – E4 “(...) tinha que ter um curso antes de entrar no curso, na licenciatura, tinha que ter os pré-requisitos (...)” – E5 “(...) O primeiro ano, antigamente na ESE era mais geral, a maior parte dos cursos tinham as mesmas disciplinas, havia chama-se troco comum, tínhamos muitas disciplinas em comum em todos os cursos, os de desporto, os de música, os de educação de infância toda a gente tinha aquelas disciplinas e então o primeiro ano não deu para muita coisa, fiz estágio numa creche ou no infantário durante uma semana (...)” – E5 “(...) No segundo ano é que foi mesmo muito mau e eu passei ano inteiro a achar que ia desistir da escola e que já não queria mais nada daquilo que ia trabalhar e pronto. Mas tive pessoas que me aconselharam a não fazer isso e a tentar mudar de curso. Fui tentar perceber se dava para mudar de curso se ia abria outra licenciatura no ano seguinte e lá consegui depois de montes de problemas e de entraves consegui entrar e depois fiz, e depois quando entrei o curso era de 5 anos foi antes de Bolonha. (...)” – E5 “(...) Quando entrei no 1º ano fiz como se fosse o curso de 5, quando passei para o 2º ano passou para 3. Portanto o que eu tive que fazer, foi no 2º e no 3º ano estágio de como era antes a licenciatura de dois anos, ou seja eu tive muitas horas de estágio em dois anos. Estagiei os três semestres, ou seja, provavelmente o segundo semestre do 2º ano e depois os outros dois semestres do 3º em escolas, não consegui ir para mais nenhuma, nenhum contexto diferente, estagiei em escolas diferentes pronto. (...)” – E5 “(...)o meu percurso escolar terminei então o 12º ano estava na altura de escolher uma área profissional em que seguir, não estava bem certa mas acabei por escolher a área de Tradução e Interpretação da língua Gestual Portuguesa porque tinha uma certa afinidade com uma pessoa que já era surda e acabei por ir por esse caminho. Fiz então o curso, em três anos na Escola Superior de Educação em Setúbal... (...)” – E6 “(...) são três anos de um curso que tens que aprender uma língua nova e não e quem não vem com uma base baixo, quem não vem com nada por baixo que não teve acesso a língua gestual antes é muito complicado aprender um curso em três anos em que, não estás a aprender a língua,
--	--

	aprender a língua é uma das fases mas tens que aprender muito mais mas tens que dedicar muito mais a língua e não é fácil (...)” – E7 “(...) nos finais da década de 90, de 80 perdão começaram a surgir os cursos de formação profissional de intérpretes de língua gestual e eu depois frequentei um desses cursos de formação profissional (...)” – E7
Formação continua	“(...) se houver duvidas é óbvio temos sempre entre colegas, temos a professora de língua de gestual que nos tira dúvidas se houver, dúvidas de vocabulário, muitas vezes os próprios miúdos (...)” – E1 “(...) Para já na nossa área não temos muito não é, e temos outro problema para quem está a trabalhar em escolas como nós, não há muita facilidade de podermos...quando há, as que existem mas nem sempre podemos ir, também não nos dão abertura para faltar e podermos frequentar às vezes as formações, alguns que são ao fim de semana (...)” – E1 “(...) há outras que também requerem assim um bocadinho mais de...mais dispendiosas não é? (...)” – E1 “(...) porque muitas delas também não são aqui, são fora, não são aqui perto não é, portanto também não é fácil, as poucas que existem temos o problema de muitas vezes serem ao dia de semana e nós temos aulas [hum] serem longe e acaba por ser dispendioso. (...)” – E1 “(...) neste momento ainda de há uns anos para cá, a associação de intérpretes, a ANAPI e pronto, também temos outras formações também...da Federação, da APS, e outras também que nós promovemos e também do instituto Jacob já temos ido por aí... (...)” – E1 “(...)É sempre bom, é insuficiente para mim, é insuficiente porque cá está por tudo aquilo que já tinha dito antes...(...)” – E1 “(...)Não muito, não muito...[Conhecimentos novos] (...)” – E1 “(...) Eu acho que a formação ainda não é suficiente, de longe. Tem que haver mais formação, mais frequente [hum] também poderá haver dificuldade em encontrar pessoas com esse tipo de capacidade é verdade mas tem de ser mais descentralizada a formação. (...)” – E2 “(...) . Eu acho que a formação é muito centralizada porque existe uma associação de intérpretes em Leiria, neste momento está muito centralizado Leiria, Coimbra e neste momento aquilo que eu sinto mais para sul não há hipóteses (...)” – E2 “(...) – Mas a própria APS, neste momento não está a investir nisso e a Federação também não portanto as poucas formações que vão existindo (...)” – E2 “(...) são muito caras, são muito dispendiosas acho eu, eu compreendo que os formadores têm que ser pagos mas é assim quando implica deslocação para longe torna-se insuportável muitas vezes e muitas vezes há afluência não é maior por causa disso. (...)” – E2 “(...) é a distância, é os custos e é o facto de nós, agora é geral isso sei eu, mesmo em legislação para qualquer professor também acabou a possibilidade de ter formação em horário letivo...(...)” – E2 “(...)seja, nós não somos do quadro mas para umas coisas a lei que nos rege é a mesma que rege a dos professores portanto é assim, não somos carne nem peixe mas não é para aquilo que convém e então não temos direito a fazer formação em horário letivo...(...)” – E2 “(...) Eu acho que os temas tem andado muito à volta do mesmo, acho

	que já estamos cansadas de ouvir falar de cultura dos surdos, do ensino, educação [Sobre os temas das formações] (...)” – E2 “(...)porque não pensar em formações muito específicas, sobre a linguística, sobre a gramática sobre a [hum] treino de formação de voz, sobre contextos específicos de tradução, já se tem feito alguma coisa mas tem de ser, tem de se investir mais nessa área... (...)” – E2 “(...)Já vão havendo pessoas com capacidade para fazer essa formação mas lá está é sempre muito dispendioso o facto de se calhar haver algumas, não são muitas... a concorrência não é muita... (...)” – E2 “(...)normalmente nunca é uma formação de longa duração, é curtíssima, é uma formação de um dia, de horas... (...)” – E2 “(...)final do dia pode haver um exercício...esta última por acaso, não tirando uma outra simulação ou outra, se faz um exercício, ou um exercício prático ou então é uma folhinha, de um registo de avaliação com cruzinhas por níveis e pronto normalmente é assim. (...)” – E2 “(...)Há ações de formação, há mas não todas específicas para aquilo nós gostávamos por exemplo é em adquirir mais gestos... (...)” – E3 “(...)Mais relacionado com a escola, com as disciplinas com os temas que nós trabalhamos na escola como físico-química, ciências em que há palavras que são tão específicas e que não há o gesto, nós acabamos por criar um código nosso que não faz parte mesmo da comunidade (...)” – E3 “(...)Mas há ações de formação para nós [hum] participarmos e ganharmos mais competências mas em relação a isso acho que ainda existe muita necessidade. (...)” – E3 “(...)Sim, nós tentamos ir ou participar em algumas mas não é fácil, nem sempre é fácil porque são todas muito longe daqui, de Évora e não é fácil a deslocação e muitas das vezes não é um fim-de-semana, é difícil mas algumas são positivas mesmo para o nosso desenvolvimento, depende dos temas, do que se vai abordar na formação. (...)” – E3 “(...) No início fazia questão inclusive quando estava a faculdade ia a todas, percebi com a experiência que eram todas iguais, ouvíamos sempre a mesma coisa e muitas das vezes o que ganhávamos era com a convivência e com a partilha mais do que com o seminário em si (...)” – E4 “(...) No início fazia questão inclusive quando estava a faculdade ia a todas, percebi com a experiência que eram todas iguais, ouvíamos sempre a mesma coisa e muitas das vezes o que ganhávamos era com a convivência e com a partilha mais do que com o seminário em si (...)” – E4 “(...) Não, acho muito, muito fraca. [Avaliação da Formação] (...)” – E4 “(...) Tento ir participando. Por ano consigo ir, tenho ido a duas conferências, dois seminários pronto, tenho tentado mas nem sempre é fácil porque eu não sou daqui, eu trabalho em Évora e não sou de cá (...)” – E5 “(...) ir ao um fim-de-semana para outro sítio implica custos, implica tempo eu já estou desviada da minha terra, da minha cidade por isso tenho outros custos aqui que não teria se trabalhasse na minha área de residência é muito complicado ir ao Porto para ir a uma formação que até
--	---

	me podia interessar e gastar 100€, 150€ naquele fim-de-semana, pronto há outras prioridades e outras coisas mas tento fazer, tento fazer...(…)” – E5 “ (...) há pouco tempo o ano passado uma sobre gramática da língua gestual, da investigação da gramática, da fonética, tinha a ver com a fonética e com a gramática e sintaxe. Eles estavam a tentar comparar a língua gestual portuguesa com a língua e arranjar gestos para fazer a tradução direta dos conceitos. (...)” – E5 “ (...) Havia palavras que já tinham e havia alguns que não tinham que eles queriam se tornasse, quem eles os dinamizadores do seminário, da formação mas há muita coisa que falta fazer mas eu senti muito interesse porque eu aqui na escola preciso de saber como é que se diz fonética, sintaxe, gramática, morfologia, essas palavras todas que são necessárias e aí senti muito interesse. (...)” – E5 “ (...) Por exemplo fui a outra, tinha a ver com carta de condução, exames de condução, carta de condução depois disseram, tivemos alguma explicação de gestos de carro marcha atrás, acelerar, travar pronto aí já me esqueci de alguns gestos, como não os utilizo acabei por me esquecer mas foi engraçado porém não como esta da gramática que acho é uma coisa que faz falta a todos (...)” – E5 “ (...) São normalmente são intérpretes, alguns quando vêm da Associação de Intérpretes, algumas formações de intérprete também faz alguns não sei, não me lembro. (...)” – E5 “ (...) Fraca, insuficiente muitas vezes, é insuficiente. Acabamos por falar sempre dos mesmos temas, a conclusão que chego no fim dessas conferências, desses seminários é que é preciso fazer. A conclusão é sempre a mesma, eu também já vou a muitos seminários, e conferências que tenham a ver com a minha área há muito tempo. (...)” – E5 “ (...) Os meus primeiros certificados já são de...sei lá de há mais de 10 anos que tenho certificados e já vi muita coisa e é sempre o temos que fazer e há outra coisa também que acontece muito que é há alguns problemas, que sejam da educação, sejam na tradução que são culpa dos intérpretes que eu oiço muitas vezes isto e fico muito revoltada porque os intérpretes são pessoas que tentam mais, que se esforçam mais pela educação dos surdos (...)” – E5 “ (...) Eu procuro muitas vezes no meu professor de língua gestual, ainda mantenho contato com ele, e às vezes vamos falando e alguma dúvida que eu tenha muitas vezes pergunto-lhe. Tenho também o <i>Spread The Sign</i> apesar de muitas vezes ficar aquém das expectativas, falo também com as outras intérpretes durante os intervalos, tentamos colmatar as falhas umas das outras. (...)” – E6 “ (...)Acho que aprendemos muito mais com o contato uns com os outros, a expor as nossas dúvidas do que propriamente numa ação de formação. Obviamente se eu quiser algo muito específico terei de ir para uma ação de formação mas ganho muito mais com o contato com outras pessoas do que propriamente numa ação de formação. (...)” – E6 “ (...) tenho conhecimento dessas ações de formações, seminários até que participei em alguns (...)” – E7 “ (...) Educação de surdos, os intérpretes, a formação de intérpretes, temas variados que serviriam para dar mais um apoio na base na
--	--

	formação que estávamos a tirar mas que, para quem estava apenas ainda a começar é como “apanhar do ar” muitas das vezes... (...)” – E7 “ (...) Não, nunca será suficiente e nunca foi suficiente. Quer dizer durante o curso íamos porque tínhamos que realmente de aprender mais e tentávamos mais, mas é como estar a “boiar no meio do oceano” quer dizer. (...)” – E7 “ (...) Sabias, compreendias o que estavas aí a fazer mas só mesmo quando estás na prática é que vais compreender realmente, aquelas sessões de formações para mim vejo agora como ações de formações para pessoas que já estavam no ativo que fazia muito mais sentido para essas pessoas. É claro que nós participávamos porque tínhamos necessidade de aprender mas aprendizagem que se tira de lá faria mais sentido se tivéssemos no ativo. (...)” – E7 “ (...) Eram intérpretes, formadores de língua gestual, eram pessoas que trabalhavam na área social, eram diretores de escola de surdos, eram pessoas variadas, pessoas que vinham de fora, basicamente pessoas da comunidade surda que tinham experiência variada (...)” – E7 “ (...) desenvolvimento de competências que poderão ser, de caráter linguístico ou depois já ao nível da ética e da deontologia ou até de outro tipo de conhecimentos sobre o mundo que nos rodeia, que o intérprete tem que estar sempre informado sobre o que passa para fazer uma boa tradução (...)” – E8 “ (...) depois se tem algum conhecimento prévio da língua ou não devo acompanhá-lo sempre com formações contínuas em diferentes áreas, especializar-se num ou outro campo de trabalho, e estar sempre informado portanto é importante a formação contínua é também muito importante para o desenvolvimento profissional do intérprete (...)” – E8 “ (...) Também te vou dizer que nesta área, estamos muito melhores, já começa a haver muito mais formação a uns anos atrás quase...eram pontuais as formações e eram muito específicas não tínhamos a tal formação no âmbito da Justiça, depois a nível de contexto televisivo mas eram muito esporádicas e atualmente temos mais formação principalmente pela ANAPI tem dado anualmente tem feito bastante formação e nas diversas áreas (...)” – E12 “ (...) dúvidas aparecem normalmente diariamente e então eu recorro aos Surdo que tenho próximo de mim pronto, agora que estou na escola tem sempre, tenho lá 6 formadoras de língua gestual então facilmente a primeira que apanhar tiro dúvidas com ela e atualizo-me. (...)” – E12 “ (...) normalmente é sempre com os Surdos adultos ou jovens mas peço ajuda sempre a eles ou com colegas de profissão depende não é, às vezes também nos ajudam e se tiverem próximos de nós, depende das colegas há umas que sabem há outras que não. (...)” – E12
Conhecer a motivação para a escolha da profissão de intérprete de língua	“ (...) um casal de amigos surdos e pronto e sempre, que estava com eles tinha curiosidade a saber um bocadinho mais. (...) ” – E1 “ (...) surgiu o curso abriu no ano em que eu entrei portanto foi o primeiro ano. (...) ” – E1 “ (...) A minha turma foram, fomos as cobaias por assim dizer e pronto. (...) ” – E1 “ (...) acabou por ser uma, como é que te hei-de explicar, uma olha vou experimentar, vou ver se gostar gostei, se não gostar, porque era uma

gestual portuguesa	coisa nova né? E pronto e depois correu bem e olha até agora e espero que continue (...)” – E1 “(...) Olha eu, costume dizer não fui eu que escolhi a profissão, foi a profissão que me escolheu a mim, é aquilo que eu costume dizer, e eu acho que sim, porque não fui eu que fui à procura [hum] foi pura coincidência (...)” – E2 “(...)sendo membro da comunidade surda desde pequena, porque sou CODA, [hum] eu tinha uma grande afinidade, tenho uma relação muito próxima com um grande líder da comunidade surda (...)” – E2 “(...) não tinha consciência do que era realmente ser intérprete e que aquilo que fazia e que sempre tinha feito que no fundo era ser isso, era ser intérprete. E pronto e foi assim, portanto foi um bocado as coisas que vieram ao meu encontro [hum] porque eu nunca tinha pensado em ser intérprete, quer dizer nem tinha a consciência do que era isto, que profissão era esta, ou que havia de facto esta profissão...(...)” – E2 “(...) primeiramente não era a primeira opção o curso que tenho, foi talvez a minha 4ª opção (...)” – E3 “(...) a minha área, no ensino secundário era Ciências e tecnologias, logo via-me mais virada para a área da saúde, em que a minha 1ª opção era cardiologia, mas como não consegui e resolvi preencher todas as vagas então entrei para a 5ª opção que era esta, Tradução e Interpretação de Língua Gestual Portuguesa, entrei com o intuito de mudar de curso (...)” – E3 “(...) Passado uma semana e pouco, tive conhecimento da língua gestual, professores surdos, alunos surdos e resolvi que estava na área certa e que não ia mudar. (...)” – E3’ “(...) Pois como já tinha mencionado, não era isto de todo a minha primeira opção...(...)” – E4 “(...) Não, não conhecia, eu não fazia ideia que isto era uma profissão. Claro que via na televisão, o tal quadradinho e achava engraçado, olha que curioso, uma profissão em que está ali uma pessoa que consegue falar, e traduzir aquilo que está a ser dito no oral para gestos e achava aquilo engraçado. (...)” – E4 “(...)E então no ano seguinte, ao ano em que eu estava a fazer o curso de iniciação, ia abrir o curso de Língua Gestual, e eu comecei a ponderar (...)” – E4 “(...) aquilo começou a crescer em mim, tentei e pronto nem sequer pensei nunca mais noutra coisa, eu queria ser bióloga marinha, nunca mais pensei nessa vida (...)” – E4 “(...) Curiosidade. (...)” – E5 “(...) eu tenho uma prima surda. Com três anos, tive essa minha prima, e nós contactávamos muito, e a minha tia teve logo a iniciativa de ir procurar uma associação de surdos, de aprender a língua gestual, apesar de ela hoje ser implantada e oralizar desde cedo aprendeu língua gestual, desde cedo ela usou língua gestual e eu também, como convivia muito com ela comecei logo a aprender desde pequenina. (...)” – E6 “(...) Sim, não sabia, não sabia que existia a profissão tão cedo não é? Depois, durante o secundário é que estava assim um bocadinho indecisa, porque gostava muito da área da Educação e acabei por escolher a língua gestual, porque juntava duas áreas que eu gostava. (...)” – E6
----------------------------------	---

	“ (...) Inicialmente não conhecia, só conheci a língua gestual no 12º ano através de uma amiga minha que tinha uma filha surda e eu fazia babysitting, tomava conta da criança entretanto surgiu também a curiosidade de aprender a língua, fui aprender na escola dela e surgiu ainda mais o interesse de aprender mais e saber mais e então coincidiu com o acesso ao ensino superior e acabei por enveredar por esse caminho porque simplesmente porque um bocadinho pelo conhecimento (...)” – E7 “ (...) eu cresci na Comunidade Surda e dominava a língua gestual foi uma questão de oportunidade, surgiu um convite para trabalhar como intérprete na altura em 1980 e até ’90 não havia formação portanto os intérpretes que existiam que eram poucos, eram sobretudo aqueles que já conheciam a língua porque tinha crescido na Comunidade Surda e tinham pais surdos, na sua maioria e portanto quase que foi uma escolha muito natural porque surgiu a oportunidade de trabalhar na Associação eu aceitei e pronto e continuei, foi por aí. “ (...) por já ter conhecimento da língua gestual e porque gostava e gosto e depois porque fui empurrada digamos assim para lá, comecei a desempenhar funções e a trabalhar como intérprete e gostei e cada vez estava a gostar mais daquilo que estava a fazer daí depois ter-me interessado em querer mesmo especializar na área. (...)” – E12
Analisar o acesso ao emprego	“(…) mas eu acho que é normal para qualquer pessoa que saia de um curso não se sentir ainda completamente, vai-se ganhando experiência com os anos não é? (...) – E1 “(…) Exatamente, contratada. (...)” – E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8 e E12.
Acesso ao emprego	“ (...) comecei a trabalhar em Riachos, na EB 2, 3 de Riachos estive 4 anos... (...)” – E1 “ (...) meu primeiro ano foi em Riachos como eu estava a dizer não me recordo se foi com o 5º ou com o 6º foi numa EB 2, 3 (...)” – E1 “ (...) depois entretanto estou aqui no Seixal desde 2007, sim 2007, e tem sido até 2017 até agora. (...)” – E1 “ (...) Quando acabei o curso não fiquei logo colocada. Tive a trabalhar ainda numa outra área, na altura sim, foi complicado no primeiro ano que sai não consegui depois entretanto no ano a seguir foi quando entrei em Riachos. (...)” – E1 “ (...) surgiu o convite para ir fazer o curso mesmo, portanto em Bristol que houve um protocolo que existiu na altura, tive lá dois anos em Inglaterra e portanto só depois de vir de lá é que pedi as equivalências (...)” – E2 “(…) Tive equivalência a bacharelato [hum}] e depois entrei para o segundo, portanto para a segunda turma e aí fui acabar a licenciatura, terminei em 2005 [hum] e pronto, entretanto em paralelo estive sempre a trabalhar, nunca deixei de trabalhar portanto desde 92...(…)” – E2 “(…) Olha eu, costumo dizer não fui eu que escolhi a profissão, foi a profissão que me escolheu a mim, é aquilo que eu costumo dizer, e eu acho que sim, porque não fui eu que fui à procura foi pura coincidência (...)” – E2 “(…) sendo membro da comunidade surda desde pequena, porque sou CODA, [hum] eu tinha uma grande afinidade, tenho uma relação muito

	próxima com um grande líder da comunidade surda (...)” – E2 “(...)portanto foi um ano em que, portanto estava no 12º ano e as coisas naquele ano a nível de escola, não estavam a correr muito bem e eu resolvi parar a meio do ano letivo para depois concorrer aos exames de final de ano portanto suspendi, anulei a matrícula (...)” –E2 “(...)nessa altura o professor José Bettencourt, soube portanto em casa, não estava a estudar, tinha feito já os 18 anos portanto estava em condições de trabalhar e perguntou-me assim numa conversa de circunstância, um dia num convívio na APS se eu não gostava de ir trabalhar para lá (...)” – E2 “ (...) Dificuldades sempre muitas, é assim não foi propriamente na dificuldade de conseguir emprego porque como eu já tenho alguma idade, pronto faço parte de um grupo já mais [Risos] que já tem muitos anos de experiência (...)” – E2 “(...) Mais ou menos, tinha muita vontade de trabalhar isso sim, mas sentir-me mesmo preparada, mesmo preparada não, tinha muitos receios e muitas dúvidas o que é normal mas depois acho que passado uns meses já me senti mais confiante. (...)” – E3 “(...) “(...) eu no secundário a minha área era ciências, nunca na minha vida pensei, aliás nem tão pouco sabia que isto era uma profissão (...)” – E4 “(...) tentei ingressar na Universidade não consegui imediatamente entrar naquilo que queria (...)” – E4 “ (...) Acho que não, obviamente quando vim, quando me vim apresentar aqui fui logo obrigada a traduzir uma queixa de um formador surdo à direção da escola e eu comecei a tremer toda [Sobre o facto de se sentir preparada para trabalhar] (...)” – E4 “(...) lembro-me que chegava a casa e me deixava dormir para aí as 9 da noite de tão cansada que eu ia porque era desgastante um dia inteiro a pensar em duas línguas ao mesmo tempo foi um bocadinho, foi mais essa a dificuldade (...)” - E4 “ (....) têm que se mostrar aquilo que se vale quando já se trabalhou anos na área e naqueles 5 minutos tem que se provar o que vale em língua gestual que nem sequer língua gestual é falada na entrevista por acho isto um bocadinho injusto...sim e é muito injusto e sinto-me humilhada muitas vezes na altura da entrevista porque sinto que estou em pé de igualdade com as miúdas que estão a chegar agora e que se calhar na altura estão menos nervosas que eu, podem mostrar melhor ou falar melhor do que eu na entrevista e aqui os meus 10 anos de serviço valem 0 (...)” – E4 “ (...) entrarmos sempre 15 dias ou um 1 mês, já chegou um 1 mês e meio depois das aulas começarem é que chega a intérprete ou seja o menino, o aluno surdo enquanto está em escola naquele bocadinho sem intérprete deixa de ser surdo, porque já não precisa então, naquele mês e meio não foi necessário, pois claro chegamos nós e os professores “e então agora o que é que vamos fazer?” vamos ter que fazer uma revisão da matéria toda naqueles, naquela semana daquele mês e meio que estiveram sem intérprete é um bocadinho injusto, os professores dão nos muito valor sinto isso, a escola nem tanto. (...)” – E4 “ (...) Porque há colegas que contam anos letivos, outras que contam
--	--

	anos civis, outras que... é uma grande confusão porque uma pessoa que trabalhou duzentos dias e que só pode por dois dígitos na plataforma de tempo de serviço não pode por lá duzentos dias, mas se por lá um ano também não é justo porque não trabalhou um ano (...)" – E5 " (...) o concurso dos professores é por dias portanto aquele professor tem 100 dias, têm mais dois dias do que outro que têm 98, agora no nosso caso não. No nosso caso há escolas que contam anos civis, anos completos de 365 dias, há outros que contam anos letivos, eu trabalhei como já disse, eu trabalhei duas vezes por substituição de gravidez, gravidezes de colegas minhas, trabalhei 200 e tal dias por cada vez que trabalhei mas eu trabalhei dois anos letivos ora ponho lá que tenho dois anos ou ponho lá que tenho 500 e tal dias? Não consigo! (...)" – E5 " (...) fim do meu segundo ano a minha professora de tradução, propôs-nos, disse-nos a todas, a minha turma que, que concorrêssemos. Na altura nós conseguíamos concorrer sem licenciatura, que concorrêssemos para escolas porque havia muita falta de intérpretes naquele ano, havia escolas sem intérprete [hum] e disse-nos para nós irmos concorrer (...)" – E5 " (...) "Não, eu não vou concorrer porque eu vou prejudicar a vida daqueles meninos e eu tenho que acabar o curso para estar apta para traduzir". (...)" – E5 " (...) no segundo ano foi isso e no terceiro a mesma coisa pronto, eu não achava nunca que estava apta, mas pronto isso também é do feitio das pessoas mas não é... nós durante o curso aprendemos muita coisa mas nunca é suficiente e a estaleca da tradução isso aprende-se, consegue-se muito mais para a frente porque há muita coisa que se perde ao início, há muita coisa que falha, há muita coisa que nós não sabemos, mesmo a maneira de lidar com as coisas, não é só de gestos mas há muita coisa! (...)" – E5 " (...) Aquele descanso que eu sinto hoje, às vezes em certas situações não sentia nunca, nunca quando comecei a trabalhar, era um nervosismo, era uma coisa era pensar que não nos íamos lembrar do gesto é que é mesmo assim! (...)" – E5 " (...) Mas acho que é um bocadinho normal, porque ninguém sai de uma universidade preparado para lidar com o dia-a-dia porque nós falamos das coisas na universidade é aquele ambiente muito fechado, aquela coisa muito controlada não é? (...)" – E5 " (...) Senti, sim. Nas entrevistas, na escola, eu quando entro numa entrevista, a primeira coisa que procuram é a experiência profissional, obviamente. Mas se ninguém me der experiência profissional, eu nunca a vou ter. Eu acabei o curso há relativamente pouco tempo, mas fiz tudo nas datas que tinha para fazer. Fiz tudo na altura certa. Não tenho culpa de não ter experiência profissional agora, porque, no entanto, também percebo que as escolas queiram manter as intérpretes que têm, as intérpretes já conhecem os alunos, eu percebo isso. (...)" – E6 " (...) Se não tiver oportunidade, nunca vou conseguir ter experiência, e acho que não havia necessidade de abrirem as vagas todos os anos. São vagas fictícias, porque na realidade, acaba por já se saber que quem vai lá ficar ou pelo menos quem se quer que fique lá, na maioria das escolas é isto que acontece. (...)" – E6
--	---

	“ (...) Um bocadinho. Não acho que seja mau, porque eu compreendo que a escola queira ficar com as mesmas intérpretes, a sério que compreendo, porque é lógico, já conhecem os alunos, conhecem como a escola funciona, conhecem tudo. (...)” – E6 “ (...) Obviamente pelo meu curso ser tão direcionada para o contexto educativo eu sentia-me muito mais preparada para trabalhar no contexto educativo do que em qualquer outra área mesmo assim senti medo porque nós na licenciatura estamos fechados naquele contexto, temos ali o professor, temos sempre ajuda, mesmo na altura do estágio temos sempre a ajuda da intérprete orientadora e quando vamos para o primeiro emprego seja qual for o emprego, uma pessoa tem sempre nervos, tem sempre receio de que as coisas não corram bem (...)” – E6 “ (...) Eu não estou só a falar dos CODAS, gente que já está na área há tanto tempo que é o direito deles, delas trabalhar na área mas também não surgem novas oportunidades para as pessoas que estão de começo, que estão a começar como é o meu caso, o caso de colegas minhas que acabaram o curso e não entraram porque não tinham oportunidade de emprego, não tinham vagas porque as vagas estavam preenchidas, não surgiam novas vagas e é diferente. (...)” – E7 “ (...) Quanto aos CODAS, são pessoas que tem muito mais, é um conhecimento intrínseco já quer dizer, desde pequenos que conhecem a língua é muito mais fácil para elas lidarem com essa nova língua e transmitir, não digo que é uma segunda língua é quase como...dois em um basicamente é uma língua materna na mesma só que não é propriamente uma segunda língua (...)” – E7 “ (...) é como quando uma criança aprende a língua com quem convive e depois que convivem então neste caso convive com pais surdos tem propriamente a língua...e muitas das vezes é a primeira língua antes de começar aprender a língua oral porque antes de irem para escola a primeira língua que aprendem é a língua que têm em casa e é a língua gestual para os CODA. (...)” – E7 “ (...) De certa forma, não me sentia preparada para trabalhar (...)” – E7 “ (...) processo de três anos e saber a língua completamente ao nível de estar a fazer uma tradução é muito complicado, não digo que não seja possível, é possível com muito empenho e com muita dedicação mas mesmo assim nunca será a mesma coisa. É claro que a profissão só se consolida quando se está no ativo, e isso é para todas as profissões é claro que saís com uma base, não sabes fazer aquilo tudo, simplesmente estás a ser preparada para fazer, há-de saber fazer quando estiveres no ativo. (...)” – E7 “ (...) fiz o meu percurso escolar normal até ao 11º ano o antigo 7ºano complementar do liceu portanto que corresponde agora a 11 anos de formação. (...)” – E8 “ (...) entretanto ainda estudei alemão no Instituto alemão e quando voltei de Angola foi onde eu estive três anos e tal [hum] foi quando eu fui fazer o 12ºano para poder entrar na faculdade, só que depois não entrei logo nessa altura, tive alguns problemas de família e trabalho, mas foi mais ou menos na altura em que eu comecei a trabalhar com a Associação Portuguesa de Surdos, antes de ir para Angola em 1980, depois interrompi em 1982 e depois quando voltei, voltei novamente a
--	---

	trabalhar com a Associação Portuguesa de Surdos como intérprete. (...)”- E8 “ (...) eu acho que havia aqui alguma intuição, alguma queda para exercer esta profissão mas não existiam ainda, ainda não existia formação, a formação de intérpretes profissional começou em ’89, 1989 e a formação académica começou em 1997 portanto eu comecei a trabalhar em 1980, portanto quando eu comecei a trabalhar não havia formação, quer dizer que nós trabalhávamos um pouco, navegávamos à vista um pouco com base no nossos princípios pessoais nos nossos conhecimentos pessoais, não existiam ainda regras (...)” – E8 “ (...) quando eu comecei a trabalhar não tinha formação mas nessa altura também havia pouquíssimos intérpretes e as solicitações eram realmente pequenas, hoje em dia não, porque a própria Comunidade Surda começou a crescer em termos da sua participação na sociedade e começou a exigir mais a presença de intérpretes, tudo isso levou a que se comesse a dar formação que comesse a haver criação de legislação própria para esse efeito... (...)” – E8 “ (...) eu comecei por fazer apoio, serviço administrativo na Associação (...)” – E12 “ (...) Na Associação de Surdos da Amadora, fazia um bocadinho de tudo, entretanto a Associação de Intérpretes de Língua Gestual começou-me a chamar também, fiz-me de sócia isto já...nessa altura para aí uns quantos, há 18, 19 anos...(...)” – E12 “ (...) A Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa, e então comecei a fazer alguns serviços para eles (...)” – E12 “ (...) eu quando fui, fui convidada por uma pessoa Surda que era a pessoa responsável por, já era conhecida e era a pessoa responsável por, estava em perramente contato com a RTP porque mostrava a necessidade de ter um intérprete e era uma pessoa que estava muito ativa na Comunidade Surda e debatia por melhores condições de acessibilidade para a Comunidade Surda (...)” – E12 “ (...) lutou e exigiu os seus direitos para a Comunidade Surda que eles foram mantendo reuniões com eles, até que depois conseguiram ir aumentando o número de horas de interpretação, a nível da RTP canal público, e ele acabou por ser a ponte entre recrutar mais pessoas para estarem lá na televisão (...)” – E12 “ (...) era a pessoa conhecida lá na televisão acabou por ser ele a pessoa responsável e pronto, ele selecionou, na altura éramos 4 só havia em Lisboa, então sim senhora vamos alargar o leque a mais intérpretes e foi aí que começaram a entrar mais intérpretes até a data eram só dois (...)” – E12 “ (...) Eram mesmo recibos verdes, ou seja não nos dá estabilidade nenhuma financeira, se fores trabalhar recebes se não fores não recebes, férias não há, baixas não há, subsídios de doença, maternidade não há nada, tanto esses nossos colegas que já lá estavam a 25 anos quando eles eram na altura os únicos assim o era também, sempre tiveram a recibos verdes (...)” [Televisão] – E12 “ (...) também houve um corte muito grande, na altura era bem pago, não podemos dizer que não, era uma profissão que era bem paga porque também era a nossa imagem que estava em jogo não é, nós dávamos a
--	---

	nossa cara e isso era bem pago, até que a coisa de 4, 5 anos...se calhar há já uns 5 anos para cá, levamos um corte de 50%, primeiro de 30 e depois de mais 20 (...)" – [Televisão] – E12 " (...) neste momento estamos a ganhar 50% a menos do que ganhávamos há 5 anos atrás e não há perspetiva de aumento (...)" – [Televisão] – E12 " (...) nós estamos através da Federação e nós recebemos através da Federação, eles têm estado em negociações para tentar um aumento, não é todos os anos ou de dois em dois anos, ter um pequeno aumento, já disseram que não (...)" – E12 " (...) eles alegam como aumentam o número de horas de interpretação ou seja cada vez aumentam mais programas então cortam no valor e pronto e se querem pagar mais tem que diminuir o número de programas e os Surdos também irão ficar prejudicados não é (...)" – E12 " (...) estamos num cubículozinho, um T0 como eu costumo dizer, atualmente as condições são melhores, já temos um T0 dantes nem isso tínhamos, tinham que me pôr fitas à volta da câmara e da cadeira para não passarem a frente da câmara como já chegou a haver pronto e mesmo assim houve quem passasse por cima da fita até que entretanto arranjaram lá um espacinho para mim (...)" – E12 " (...) Também é a recibos verdes, é um protocolo também gerido também pela Federação, a Federação é que faz esta gestão de intérpretes, alguns são feitos à Federação e a Federação tem vários intérpretes, tem uma bolsa de intérpretes e distribui de acordo com a disponibilidade dos intérpretes vão fazendo determinados serviços, e pronto e somo pagos de acordo com o serviço que fazemos...()" – E12 " (...) o máximo que podes lá estar é 4 horas da parte da manhã, o tribunal abre às 9h e fecha à 13h e isto é pago como se fosse um serviço independentemente de estares lá meia hora ou estares as 4 horas até a hora de almoço (...)" – E12 " (...) parte da tarde depois o tribunal abre as 14h e vai até às 17/18h imaginemos, 17h aí é pago é outro serviço pode ser um serviço que dure o dia todo, aí pagam-te como se fosse de 8, 4 da manhã e 4 à tarde, não pela duração mas sim pelo serviço em si (...)" – E12 " (...) Estou contratada pronto mas também não é nada estável não é mensal como nos recibos verdes ou diários como os recibos verdes mas é anual pronto, todos os anos temos o mesmo dilema de concorrer e não saber onde é que vamos ficar...()" – E12 " (...) Eu não senti porque como te digo eu já estava a trabalhar não é e então eu concorri nas escolas digo-te muito sinceramente não estava com muitas esperanças de ficar porque na realidade estes requisitos para as escolas são às vezes são muito específicos (...)" – E12 " (...) eu também estava com o Ministério da Justiça e estava com a RTP pronto mas queria algo mais estável porque nós no Ministério da Justiça todos os dias...hoje nós estamos em Lisboa amanhã estamos em Setúbal e pronto andamos assim em pequenas viagens (...)" – E12 " (...) mais importante que isso estável financeiramente porque eu enquanto estive a recibos verdes eu quase não tive licenças de maternidade porque a gente não podes estar 4/5 meses em casa (...)" – E12
--	--

	“ (...) recibos verdes a pessoa não pode estar 4 meses porque não recebe nada enquanto estás em casa, tem mesmo que trabalhar, tem estas desvantagens e então depois comecei a pensar no futuro, na reforma, tudo isto é importante também (...)” – E12 “ (...) umas colegas que estão na Assembleia estão com uma determinada categoria ou função não sei como é que agora se pode explicar isso e nós estamos na escola com uma outra categoria, com outro nível, completamente diferente e assim ficamos até a idade eterna, não sei até quando até isto mudar (...)” – E12 “ (...) eu já estava a trabalhar não é, eu sou um caso à parte eu já estava a trabalhar por isso foi o dar continuidade aquilo que já estava a fazer não alterou em nada (...)” – E12
Percurso Profissional I	“ (...) Estou contratada até Agosto, houve um ano que estivemos [hum] um contrato até julho, até 31 de Julho para aí há uns 2 ou 3 anos atrás mas de resto tem sido sempre até 31 de agosto. (...)” – E1 “ (...) Isto no início era pior. Portanto eu lembro-me quando fui para Riachos comecei a trabalhar em Dezembro, as coisas tem vindo a melhorar... (...)” – E1 “ (...) em ano de eleições costumamos sempre começar até mais cedo (...)” – E1 “ (...) Há dois anos atrás foi ano de eleições começamos logo a 15 ou 16 [Setembro] (...)” – E1 “ (...) tempo de serviço não é ficamos prejudicados (...)” – E1 “ (...) obrigadas a recorrer ao subsídio de desemprego que também não vem a tempo e horas (...)” – E1 “ (...) E psicologicamente... sim claro, óbvio. É uma insegurança grande. (...)” – E1 “ (...) Eu não tenho muito [hum] como é que eu hei-de explicar. A minha experiência basicamente é quanto escola não é, porque não tenho muito mais... Não tenho outras realidades (...)” – E1 “ (...) desde portanto eu acabei em 2002, comecei a trabalhar em 2003, portanto desde 2003 e tivemos que fazer o CAP para conseguirmos... (...)” – E1 “ (...) uma profissão muito instável, muito instável portanto... eu não estou, até agora não tenho tido muita razão de queixa, tenho estado a trabalhar, tive um ano sem trabalho foi logo o primeiro ano (...) mas claro fiz alguns sacrifícios, tive fora 4 anos (...)” – E1 “ (...) Eu o ano passado tive uma experiência no profissional, foi a primeira vez... (...)” – E1 “ (...) o meu percurso escolar e profissional estão muito a par um do outro. Porque eu comecei a trabalhar na APS, tinha 18 anos... em 1992 e não tinha formação nenhuma na área ainda, só depois de entrar na APS é que entrei para o curso de formação profissional que era promovido pela APS. (...)” – E2 “ (...) entretanto em paralelo estive sempre a trabalhar, nunca deixei de trabalhar portanto desde 92... (...)” – E2 “ (...) Sempre a trabalhar na área. Sempre sim, sempre, sempre... (...)” – E2 “ (...) desde 92 estamos em 2017 são 25 anos a trabalhar aliás faz 25 dia 1 de abril que eu comecei a trabalhar oficialmente. 25 anos e uma pessoa

	pensa continuo contratada sem perspectivas de. (...)” – E2 “(...) Eu estou aqui nesta escola desde 2002 (...)” – E2 “(...) aliás houve um ano letivo, precisamente o ano que eu entrei aqui, foi em 2002, antes disso nós erámos contratados a recibos verdes e só a partir de 2002 é que passamos a ser contratados pelas escolas e nesse ano em julho o Ministério da Educação mandou-nos uma carta a dizer que os contratos a recibos verdes não iam ser renovados (...)” – E2 “(...)portanto eu tive três, quatro meses em que eu tive arranjar outro emprego porque eu tinha contas para pagar (...) trabalhar numa loja, num centro comercial” – E2 “(...) agora aliado à parte da formação não é, de ser docente também no ensino superior pronto também dá...(...) – E2 “(...) Estou há 10 anos.[Tempo de Ensino] (...)” – E2 “(...)Eu estou essencialmente ligada aos estágios e a ética pronto são as minhas áreas fortes mas também trabalho TPTI (...)” – E2 “(...) faz quase dois anos que estou a trabalhar na minha área na Escola Básica Manuel Ferreira Patrício em Évora. (...)” – E3 “(...)Tirei uma formação de saúde auxiliar de farmácia e estava a trabalhar numa farmácia. Depois apareceu uma situação em que uma colega rejeitou a vaga, se não estou em erro e foi para outra escola e eu tentei a sorte e consegui, mas é diferente. (...)” – E3 “(...) Comecei logo nesta escola, numa escola de referência. (...)” – E4 “(...) Na altura em que eu parei, porque não entrei na Universidade quis ir para fora, para o estrangeiro e foi onde eu descobri a língua gestual porque fui para Inglaterra fazer babysitting numa família inglesa (...)” – E4 “(...) fui para a escola estudar inglês e na escola onde eu estudava inglês havia o curso de língua gestual inglesa, então estudava de manhã, trabalhava a tarde com a miúda e a noite ia estudar língua gestual inglesa. (...)” – E4 “(...) mudei-me para Lisboa. Arranjei um emprego em Lisboa, para poder fazer o curso de Língua Gestual de Iniciação sem objetivo algum de profissão. (...)” – E4 “(...) Mas eu não senti dificuldade, notava-se que havia a possibilidade de não conseguirmos entrar, mas eu tive sempre a esperança, e pensei sempre positivo (...)” – E4 “(...) Fui para o primeiro sítio onde concorri e fiquei...(...)” – E4 “(...) Eu por acaso não tinha acabado o secundário a minha prima queimou as fitas, e a minha mãe foi a queima das fitas, eu não pude ir, e a minha mãe chegou a casa e disse-me: “Olha sabias que existe uma licenciatura em linguagem gestual” (...) disse-lhe que não e fiquei com curiosidade, ainda estava a estudar no secundário e fui informar-me como é que eu podia, entrar no ensino superior para esse curso que eu não altura não tinha assim nenhuma área que eu quisesse escolher, estava em letras mas não tinha assim nenhuma área específica para onde eu quisesse ir (...)” – E5 “(...) Fui trabalhar e ia dois ou três vezes para Lisboa, não me lembro para fazer o curso. Quando terminei, tive que ir fazer os exames de acesso ao ensino superior [hum] quando me fui inscrever na ESE e entregar os pré-requisitos disseram-me que esse ano a licenciatura não ia
--	---

	abrir. (...)” – E5 “ (...) Estive dois anos em educação de infância [hum] mas a detestar o curso todos os dias da minha vida. (...)” – E5 “ (...) Entretanto consegui no ano em que acabei o curso uns meses, eu acabei o curso em julho por aí e depois novembro consegui fazer uma substituição de gravidez de uma colega no Seixal, na escola do Seixal onde eu já tinha estagiado no ano antes. (...)” – E5 “ (...) Depois no ano a seguir trabalhei, vim trabalhar para Évora, fazer outra substituição de outra colega, outra gravidez e até agora tenho estado nesta escola. (...)” – E5 “ (...) eu tenho que contar isto alguém não posso ficar com isto para mim porque eu também não vou resolver esse problema... (...)” – E5 “ (...) Acho que devia haver um código de ética específico para escolas. A situação escolar é diferente das outras situações de tribunal, de saúde...(...)” – E5 “ (...) O intérprete não pode calar a tudo, já houve outras situações, há situações que eu tenho que ir falar. Pronto há vários exemplos, eu se não for dizer, se eu não disser a quem está acima de mim...(...)” – E5 “ (...) fui logo colocada na Escola Superior de Educação do Porto, eles fazem uma seleção para um estágio profissional, porque temos alunos surdos lá no Instituto Politécnico do Porto, e eles fazem uma seleção de alguns alunos para ficarem a fazer esse estágio profissional. Eu fui uma das selecionadas, e fiquei um ano letivo a fazer esse estágio. No ano seguinte, concorri para as escolas de todo o país, e consegui ficar aqui na Malagueira numa substituição de maternidade. (...)” – E6 “ (...) É o primeiro ano numa escola de referência. O ano passado estive lá no estágio profissional. (...)” – E6 “ (...) Neste momento não estou a trabalhar na área [Língua Gestual] tive umas pequenas experiências mas de momento não estou, não consegui de facto entrar por esse caminho. (...)” – E7 “ (...) Neste momento trabalho como assistente de alfarrabista. (...)” – E7 “ (...)Na área da língua gestual, fiz três estágios que eu realizei, ainda concorri a uma vaga para uma empresa que faz, fazia e faz tradução e o <i>back office</i> para pessoas em língua gestual. (...)” – E7 “ (...) Mas comecei a trabalhar num laboratório farmacêutico, depois fui para fora, tive três anos fora (...)” – E8 “ (...) Na altura não tinha formação de intérprete, não existia mas como eu era filha de pais surdos e tinha um bom domínio da língua acabei por ir trabalhar como intérprete para a Associação. (...)” – E8 “ (...) durante muitos anos trabalhei paralelamente cá fora, tinha outras ocupações e fazia uma <i>part-time</i> na Associação, fazia algumas horas, quando era preciso chamavam-me, e ia fazer esses trabalhos. Só a partir de 1992/93 é que eu comecei a trabalhar a tempo inteiro como intérprete de língua gestual na Associação Portuguesa de Surdos (...)” – E8
--	---

	“ (...)1998 fui convidada para dar aulas aqui na ESE de Setúbal no curso de Tradução de Língua Gestual, devido a experiencia que tinha acumulado de 1980 e foi quando comecei então a lecionar aqui na ESE de Setúbal. Durante muitos anos paralelamente continuei a exercer a profissão de intérprete mas já pontualmente portanto não com muita frequência, pontualmente há um ou outro trabalho que vou fazendo de tradução mas o meu trabalho agora neste momento é de professora na tradução de língua gestual. (...)” – E8 “ (...) É assim eu nunca trabalhei em escolas [Referência] (...)” – E8 “ (...) já estive num Congresso Mundial de Surdos como intérprete, também nos Surdos Olímpicos foram experiências fabulosas, são experiências em nós contatamos com intérpretes de todo mundo e com surdos de todo o mundo e há uma variedade muito grande nas línguas gestuais com que nós contatamos são muitas de todo o mundo (...)” – E8 “ (...)Tenho tido a sorte mesmo estando aqui a lecionar de ser convidada a participar pontualmente como intérprete nos Surdo Olímpicos e nos Congressos Mundiais de Surdos e isso contribui para manter um contato com a prática real do trabalho do intérprete e enriquece o meu trabalho como docente porque tenho novas experiências para poder incorporar no dia-a-dia das aulas. (...)” – E8 “ (...) Eu trabalhei, em escola na educação eu nunca trabalhei com crianças, nunca calhou pronto é uma vertente na qual não tenho experiência, trabalhei sim no Ensino Superior como intérprete no Ensino Superior e agora como docente. (...)” – E8 “ (...) na altura em que eu comecei a trabalhar em 1980 a profissão de intérprete de língua gestual nem sequer estava reconhecida, ela só foi reconhecida em 1989, não '99 (...)” – E8 “ (...) sobretudo em questões de tribunal eram um dos trabalhos mais frequentes que eu tinha como intérprete nos primeiros anos era estar em tribunal a traduzir para pessoas surdas que estariam como arguidas ou como testemunhas ou como queixosas e portanto são situações delicadas (...)” – E8 “ (...) eu fiz parte da fundação da primeira Associação de Intérpretes em 1991, e uma das primeiras preocupações da Associação que era a AILGP, neste momento já não existe, mas existem outras duas foi criar um Código de Ética e Deontológico e para isso baseamo-nos no que existia lá fora, no estrangeiro, sei lá na Bélgica, Estados Unidos, Inglaterra, Escócia, fomos buscar exemplos de outros países que estariam um bocadinho mais avançados que nós e quando criamos a Associação a primeira preocupação foi criar o Código de Ética e para isso baseamo-nos no que existia lá fora, no estrangeiro, sei lá na Bélgica, Estados Unidos, Inglaterra, Escócia, fomos buscar exemplos de outros países que estariam um bocadinho mais avançados que nós e quando criamos a Associação a primeira preocupação foi criar o Código de Ética.. (...)” – E8 “ (...) sou sócia fundadora da primeira Associação, que foi a AILGP e sou sócia fundadora de uma segunda Associação que foi criada em 2011
--	---

	que é a ANAPI-LG (...)” – E8 “ (...) Fiz o 12º, até ao 12º fiz numa escola secundária, na Escola Secundária da Amadora, entretanto quando estava no 11º não consegui tirar nota positiva a matemática e então fiquei dois anos a fazer só matemática e foi nessa altura que comecei a desempenhar funções como intérprete. Eu comecei por ser trabalhadora-estudante, a fazer a disciplina de matemática e a trabalhar no movimento associativo, depois fiz a licenciatura em Gestão no Ensino Superior de Economia e Gestão no ISEG (...)” – E12 “ (...) Durante o decorrer do curso, em simultâneo já era, trabalhadora-estudante, estava a desempenhar funções de intérprete e cada vez com mais responsabilidade apesar também entretanto ter feito formação na área da interpretação mas sempre as tarefas, as funções cada vez mais exigentes então já só queria acabar o curso de gestão para ingressar no Curso de Interpretação de Língua Gestual (...)” – E12 “ (...) Acabei a licenciatura depois logo no ano a seguir, entrei na ESE de Setúbal para fazer o curso de intérprete de língua gestual. Mas quando eu ingressei continuei, com o estatuto de trabalhadora-estudante uma vez que já estava a desempenhar funções, já sou intérprete há 18,19 anos. (...)” – E12 “ (...) então fui tirar o curso de Língua Gestual nível 1, 2 e pronto depois as coisas foram crescendo e a responsabilidade e o tipo de serviços, depois comecei a fazer seminários entretanto depois tive na Expo '98 (...)” – E12 “ (...) a expo para mim foi espetacular porque não encarava aquilo como um trabalho, eu encarava aquilo...o que eu sentia, aquilo eu encarava como um trabalho, mas o que eu sentia é que pagavam-me para ir trabalhar (...)” – E12 “ (...) fiz o curso também no Ministério da Justiça, no Centro de Estudos Judiciários, fizemos lá o curso o que depois deu-me a possibilidade também a começar a fazer tradução na área do âmbito do Ministério da Justiça e pronto foi o que eu fiz durante realmente muitos anos (...)” – E12 “ (...) grau de exigência foi subindo à medida que ficava mais à vontade e sentia-me preparada, fui aceitando novos desafios até chegar ao Ministério da Justiça e a televisão e a Congressos, Seminários já fiz um bocadinho de tudo mesmo nesta área. (...)” – E12 “ (...) eu devo estar a 9 porque eu não entrei logo, ela diz que está lá a 12 foi quando entrou, mas como te disse eu entrei 2, 3 anos depois por isso devo estar a 8, 9 anos. (...)” [Televisão] – E12 “ (...) dois anos no Seixal e um, este ano estou na Quinta de Marrocos...ou três no Seixal e um na Quinta de Marrocos, não! Dois-um, este é o terceiro. (...)” [Contexto Escola] – E12 “ (...) tentei a escola apesar de não ter experiência em área de escola já tinha estado noutra escola mas não era anos de escola sim também tinha estado na Lusófona a fazer tradução mas foi só um ano aquilo a nível de
--	---

	equivalência mesmo não nos dava grande coisa, experimentei com a experiência geral que tinha e como te disse, escolas analisam as coisas de forma diferente umas das outras e tive a sorte de ficar no Seixal (...)” – E12
Desafios	“(...) Na escola não é fácil. [Código de Ética] (...)” – E1 “(...) Para já porque os miúdos precisam de mais, mais de apoios, às vezes só a tradução não chega não é temos que dar ali uma ajudinha extra e depois criamos laços de afetividade (...)” – E1 “(...) Acho que já vou, ao início foi complicado (...) Tem família, tem contas ao fim do mês para pagar não é? E as vezes não é fácil mas não é fácil... (...)” – E1 “(...) por exemplo senti o ano passado, nós tivemos num curso profissional e tivemos disciplinas muito específicas, com vocabulário muito específico e não era fácil tivemos que arranjar estratégias entre nós (...)” – E1 “(...) tínhamos que arranjar alguns códigos mas só nossos com os alunos para que percebessem e facilitassem o nosso trabalho, e o trabalho dos professor não é como é óbvio. (...)” – E1 “(...) Para já acho que é uma profissão que traz muitos desafios, eu todos os dias sinto que há sempre um desafio novo, há sempre qualquer coisa de novo (...)” – E2 “(...) E todos os dias me deparo com um vocabulário ou com um gesto qualquer ou que é novo para o aluno e que me dá o desafio, que cria em mim o desafio de que ter que dar a volta para explicar o conceito ao aluno porque ele não tem esse gesto ou o contrário, ser vocabulário novo, uma palavra nova que até para mim em termos de língua gestual pode ser nova (...)” – E2 “(...) Porque os currículos estão a ser adaptados, as metas estão a ser introduzidas nas disciplinas não é, portanto isso tudo traz desafios (...)” – E2 “(...) portanto há muitas matérias que nós ao longo dos anos já conhecemos de alguma maneira bem e que agora estão a ser, portanto alteradas e que estão a ser o nível de dificuldade está aumentar um bocadinho eu acho que ao fim ao cabo isso nos traz desafios no dia-a-dia (...)” – E2 “(...) o maior desafio é nós conseguirmos ter aqui uma boa articulação com a restante comunidade educativa para que percebam o que é que é o nosso trabalho (...)” – E2 “(...) temos aquela capacidade de flexibilidade e de nos conseguirmos adaptar aos professores não é, e aos poucos explicar e fazer ver o que é que nós fazemos, o que é que não fazemos, o que é que compete o que é que não compete mas não é fácil (...)” – E2 “(...) também temos essa dificuldade, às vezes eles perceberem qual é o nosso papel, então elas são intérpretes, elas são professoras, são o quê? (...)” – E2 “(...) esta distinção para eles não existe e nós temos, diariamente marcar essa separação (...)” – E2 “(...) Eu acho que a maior dificuldade, falando como na nossa profissão intérprete é mesmo a falta de gestos tanto que nós encontramos nos sempre para discutir gestos e temos mesmo muitas dificuldades em

	certas disciplinas palavras específicas não há um gesto e sentimos um bocado bloqueadas (...)” – E3 “(...) Tentamos procurar nos dicionários os gestos que já há mas se não houver entre todas e os miúdos, os miúdos surdos tentamos sempre criar um código nosso para tentar dar a volta à situação para ser uma comunicação mais fácil e acessível. (...)” – E3 “(...) naquela altura ainda havia alguma facilidade já se falava nas possíveis dificuldades porque já, já existiam muitas porque no Porto já começava a sair muita gente formada porque saiam logo com os três anos, e nós saíamos com 5... (...)” – E4 “(...) falta de gestos para muitas das áreas que trabalhamos aqui na escola com as diferentes disciplinas, temas muito específicos em que não existem gestos que pelo menos nós não conhecemos e temos essa dificuldade de dizer exatamente aquilo que o professor está a dizer só com aquele gesto (...)” – E4 “(...) Obviamente depois criámos códigos entre nós, funciona mas que lá para fora ninguém os conhece mas acho que é assim que também a língua gestual evolui (...)” – E4 “(...) muitas vezes eles não se identificam tanto com a língua e com o facto de serem surdos porque estão isolados (...)” – E4 “(...) e muitos deles nem sequer são de Évora têm que vir e fazer 100 km para vir para a escola, outros 100 km para casa mas na terra deles vivem isolados (...)” – E4 “(...) Temos falta de muitos gestos, específicos das disciplinas, há muitas palavras que não tem gestos (...)” – E5 “(...) temos que criar códigos entre nós que depois provavelmente não vão bater certo com os códigos de outras escolas, de outras colegas e isto por um lado somos obrigadas a fazer isso, para benefício dos alunos, para nosso conforto para não estarmos a soletrar as palavras todas que são ditas e que não tem gesto (...)” – E5 “(...)o código de ética é: um intérprete traduz não está ali a fazer mais nada, não pode revelar informações fora que, tenham a ver com os alunos, não pode dizer nada a ninguém, tem que ser fiel ao que é dito pronto. (...)” – E5 “(...)Na parte do traduzir fielmente o que é dito, cumprio a 100%, quando me dizem que não posso dizer nada que tenha a ver com, que eu oiço e não posso dizer, que tenho que me manter como se fosse uma máquina calada, eu não consigo, porque estamos a falar de vidas de jovens, há jovens que tem problemas, nós ficamos a saber de coisas por portas e travessas ou porque aquele alunos nos diz a meio da aula e eu como ser humano não posso calar (...)” – E5 “(...) e se eu sei que existe um problema eu não posso ser cúmplice desse problema quanto mais nós estamos a falar de menores, tudo bem se falarmos na parte de pessoas adultas isso eu tenho que guardar sigilo, isso é uma coisa completamente a parte, nas escolas não me parece que o sigilo seja uma coisa...(...)” – E5 “(...) Por exemplo a aluna, uma aluna está prestes a desmaiar e diz-me que não comeu o dia inteiro, e ontem já me tinha dito que não tinha comido eu tenho que ir dizer, alguém a diretora de turma, tenho que ir
--	---

	falar à direção (...)” – E5 “ (...) escola é tudo muito controlado é nós pronto, temos testes, temos melhor ou pior nota mas ninguém está a depender de nós. De repente começamos a trabalhar temos um aluno a olhar para nós e o professor a falar a falar sem querer ter bem a noção que se calhar devia estar a falar mais devagar porque é a primeira vez que estou a traduzir (...) – E5 “ (...) muito injusto para um intérprete que estudou, que se esforça todos os dias para traduzir aulas, para passar o máximo de informação mais clara possível para o aluno perceber e depois dizerem que a culpa da língua gestual não estar tão evoluída ou que... que é do intérprete eu acho. (...)” – E5 “ (...) Porque em contexto escolar nós estamos a lidar com a educação daquele aluno, é diferente nós estarmos durante um ano letivo, dois anos letivos a trabalhar com aquele aluno, saber dos problemas dele, das dificuldades dele, do que ir traduzir uma ida ao médico. Uma situação isolada é muito diferente de estar um ano letivo completo a trabalhar com o aluno. (...)” – E6 “ (...) E há falta de vocabulário para todas as áreas, e o ano passado lá na Faculdade tinha algumas disciplinas de Direito, por exemplo, não há vocabulário para nada. (...)” – E6 “ (...) Se calhar lá na faculdade os alunos por exemplo de Artes já tinham tido Artes no Secundário também e já tinham alguns códigos criados com as intérpretes de lá e passavam os códigos que tinham e eu continuava com os mesmos. (...)” – E6 “ (...) Inicialmente procurei naquela esperança de realmente de fazer aquilo em que me tinha formado mas descobri que o caminho era mais difícil que se fazia pensar... (...)” – E7 “ (...) É muito difícil entrar numa área em que para já não têm muito acessos é pouco conhecido e os que conhecem já têm, o que nós chamamos “tartarugas da área” porque já lá estão há bastante tempo dificilmente conseguimos porque acabamos de sair de uma licenciatura, é uma base mas não é tudo, estamos mal preparados e quando vamos começar encontramos, deparamos com o fator experiência, que nós temos que ter experiência apesar de termos uma base, uma formação específica na área nós temos que ter experiência basicamente. (...)” – E7 “ (...) muito complicado competir com pessoas que já têm anos e anos de experiência e muito provavelmente [hum] até a sua reforma não deixaram de sair daquela fase portanto para nós é muito complicado competir com isso. (...)” – E7 “ (...) Sinceramente, não sei te dizer quais são os desafios porque não estou na profissão, não sei quais são os desafios pela qual elas atravessam mas imagino que sejam lidar com dificuldades do dia-a-dia (...)” – E7 “ (...) Código de Ética para tudo é um desafio, quer dizer, um Código de
--	--

	Ética para língua gestual ainda é muito mais, porque nem sempre é possível cumprir tudo aquilo a risca porque somos seres humanos tendemos a sair um bocadinho a pensar que estamos a fazer pelo bem mas afinal não é o correto (...)” – E7 “ (...) Os maiores desafios portanto de um ponto de vista das línguas pode ter haver com áreas terminológicas específicas portanto, áreas de trabalho em que exista uma terminologia técnica, uma terminologia específica em que o intérprete deve antecipadamente (...) deve estudar, deve-se preparar, deve contactar com outros colegas ou com professores de língua gestual ou com a Comunidade Surda para se informar quais são os gestos mais adequados naquele contexto (...)” – E8 “ (...) desafios que se prendem com a competência linguística e por outro lado outro tipo de desafio tem a ver com a componente humana do trabalho do intérprete, que nós lidamos com pessoas diferentes todos os dias, com problemas diferentes, com características diferentes, situações umas que são mais do dia-a-dia mais simples não apresentam grandes complicações (...)” – E8 “ (...) temos também situações mais delicadas por exemplo situações em que vamos a tribunal, em que nos confrontamos com situações delicadas, temos que ter sempre presente o nosso Código de Ética e Deontológico, temos que ter o cuidado de não quebrar as regras éticas e deontológicas pelas quais nos devemos reger (...)” – E8 “ (...) os primeiros tempos, os intérpretes não sabiam que havia um código de vestuário, pronto havia alguns que por intuição, pouco a pouco nos íamos sentindo que não fazia sentido ir trabalhar com um vestido às flores porque isso visualmente se tornava mais difícil de acompanhar a língua gestual, e depois a pouco e pouco começamos a perceber algumas de algumas regras, que deveriam estar em, sempre presentes no nosso trabalho (...)” – E8 “ (...) Não é fácil porque o público-alvo não é só oralistas, ou não é só falantes de língua gestual e um <i>mix</i> de tudo depois temos as diferenças de idade também, as gerações e tudo isto nós temos que fazer chegar a nossa língua gestual não é, temos que nos adaptar e fazer a língua, traduzir de uma forma em que consigamos chegar ao maior número de pessoas tendo em conta que temos estes diferentes públicos-alvo não é? Jovens os adultos com diferentes níveis de língua gestual...(...)” [Desafios na Televisão] – E12 “ (...) Não é fácil, nós estamos na escola já sabemos estamos com este público então adaptamos a língua gestual para as crianças, imaginemos e tu sabes que eles através deste tipo de linguagem eles vão perceber, se tiveres com um público jovem a língua gestual que temos que fazer vai ter de ser outra e se for adulto, outra ainda...(...)” – E12 “ (...) às vezes dá tempo para isso outras vezes não dá, não te apercebes, depois no fim da notícia se calhar apercebes-te que não era este tipo de
--	---

	gesto, não era este era outro mas aí já não há nada a fazer mas pelo contexto, vá a pessoa consegue perceber o que foi dito tu é que não aplicaste o gesto se calhar mais correto mas a informação passa não é, no geral o conceito acaba sempre por passar...sim, mas sim às vezes acontece (...)” [Tempo de correção] – E12 “ (...) muito de fazer um bocadinho de tudo, gosto muito de televisão sim mas é um trabalho muito solitário, estás ali sozinhas a olhar para uma câmara não temos feedback de ninguém, estamos muito observadas, estamos sujeitas a muitas críticas, porque há sempre quem goste que quem não goste...(…) [Desafio da Televisão] – E12 “ (...) um vocabulário muito mais específico, mais técnico, havia muitas coisas que eu às vezes não...é assim porque eu não tinha noção ou não sabia e quem me ajudava a esclarecer por vezes eu perguntava mesmo aos advogados e eles ajudam-nos (...)” – E12 “ (...) é sempre bom a gente ter estas noções e saber mas na realidade quando tu estás lá dentro não precisas deste vocabulário porque o que vais traduzir é o que o juiz vai saber e vai perguntar à pessoa e vice-versa e são perguntas muito simples, a morada, a idade, onde nasceu e depois é todas as perguntas que o Ministério Público fizer mas são perguntas do que realmente aconteceu (...)” – E12 “ (...) é uma linguagem mais acessível de dia-a-dia percebes? Não se usa tanto esses níveis técnicos, essa linguagem técnica... (...)” – E12 “ (...) sentimos realmente falta de algum vocabulário mas é uma língua muito rica já mas pronto nessas áreas assim mais específicas também (...)” – E12 “ (...) seria bom mostrarem, partilharem os materiais que estão a ser criados entre todos para haver uma uniformização dos gestos (...)” – E12 “ (...) imagina nós adotamos aquele gesto a maior parte da Comunidade Surda não vai conhecer depois nós temos também essa responsabilidade não é, em televisão fazer disseminar aquele gesto mas temos que ter o cuidado de saber realmente se é aquele gesto adotado ou não, ou seja ou a Comunidade Surda, os líderes da Comunidade Surda têm que autorizar ou aprovar digamos assim, escolher um gesto para depois ele ser disseminado (...)” – E12 “ (...)Eu já assimilei tão bem que para mim já não o encaro como um desafio (...)” – E12 “ (...) acredito que para as minhas colegas que estavam comigo no curso claro que não estavam preparadas não é porque não é fácil aprender uma língua em três anos ainda para mais quando não é praticada diariamente, uma coisa é tu ires a uma escola, a uma faculdade e aprenderes uma língua durante 2, 3 horas desse dia, outra coisa é estares em contato com a língua todos os dias durante 8/9 horas é completamente diferente (...)” – E12
Carateriza	“ (...) passo metade do meu tempo da escola, mais de metade do meu

r as funções e as competênci as dos profissionais	tempo na escola (...)” – E1 “ (...) tenho um trabalho variado este ano então tenho imensas turmas... (...) ” – E1 “ (...) depois há muita coisa que a gente não deve ser mas é, que não devemos ser mas somos (...)” – E1 “(…) quando eu comecei a trabalhar, sentia necessidade de solicitar aos professores os planos de aula, os manuais portanto havia aquela inexperiência (...)” – E1 “(…) havia gestos que tínhamos que criar entre nós, códigos e isso aconteceu porque foi muita coisa que não há gesto, mesmo nós falando com a professora de língua gestual não havia gesto (...)” – E1 “(…) mesmo meninos com dificuldades cognitivas com, nós temos aí atualmente, com grandes dificuldades cognitivas que adquiram a língua mais tarde e que precisam de muito apoio a nível de educação especial e que muitas das vezes não é essa a resposta e somos nós aí, acabamos por fazer entre aspas, acabamos por fazer aquilo que não nos compete não por nossa vontade mas porque há essa necessidade (...)” – E2 “(…) sabemos que não temos que o fazer, do professor de língua gestual, não ensinamos a língua gestual, não fazemos o trabalho do professor de educação especial, não, mas quando é preciso ajudar a estudar (...)” – E2 “(…) intérpretes porque nós muitas vezes perdemos muito tempo nas aulas em vez de estar só a traduzir as aulas perdemos mais tempo a explicar os conceitos porque também são meninos que como já aprenderam a língua numa já numa fase, já tarde, já tardia têm o vocabulário muito pobre... (...)” – E2 “(…)Portanto o nosso trabalho é este, não nos compete mais do que isto, não nos compete fazer determinadas coisas...(…)” – E2 “(…) quando eu digo uma associação de intérpretes na minha escola, não quer dizer que seja aqui mas quando há, pessoas que dizem: na minha escola obrigam-me a fazer não sei o quê, e outros dizem como é o caso das entrevistas nós temos que apresentar projetos, não nos compete, nós não temos que apresentar projetos, nem materiais pedagógicos, isso não é nossa função (...)” – E2 “(…) Nós fazemos tudo um pouco pronto. Principalmente traduzimos as aulas que é a nossa, o intuito que é traduzir mesmo as aulas e os alunos surdos. (...)” – E3 “(…) Nós traduzimos as aulas e todas as atividades que se justifique a tradução, em que eles participam e nós estamos presentes e é assim o nosso dia-a-dia. (...)” – E3 “(…) além de sermos “mãezinhas deles” porque somos um bocadinho (...)” – E4 “(…) Eles talvez pelo facto de sermos quase as únicas pessoas que sabemos falar a língua deles "procuram-nos muito para conselhos, para desabafar, para companhia (...)" – E4 “(…) eles têm uma necessidade incrível de partilhar connosco porque nós somos aquelas pessoas que de verdade estamos mais horas com eles por dia mais do que a família... (...)” – E4 “(…) eles sentem muito, muita empatia connosco porque nós não somos só máquinas de traduzir, nós não somos! Nós somos pessoas, acabamos
---	--

	por nos afeiçoar a eles independentemente de todos os defeitos que eles possam ter, e de serem um bocadinho chatos e preguiçosos e essas coisas todas típicas da idade mas pronto...somos mãezinhas. (...)" – E4 " (...) tentar que, gerir porque depois não podemos mostrar que não estamos ali para eles porque também, criámos a distância o afastamento, a barreira eles depois também acham que, "ela está aqui só para traduzir e não quer saber de mim" e isso nós também não queremos, nós queremos que eles sintam a simpatia connosco e que nós sentimos com eles para poderem também confiar em nós e isso também passa para depois na relação na aula que é o objetivo que nós aqui temos, é o sucesso escolar (...)" – E4 " (...) Eu traduzo aulas (...)" – E5 " (...) acompanho-os em visitas de estudo, em todas as saídas que haja para fora da escola, em teatros, em tudo o que existe fora das aulas também acompanhamos eu e as minhas colegas. (...)" – E5 " (...) Quando há erros a culpa muitas vezes é, que os intérpretes não têm muita expressão, que os intérpretes inventam gestos, quando não há gestos, quando o intérprete tem que trabalhar não sei quantas horas por dia, tem que saber não sei quantos assuntos diferentes e se calhar no dia a seguir tem que se lembrar e no outro dia também e depois tem que resolver problemas que os alunos, porque muitas das vezes nas escolas também somos...acompanhamos muito da vida deles e muitas vezes temos que ajudar noutras coisas fora da sala (...)" – E5 " (...) Estou no 7º, tenho um aluno, sim, ele está separado da turma, vai participar nas aulas juntamente com a turma nas aulas mais práticas, de resto está sozinho. Eu acompanho-o em todas as aulas. (...)" – E6 " (...) Todas as aulas ele tem intérprete. Traduzo também nas reuniões, visitas de estudo que ele vá, também vou. (...)" – E6 " (...) a ética dos intérpretes não é para isso que o intérprete é mas há muitas situações em que o intérprete poderiam fazer mais e não pode porque não é uma professora, mas se calhar tem o mesmo conhecimento que a professora que está na sala porque já faz isso há anos, mas não pode intervir mais profundamente (...)" – E7 " (...) que eu quero dizer é que há uma dada matéria que o aluno não pode traduzir, não consegue perceber e a intérprete não pode chegar ao pé e fazer uma explicação, ainda depende muito da professora fazer isso, quer dizer a professora compreende, sabe a matéria é o que a lecionar...(..." – E7 " (...) está a lecionar mas muitas das vezes, não consegue chegar ao aluno surdo, e quem consegue fazer isso é a intérprete, mas a intérprete não tem essa função e poderia ter não ofuscando claro a função da professora (...)" – E7 " (...) Enquanto docente de tradução de língua gestual, bom é... há uma, eu comecei a dar aulas em 1998 e o que eu senti logo no início é que não havia materiais, não havia manuais e portanto o meu trabalho como
--	---

	docente foi procurar sobretudo a nível estrangeiro, o que é que havia, o que é que existia materiais e orientações, livros que fui tentando adaptar para esta realidade a língua gestual portuguesa, o curso de tradução aqui na ESE de Setúbal portanto sobretudo o que eu senti no início foi a dificuldade de adaptação dos materiais. Uma parte do meu trabalho é produzir materiais, materiais que eu vou adaptando consoante as diferentes disciplinas que eu leciono. (...)” – E8 “ (...) Antigamente como intérprete eu trabalhava nas Associações, sobretudo na Associação Portuguesa de Surdos, portanto no dia-a-dia, questões do quotidiano, telefonemas, idas ao médico, etc., e depois uma vertente muito importante que eu tinha era também era de tradução de conferências em língua gestual e também participação em alguns projetos internacionais (...)” – E8 “ (...) A noção que havia pelo menos para mim, e sempre houve esta noção de que o intérprete deve respeitar o seu trabalho e as pessoas com quem trabalha (...)” – E8 “ (...) acho fundamental desde o início da formação inicial de base da licenciatura ou dos cursos prévios da língua gestual é que as pessoas que querem ser intérpretes devem manter um contato permanente e constante com a língua gestual com a Comunidade que a fala, portanto Comunidade Surda para se manter atualizado portanto em nível do vocabulário novo que vai surgindo e na prática que vai ganhando no contato com as pessoas surdas, como também das questões sociais, políticas, pessoais que afetam as pessoas surdas, e que são questões que surgem no dia-a-dia do trabalho do intérprete que é preciso o intérprete estar informado sobre elas para poder fazer um bom trabalho na tradução. (...)” – E8 “(...) acompanhar um associado a uma consulta médica, uma reunião de pais coisas assim (...)” [Funções na Associação] – E12 “ (...) A gente tem que traduzir tudo o melhor que pode não é, o melhor que consegue (...)” – E12 “ (...) a nível de tribunal é muito giro porque olha, todos os dias são diferentes, conhecemos muita gente, é um trabalho de muita responsabilidade porque temos quer ter a certeza daquilo que estamos a dizer não é, não nos podemos enganar, todo o pormenor faz diferença, todo se vai atrás ou se vai a frente, isto tem que ser muito bem, temos que ter a certeza do que nos estão a dizer para o traduzir corretamente porque senão pode por em risco a boa decisão da causa não é, de ele ir atrás ou de ir em à frente muda tudo, ou de entrar pela janela ou pela porta também muda tudo (...)” – E12 “ (...) Traduzo as aulas e tudo aquilo que é necessário, em contexto escolar, visitas de estudo, reuniões, todo o tipo de reuniões que haja na escola, ir com os meninos se for necessário à direção ou a secretaria resolver algum problema, traduzir tudo aquilo que for necessário. (...)” –
--	--

	E12
Competências pessoais	“(…) primeiro que tudo temos que ser humildes, temos que ser flexíveis (…)” – E1 “(…) a nível psicológico que é preciso nós também sabermos lidar eu acho que isso é uma lacuna que se calhar era muito importante pensarmos em termos da nossa formação portanto aprender a lidar com estas questões mais do foro psicológico (…)” – E2 “(…) É mais fácil para um CODA, mas nem para todos, atenção! (…) – E2“(…) Tem de ser forte psicologicamente. Principalmente o intérprete em contexto escolar, acho que é muito diferente ser intérprete em contexto escolar e ser intérprete em qualquer outra situação. (…)” – E6 “(…) Condições? Integridade, valores, a pessoa tem que ter valores conhecimento, não é apenas conhecer a língua é muito mais que apenas conhecer a língua porque eu acho que em três anos não dá para termos noção do que é ter uma segunda língua que é uma língua gestual sem ter profundo conhecimento da língua, quer dizer tem que estar mais consolidada (…)” – E7 “(…) uma outra competência é capacidade de adaptação, de flexibilização a diferentes contextos de trabalho também o interesse em atualizar, o manter-se atualizado é muito importante, fazer formação continua ou fazer pequenos <i>workshops</i> que lhe permitam ter novas competências mas sobretudo e acima de tudo gostar daquilo que se faz. Portanto quando nós gostamos daquilo que fazemos e temos interesse é sempre mais fácil para nos mantermos atualizados. (…)” – E8
Competências profissionais	“(…) As competências linguísticas são fundamentais óbvio não é, ter um bom domínio da língua também a nível do português não é só da língua gestual, um bom domínio do português é essencial porque só assim é que nós percebemos os conceitos para podermos traduzi-los, interpretá-los (…)” – E2 “(…) portanto o conhecimento da língua de trabalho, neste caso de ambas é fundamental, conhecer muito bem a comunidade surda para sabermos, para nos sabermos adequar e adaptar... (…)” – E2 “(…) , temos que ter competências para realizar o trabalho porquê, isso vai-se adquirindo ao longo do tempo, não é inicialmente que nós temos logo essas competências todas para realizar o trabalho mas sendo a nossa profissão de tradução temos que ter minimamente conhecimento daquilo que estamos a fazer, em termos linguísticos, tudo (…)” – E3 “(…) vai-se adquirindo ao longo do tempo e acho que talvez também a formação e o convívio entre todos, os intérpretes ajuda-nos sempre adquirir mais, mais competências e conhecimento para trabalhar melhor. (…)” – E3 “(…) Para além das linguísticas, da língua gestual que nem sempre as adquirimos por completo na universidade (…)” – E4 “(…) competências a nível linguístico, da língua gestual, tem que adaptar a tradução aos alunos que tem, porque nem sempre eles têm os mesmos níveis linguísticos (…)” – E5

	“ (...) As competências linguísticas, obviamente. Não só na língua gestual, mas também na língua portuguesa, acho que tem de dominar muito bem as duas línguas para conseguir ser um bom intérprete. (...)” – E6 “(...) Portanto um intérprete deve de ter como competências basicamente as línguas com que trabalha, ter um bom domínio dessas línguas mas ter também um bom domínio da cultura que está associada a cada língua porque nós sabemos que as línguas têm uma influência muito grande nos aspetos culturais e vice-versa os aspetos culturais das comunidades (...)” – E8 “ (...) dá-nos uma grande estaleca, dá-nos à vontade, dá-nos experiencia, dá-nos muita experiência devido ao tipo de vocabulário que é aplicado, que é muito exigente nós temos também esforçar-nos e dedicarmo-nos porque há sempre vocabulário novo, há coisas que a gente ouve todos os dias nas notícias, vocabulário novo e temos que nos indo atualizando (...)” [Contexto da Televisão] – E12 “ (...) intérprete tem que ser responsável, tem que ter boas, boa cultura geral, não digo boa mas não... razoável para poder dominar um bocadinho de cada área. Nós traduzimos um bocadinho de tudo, temos que traduzir tudo não é, depende do que estejamos a fazer, mas sim um bocadinho de tudo, nós mesmo na escola traduzimos história, português, inglês, matemática...temos que ter um bom domínio (...)” – E12 “ (...) noutros contextos é importante ser pontual, assíduo (...)” – E12
Conhecer os requisitos de acesso e de progressão na carreira	“ (...) Não, há não. [Aumento salarial] (...)” – E1 “ (...) Não, nada. Temos estagnadas, no mesmo índice... (...)” – E1 “(...) Há CODAS e CODAS, há CODAS que também não têm facilidade em comunicar a língua gestual, porque ser CODA não implica por si só já automaticamente ser fluente na língua e ser intérprete. (...)” – E2 “(...) Nem sempre implica ter conhecimento fluente da língua. Eu tenho um aluno neste momento que é CODA, eu ainda não o conheci pessoalmente porque só peguei na turma este semestre mas já sei que ele não é fluente... (...)” – E2
Requisitos de acesso	“ (...) iniciamos todas no 126 depois passado o ano de preparatório passamos para o 151, se tivermos o CAP pronto e depois do 151, nós não passamos (...)” - E1 “ (...) porque os concursos nós sabemos que abrem ao final de agosto início de setembro, é preparar portfólios é uma serie de burocracias que tem que estar prontas, e ao fim ao cabo é um mês que temos que gozar de férias (...)” – E1 “(...) Todos os anos a concorrer ao mesmo nível dos outros colegas que acabam o curso portanto, OK a única coisa que eu tenho, a única vantagem é que tenho os anos de experiência e quando vou as entrevistas só pelos anos de experiência eu tenho os pontos tirando isso não tenho mais vantagem nenhuma porque continuo a concorrer (...)” – E2 “(...) se esta EREBAS encerrar se calhar eu para entrar noutra EREBAS não vai ser tao fácil porque não, eu posso ter muitos anos de experiência

	mas não estive noutras EREBAS e em termos de concurso é valorizado a experiência que a pessoa tem dentro da mesma escola (...)” – E2 “(...) mas nos 20 anos que eu tenho de escola, quase 21 se calhar só por si só não me dão garantia de entrar noutra EREBAS... (...)” – E2 “(...)Vão valorizar mas só por si não é o suficiente, porque como eu não estive nessas outras EREBAS, não tenho pontuação nesse critério, depois é jogado com as entrevistas, as entrevistas são enfim, não são iguais em todos os locais, os critérios das entrevistas podem ser diferentes de escola para escola e depois são esses critérios que podem fazer a diferença na seleção... (...)” – E2 “(...)as entrevistas são sempre com uma base portanto numa análise do nosso portefólio e são sempre com base para já na nossa experiência profissional, no trabalho que temos desenvolvido ao longo dos anos no caso, no conhecimento que temos da comunidade a qual trabalhamos, a comunidade envolvente e com, especificamente com o tipo de alunos, de população surda que atendemos (...)” – E2 “(...)O portefólio nós relatamos além do nosso currículo, o currículo normal [hum] é o, a compilação de toda a nossa experiência profissional, no fundo é tudo aquilo que nós conseguimos testar em termos de certificação, em termos de formação das diferentes áreas de experiência (...)” – E2 “(...) eu tenho um primo que foi, aliás estes dois meus primos são os dois CODA, são dois irmãos, os dois tiveram no curso logo quando o curso abriu de tradução na ESE e no entanto eles não se identificaram com a profissão e acabaram por mudar de área. Não são intérpretes, nem um nem outro... (...)” – E2 “(...) Acaba por ser tardio, muitas vezes ficamos colocados depois das aulas começarem (...)” – E3 “(...) Nos concursos, antes do modelo atual de concursos era parecido porque nós temos que fazer um, temos que concorrer a cada escola individualmente e a cada vaga individualmente mas era mais fácil entre aspas porque não tínhamos que passar pela entrevista nem por enviar documentos diferentes para escolas diferentes, zonas diferentes cidades do país, pronto concorriámos a escola aquela vaga pronto era exatamente a mesma coisa, muito trabalhoso mas era só responder às perguntas que apareciam na plataforma do concurso, agora é mais complicado (...)” – E5 “(....) preencher um formulário na mesma plataforma ou identidade parecida da plataforma que existe hoje mas... que nos perguntava, tinha uma serie de perguntas sobre nós mas era por exemplo: “Tem licenciatura em?” Nós respondíamos que sim, tem não sei o quê? Não pronto. As perguntas eram todas feitas ali, o que interessava aquela escola saber, havia ali depois para outras escola havia outras perguntas mas eu não tinha que me deslocar a escola nenhuma, não tinha que enviar nada para lado nenhum.(...)” – E5 “(...) tenho que concorrer a cada vaga, tenho que dizer quanto tempo tenho de serviço, também é outra coisa que não está muito uniformizado entre os intérpretes e entre as escolas a contagem de tempo de serviço... (...)” – E5
--	--

	“ (...) faz sentido que quem tenha mais experiência se calhar tenha outras regalias. Mas, era escusado abrir concursos todos os anos para vagas que já estão preenchidas <i>a priori</i>. (...)” – E6 “ (...)Para ajudar, é assim todos os caminhos servem para ajudar para construção profissional para um futuro, para uma carreira não é. Digo simplesmente que não é porque é algo muito provisório, era o apoio, era a linha de apoio aos clientes é algo muito provisório, não tem carreira, não há estatuto, não há regalias quer dizer, é muito básico para que as pessoas realmente estão à espera quando terminam o curso e investem numa carreira que estão a espera de algo melhor e aquilo simplesmente é algo que apesar de ajudar de certa forma podia ser também feito de outra forma, de outra maneira [hum] mas sim ainda bem que existe claro mas não é uma carreira que escolheria se quando fiz, fiz o curso. Apenas candidatei-me porque como sabes no início queremos é ganhar experiência. (...)” – E7 “(...) É assim eu acho que nós já estamos muito melhor do que há uns anos atrás, cada vez mais está a haver mais visibilidade e o nosso trabalho está a ser reconhecido contudo vai muito devagarinho é verdade mas tem ido e estamos a ter o nosso reconhecimento apesar de que muito ainda devagarinho (...)” – E12 “ (...) Para já termos a nossa carreira reconhecida porque nós entrámos numa escola, falando agora no exemplo da escola, entrámos e estagnamos para o resto da vida até aos dias de hoje tem sido assim é aquele rendimento, aquele escalão e não há mais nenhum e tu estagnas eu acho que era importante haver à semelhança de que há como os outros técnicos ou os professores (...)” – E12 “ (...) nós somos técnicos especializados na área dos técnicos especializados há os técnicos de 1ª, 2ª e 3ª por exemplo e entrámos com técnicos de 3ª e subimos até técnicos de 1ª ou técnicos especializados não é a seguir da 1ª deve ser os técnicos especializados e isso era importante porque impunha todos os intérpretes no mesmo patamar (...)” – E12 “ (...) as nossas colegas que estão na Assembleia da República elas têm, elas estão lá a contrato e estão na carreira de técnicas e ganham mais do que nós que estamos nas escolas por exemplo e era equiparar mais ou menos isto por mais ou menos todas as colegas a receber o mesmo e depois cada uma com as suas e formações experiência ia subindo eu acho que assim era mais justo (...)” – E12
Entender o papel das Associações profissionais como coesão de	“(...) Não, não sou. [Membro de uma Associação] (...)” - E1 “(...) Eu acho que sim, acho que até tem conseguido (...) tem conseguido fazer alguma coisa por nós, pela nossa profissão. (...)” – E1 “(...) Por acaso não sou sócia, mas devia ser, é um facto, reconheço [hum] não calhou, não...cá está fica longe e olha sinceramente, mas é uma vergonha também me sinto envergonhada por isso (...)” –E1 “(...) , nós queixamo-nos e ao fim ao cabo temos alguém que tenta fazer

grupo	alguma coisa por nós, e nós não...(…)” – E1 “(…)Não, mas também eu não me posso queixar, não tenho ajudado muito (...)” – E1 “(…) Mais ou menos... [Sobre os objetivos das Associações] – E1 “(…) Sou. Há um mês, coisa que andava a protelar há muito tempo porque tinha algumas dúvidas, tinha algumas reservas quanto aos objetivos e a natureza da própria da associação confesso (...)” – E2 “(…) Porque já houve outras tentativas, houve mas é assim, quando a associação foi criada de inicialmente eu percebi havia um determinado objetivo e acho que acaba por ter não cumprir na totalidade o objetivo que eu tinha idealizado inicialmente...(…)” – E2 “(…)Para mim o objetivo de uma associação é além de defender os interesses dos intérpretes neste caso, dos seus profissionais é promover condições para que o seu trabalho seja, decorra, que as condições de trabalho existam. Eu sei que não é fácil...(…)” – E2 “(…)associei-me agora com esse objetivo, com essa intenção de poder ajudar a contribuir para que a associação possa criar condições para verificar realmente se as condições de trabalho dos intérpretes estão a ser cumpridas (...)” – E2 “(…)Eu acho que a associação é fundamental, neste momento acho que sim, que está a trabalhar nesse sentido e agora senti que foi o momento ideal para fazer...(…)” – E2 “(…)Sim. Vamos ver como é que as coisas correm mas eu acho que sim, neste momento, agora parece-me que a associação está no sentido cruzado. (...)” – E2 “(…)minha adesão, porque a minha vida está muito centrada aqui, em termos profissionais, pessoais...Lisboa até Setúbal portanto é a minha área de influência, a minha área de trabalho e portanto obrigar-me a sair para fora com muita frequência é difícil, e a assembleias de associação normalmente são sempre em Leiria e portanto claro que irei faltar muitas vezes, porque não consigo ir com muita frequência a Leiria nem pensar, mesmo a minha vida pessoal não permite...(…)” – E2’ “(…)Não são sempre ao fim-de-semana. [Sobre as frequência das Assembleias da Associação] (...)” – E2 “(…) Existir, existe sim.[Sobre a existência de Associações] (...)” – E3 “(…) De modo geral sei mas não sou membro, mas não...nada...(…)” – E3 “(…) Sim, de duas pelo menos. Uma no Porto que não sei o nome, e a ANAPI que é a que está em Leiria, Coimbra uma coisa assim. (...)” – E4 “(…) É a ANAPI-LG, e é... (...)” – E5 “(…) Não tenho boa opinião sobre essa Associação [Sobre a ANAPI-LG] “(…) Porque eu já me inscrevi, eu já paguei cotas, já precisei de ajuda e como não tinha pago as cotas não me ajudaram a resolver um problema aqui na escola, na escola onde eu trabalho hoje e acho que isso é muito injusto e é muito mau da parte do caráter das pessoas que estavam na Associação naquela altura, acho eu ou do caráter da Associação não sei (...)” – E5 “(…) porque se os intérpretes se se diz que os intérpretes tem de se unir para fazer qualquer coisa, não é fundar uma Associação e os intérpretes
-------	--

	já estão unidos, se existe uma Associação é feito um pedido de ajuda a Associação não tem que de fazer mais nada do que ajudar, não responder para eu fazer uma carta, para eu fazer uma carta a expor o meu problema para entregar na direção da escola onde eu trabalhava então eu para isso eu tinha feito...(…)” – E5 “ (...)Eu acho que não eu agora não sei porque eu afastei-me disso, da Associação nunca mais paguei cotas porque acho então se calhar não vale a pena, se não me ajudam, se é uma Associação se nem eles fizeram um esforço para me ajudar, não sou eu que vou fazer um esforço para pagar cotas para depois não ser ajudada e acho que a Associação além de ajudar a resolver problemas e de dar formação (...)” – E5 “ (...) Acho que a Associação para além de resolver os problemas dos intérpretes... (...)” – E5 “ (...) quando a Associação de Intérpretes recebe pedidos para tradução de vários sítios diferentes porque, as instituições não estão preparadas e não sabem onde é que tem que pedir intérprete, onde é que vão arranjar intérpretes então vão a internet e encontram as Associações de Intérpretes e entretanto pedem serviços de tradução, pedem orçamentos e pedem serviço de tradução de intérprete (...)” – E5 “ (...) já fui sócia de uma Associação nunca recebi um convite por parte da Associação para trabalhar seja no que for e isto é outra coisa que acho muito mal, que eu não concordo porque acho que se é uma Associação e se os trabalhos são todos enviados para lá, os pedidos são feitos lá havia de haver uma divisão de trabalho para todos os intérpretes poderem trabalhar à parte dos seus trabalhos, de fazer outro tipo de serviços (...)” – E5 “ (...) Não faço a ideia porque eu nunca recebi a, nunca ninguém me perguntou: “Olha queres vir fazer este serviço a este sítio?” [Sobre haver uma lista com os nomes dos intérpretes] – E5 “ (...) ANAPI e ATILGP, no Porto. (...)” – E6 “ (...) eu não conheço muito bem o funcionamento nem de uma nem de outra mas conheço melhor a da ATILGP porque já estive a traduzir algumas coisas para lá é assim apoiam as intérpretes na medida do possível, tem uma gestão interessante, as intérpretes são avaliadas por diferentes áreas, por exemplo eu posso ser uma intérprete muito boa a traduzir historias para crianças, muito expressiva porque nem toda a gente tem a expressividade de traduzir uma historia para criança por exemplo, e outra intérprete não ser nada boa nisso mas ser muito a boa a traduzir em contexto formal, uma ida ao tribunal por exemplo. (...)” – E6 “ (...) ATILGP eles fazem isso, fazem avaliações das intérpretes para os diferentes contextos e dependendo dos serviços que são pedidos a ATILGP, tem uma lista com as intérpretes e vão seguindo uma a uma e se uma não puder passa a seguinte mas as intérpretes associadas vão
--	--

	trabalhar para a ATIGLP. (...)” – E6 “ (...) Eu não sei porque sinceramente e sendo honesta se estão a fazer um bom trabalho, se realmente tem relevância que deveriam ter, porque deviam realmente ter, ainda bem que existe uma Associação Profissional de Intérpretes. (...)” – E7 “ (...) Eu não sei realmente o trabalho que eles estão a fazer é o trabalho correto, e se estão a lutar pelos direitos dos intérpretes. Ainda bem que existe mas eu estando fora da comunidade, neste momento estando fora da comunidade não tenho noção realmente do trabalho que elas estão a fazer mas é importante que exista, neste momento não sei que tipo de trabalho que elas fazem. (...)” – E7 “ (...) realmente é a única Associação que agora temos na nossa área aqui mais próximo, temos no Porto, mas a única que temos mais próxima é mesmo a ANAPI então é fundamental e é uma Associação que representa e que defende os nossos direitos, eu acho que sim, devemos ter e é importante ter alguém que nos represente. (...)” – E12 “ (...) Temos a ANAPI e a Associação lá em cima do Porto...ATILGP. (...)” – E12 “ (...) Eu também sei eu sei que eles, no Porto eu não conheço muito a realidade do trabalho que eles estão a desenvolver lá em cima agora a nível do que é feito pela ANAPI apesar de eu não ser sócia tenho colegas de profissão que são sócias e que me tem dito que sim, que eles tem trabalhado (...)” – E12 “ (...) tenho visto na Assembleia da República, tem estado na Assembleia da República sempre a defender os nossos direitos e a representar-nos, agora também sei que as coisas não são, não se conquistam de um dia para o outro, tudo leva o seu tempo mas sei que não estão de braços parados, de braços cruzados e tem estado a trabalhar para uma melhor futuro já que as coisas levam o seu tempo, a gente também já sabe como é que é. Portugal é devagar, devagarinho mas pronto estão a trabalhar para isso. (...)” – E12
Analisar a perspectiva dos profissionais sobre o futuro da profissão	“ (...) É preciso tanta coisa, que a gente não tem olha precisamos de ter, sei lá o principal eramos ter trabalho o ano inteiro com recondução, com quadros (...)” - E1 “ (...) Não há perspectivas de melhorar. (...)” – E1 “ (...) Neste momento, não temos perspectivas nenhuma. (...) Ainda houve uma altura que se falou nas reconduções que poderia eventualmente mas também não temos essa abertura por parte da, do ministério portanto... (...)” – E1 “ (...) em termos de sociedade é um grupo que não tem visibilidade suficiente para conseguir lutar por alguma coisa, ou vamos a reboque dos docentes de LGP que eventualmente vão conseguir alguma coisa para breve (...)” – E1 “ (...) Olha eu tenho esperanças que piorar não piore mal por mal que se mantenha... olha que nós não passemos para recibos verdes novamente como era há uns anos atrás, é que o eu espero e que nos continuem a pagar o que nós temos recebido até agora e que os concursos sejam cada

	vez mais cedo, é o que nós pedimos sempre, já que não podemos exigir mais... (...)” – E1 “(....) Eu gostava que mudasse, têm se ouvido aí uns comentários que os docentes, possivelmente as coisas estão a ser encaminhadas para que sejam contratados, já fazendo parte de um quadro, eu tinha esperança (...)” – E2 “(...) uma pequenina esperança que por arrasto os outros técnicos, neste caso os intérpretes também possam aproveitar ali uma <i>brechazinha</i> e está a ser feito trabalho nesse sentido (...)” – E2 “(...) acho que depois de 20 anos a trabalhar numa escola às vezes tenho aquela sensação que as coisas nunca mais vão mudar, vão ficar sempre assim, eu gostava que não (...)” – E2 “(...) mas se houvesse outra parte, há enquadramento legal, há um código de recrutamento, fazermos parte do quadro, há outras condições de trabalho e as pessoas são já vistas como profissionais... E havendo algo mais definido acho que só traz benefícios, tenho ainda muitas reservas nesse sentido, tenho ainda muitas reservas. (...)” – E2 “(...) Gostava que fosse um bocadinho diferente em relação a profissão em termos de nos valorizarem um bocadinho mais e de terem mais conhecimento do que é o nosso trabalho e daquilo que fazemos (...)” – E3 “(...) Gostava que não fosse esta precaridade, que é tudo muito curto a pessoa depois de demonstrar muito do seu trabalho, falando nos intérpretes mais velhos que já são bastante conhecidos ano após ano tem sempre de mostrar o que valem... (...)” – E3 “(...) Bom terá tendência a melhorar mas será uma melhoria muito significativa mas acredito que] melhoria tem acontecido, tem acontecido melhorias a pouco e pouco já houve uma alteração por exemplo nos ordenados, em relação as horas, ao tempo de serviço têm piorado (...)” – E4 “(...) fazemos muitas horas a traduzir em escola, muitas horas eu acho que isso tem sido um regredir na nossa carreira mas isso não sei se o problema é da escola, se o problema é do governo pronto era uma coisa que tinha que ser melhorado porque a nossa profissão é muito exigente a nível físico e a nível psicológico porque é um desgaste brutal ter que se estar a pensar em duas línguas ao mesmo tempo (...)” – E4 “(...) Também em relação aos concursos, gostava que isso melhorasse um bocadinho, isso então não houve nenhuma melhoria. Acho que até houve, foi pior porque na altura quando eu comecei a concorrer havia como se fosse uma lista de graduação em que as pessoas concorriam as escolas, quem estivesse no topo da lista ou seja com mais tempo de serviço (...)” – E4 “(...) Bom terá tendência a melhorar mas será uma melhoria muito significativa (...)” – E4 “(...) tem acontecido melhorias a pouco e pouco já houve uma alteração por exemplo nos ordenados, em relação as horas, ao tempo de serviço têm piorado (...)” – E4 “(...) já fiz menos tempo do que faço agora, fazemos muitas horas a traduzir em escola, muitas horas eu acho que isso tem sido um regredir na nossa carreira mas isso não sei se o problema é da escola, se o
--	--

	problema é do governo pronto era uma coisa que tinha que ser melhorado porque a nossa profissão é muito exigente a nível físico e a nível psicológico (...)” – E4 “ (...) Também em relação aos concursos, gostava que isso melhorasse um bocadinho, isso então não houve nenhuma melhoria. Acho que até houve, foi pior porque na altura quando eu comecei a concorrer havia como se fosse uma lista de graduação em que as pessoas concorriam as escolas, quem estivesse no topo da lista ou seja com mais tempo de serviço (...)” – E4 “ (...) Eu acho que a nossa profissão anda ao sabor do vento das decisões do governo, de 4 anos é um governo com o partido e depois daqui a 4 anos é outra vez e nós sentimos que de 4 em 4 anos quando há eleições há mais vagas e há mais condições (...)” – E5 “ (...) também aquele boato, não é boato mas aquilo que se costuma dizer é que vai haver cada vez menos surdos e que a nossa profissão provavelmente até vai ficar, vai-se extinguir daqui a uns anos, porque daqui alguns anos vai deixar de haver surdos, vai deixar de haver necessidade de haver intérprete, mas aquilo que eu espero mesmo havendo menos surdos acho que havia de ter tendência para melhorar mas é preciso que os intérpretes se unam com o mesmo objetivo, não é (...)” – E5 “ (...) Espero que mudem a forma como os concursos são feitos que se dê mais valor a intérprete, à falta que faz logo no início do ano letivo, à falta que faz noutros contextos, segurança social, finanças, tribunal, hospitais tudo, pelo menos serviços públicos deviam garantir a presença de um intérprete sempre. (...)” – E6 “ (...) Melhora se o sistema de ensino, melhorar também e neste caso os sistema de ensino não é só para os surdos mas mesmo para os alunos ouvintes está num processo muito complicado em que neste momento avaliam mais, neste sentido avaliam a memória dos alunos em vez dos conhecimentos que os alunos tiram. [Sobre o futuro da profissão] (...)” – E7 “ (...) muitas das vezes o que acontece é, sim tudo bem, tem que saber aquela matéria mas depois há pouco tempo, se for preciso, não sabem o que é que estudaram e para o sistema de ensino, para a profissão de intérpretes mudar também, o sistema de ensino tem que mudar, e saber que se tem que dar um apoio mais [hum] mais aprofundado aos alunos. Não é apenas traduzir, o que está a ser dado nas aulas mas também saber que o intérprete às vezes pode fazer mais que traduzir eu sei que não é essa a função (...)” – E7 “ (...) Poderá melhorar se a sociedade melhorar, lá está é como tudo, a sociedade melhorar, perceber que tem cidadãos surdos, que precisam de outros apoios ai sim os intérpretes poderão ter mais hipóteses de carreira enquanto não mudar continuará a ser em escolas, em associações e já existir em <i>call center</i> já é muito bom, foi o que eu disse é muito bom que exista, não que se faça futuro de carreira nisso, mas é bom que continue a alargar, e se alargar que tenha pelo menos condições profissionais. (...)” – E7 “ (...) O dia-a-dia de lá, das Associações é trabalho voluntário, muito
--	---

	empenho muitas reuniões, depende as Associações têm momentos em que começam a ter pouca atividade, talvez por indisponibilidade que fazem parte dessa Associação, porque é uma atividade que é desenvolvida nos tempos livres, que os intérpretes têm, é uma atividade não remunerada (...)” – E8 “ (...) atividade associativa mas que é muito importante eu acho que se cria dentro das pessoas que acreditam no associativismo, nos intérpretes de língua gestual, cria-se esta noção de que temos que lutar para melhores condições de trabalho, por uma legislação que seja adequada e que defenda os interesses dos intérpretes de língua gestual, por uma união de trabalho dos intérpretes, uma partilha de experiências e tudo isso era importante. (...)” – E8 “ (...) neste momento eu conheço melhor é o trabalho da ANAPI-LG que faço parte dos órgãos sociais, eu sou presidente da mesa da Assembleia e a ANAPI neste momento está envolidíssima em diferentes projetos de debate a nível político como a nível de nova regulamentação da lei 89/99 que foi a primeira lei que criou a profissão (...)” – E8 “ (...) Eu tenho esperanças que sim, gostava que sim que houvesse melhorias... (...)” – E12 “ (...)Eu sei que também estão a trabalhar para tentar criar a nível da saúde o mesmo que estão a ser feitos a nível do Ministério da Justiça, criarem protocolos para terem, alias isso já é debatido e trabalhado e está ser feito muito trabalho junto do Ministério da Saúde só que não é tão fácil implementar um protocolo destes, e um sistema destes a nível de saúde (...)” – E12 “ (...) a nível de Ministério da Justiça as coisas são programadas atempadamente então atempadamente podem solicitar a presença de um intérprete de língua gestual para um determinado dia e hora a nível de saúde é possível sim mas só nas consultas, nas urgências isso não é possível (...)” – E12 “ (...) única solução que vejo aqui mesmo é ter um intérprete a tempo inteiro no Hospital e que pode desempenhando, fazer serviço administrativo não é enquanto não tiver, enquanto não estiver a traduzir. (...)” – E12 “ (...) Eu gostava, alias eu não sei se vai... eu gostava que melhorasse, epá acredito que sim devagarinho eu acho que sim, vamos alargar a área da saúde também, a nível de televisão já temos muito mais horas de tradução que tínhamos há uns anos atrás por isso eu acho que aos poucos e poucos vai lá, vai melhorar. (...)” – E12 “ (...) A nível de, isto para melhorar e dar o melhor serviço a pessoa Surda pronto, depois a nível das nossas condições de trabalho aí é que eu não sei, se vai melhorar ou não (...)” – E12 “ (...) não sei se vais ser melhor ou pior, olha não tenho ainda uma
--	---

	opinião formada sobre isso, não faço a mínima ideia do que é que irá acontecer mas eu acho que serviço prestado a Comunidade Surda eu acho que está a melhorar e a perspectiva é de melhorar cada vez mais. (...)” – E12
--	---

Apêndice IV

Análise de conteúdo – Entrevistas aos membros das Associações

Categorias	Discursos
Conhecer os motivos da criação da Associação	“(…)Esta Associação surgiu, surgiu em 2007, por um grupo de 4 intérpretes (...)” – E9 “ (...) Esta Associação surgiu da inquietude de alguns intérpretes, ou seja, eram intérpretes que não se viam representados no associativismo profissional e começaram aqui a movimentar-se.(...)” – E10 “ (...) Formalmente a Associação surge com onze sócios, por onze membros fundadores e por questões legais não por mais nada específico (...)” – E10 “(…) surge no dia 5 de Julho de 2011 com sede em Leiria e então a partir daí estas pessoas, foi formada uma lista, os corpos sociais foram a votações e é a partir daí que se desenrola toda a atividade da Associação até aos dias de hoje.(...)” – E10 “(…) Ela surgiu em 2011 porque nós sentimos a necessidade de ver representada a defesa da profissão do intérprete [hum] porque a Associação que estava atualmente era mais antiga e foi referido isso hoje [Encontro de Intérpretes de língua gestual, realizado a 27 de Maio de 2017 na ESE de Setúbal] que era ATI (...)” – E11
Identificar os objetivos da Associação	“ (...) sentiram a necessidade de se verem representadas uma vez que a Associação de Intérpretes de Língua Gestual Portuguesa que existia, até aquele momento tinha acabado de exercer as suas funções no mercado, e então nós decidimos que precisamos de uma Associação para representar esta classe. (...)” – E9 “ (...) objetivo de dar resposta, às dúvidas, às necessidades dos intérpretes e também dignificar, valorizar e lutar pela profissão para melhorar o que tínhamos até aquele momento, em 2007. (...)” – E9 “ (...) um dos nossos objetivos e voltando um pouco atrás, um dos nossos objetivos é interpretar, é fazer interpretações, é prestar serviços à Comunidade, a quem nos pede serviços de interpretação (...)” – E9 “ (...) Nós essencialmente queremos defender e dignificar a profissão do intérprete de língua gestual ou seja, termos em atenção este profissional não só enquanto membro de uma equipa mas no seu todo, ter em atenção as suas condições de trabalho, e condições de trabalho coloca-se as horas de trabalho, a sua saúde, tanto o que se possa imaginar numa profissão termos em atenção tudo isso e isso é um grande foco da Associação e respeitar a profissão, divulgar a profissão do intérprete de língua gestual. (...)” – E10 “ (...) os objetivos não eram coincidentes com que aquilo que nós queríamos. Este grupo de pessoas percebeu que tínhamos que defender a profissão e que tínhamos de fazê-lo em grande número, daí que escolhemos o dia 5 de Julho propositadamente porque é o dia da lei 89/99 e porquê exatamente para poder defender a profissão do intérprete de língua gestual e dignificar a profissão, dar a conhecer o que é a profissão do intérprete. (...)” – E11 “ (...) dignificar a profissão, dar a conhecer o que é a figura do intérprete de

	língua gestual depois não só mas muito importante que nós desde o primeiro momento percebemos que a lei 89/99 é uma lei antiga e tem que ser regulamentada não foi, e portanto estávamos em 2011 e ela já tinha passado muito tempo e ela não tinha sido regulamentada (...)” – E11 “(...) atualizar o Código de Ética porque exatamente ele foi feito também em 1991 e não tinha tido nenhuma atualização (...)” – E11
Número Total de Associados	“(...) Neste momento são 54. (...)” – E9 “(...) continuamos a ser a Associação com mais representatividade ou seja, com mais sócios a nível nacional. Nós andamos por volta dos 70 sócios. (...) – E10 “(...) então atualmente em 2017, em Maio temos 78 sócios (...)” – E11
Desafios do Associativismo	“(...) na área da interpretação, no sentido de...dos serviços, da divulgação. Sim, da divulgação, da sensibilização não é querer chamar de sensibilização mas passa um bocadinho por aí. (...)” – E9 “(...) quando nos contatam para diversos serviços, ainda não sabem muito bem o que é que nós fazemos, o que é que a Associação presta, o que é que é um intérprete, às vezes acho que é isso...(...)” – E9 “(...) nós até nem temos grandes dificuldades, nós não consideramos, eu acho que são desafios em vez de dificuldades. (...)” – E9 “(...) O desafio é lutar pela classe e que todos consigam estar unidos, e associados para valorizar a classe. Sim porque nós consideramos que a união é o mais importante, portanto enquanto Associação queremos que os nossos associados estejam unidos para que consigamos lutar pelo mesmo objetivo é esse o principal. (...)” – E9 “(...) o desafio é também mostrar a sociedade o que é que fazemos... (...)” – E9 “(...)A importância do intérprete, exatamente a importância do intérprete, nós mostramos isto em diversos momentos, e tentamos sempre mostrar quando estamos presentes em eventos, em congressos também, como aconteceu no ano passado em que nos convidaram para estar presentes e falar um bocadinho do papel da Associação, da profissão de intérprete e aquilo que nós também fazemos e a defesa para o intérprete (...)” – E9 “(...) As dificuldades do movimento associativo são exatamente o pouco envolvimento das pessoas (...)” – E10 “(...) todo o movimento associativo tem vindo a ter cada vez menos adesão, ou seja, as pessoas envolvem-se cada vez menos e essa é a nossa grande dificuldade é as pessoas se envolverem porque o movimento associativo faz com que as pessoas invistam muito do seu tempo (...)” – E10 “(...) não se juntam à luta e não fazem nada para que as coisas mudem e essa é a nossa grande dificuldade.(...)” – E10 “(...) As pessoas não se envolverem mais e também muitas vezes sensibilizar quem está no poder, as pessoas tem alguma dificuldade em consultar as associações e essas tem sido assim essas duas dificuldades mas temos conseguido chegar lá aos poucos. (...)” – E10

	“ (...) Nós não somos uma Associação de Leiria, nós somos uma Associação de âmbito nacional, nós temos sócios de todo o país, de Norte a Sul e não nos consideramos uma Associação de Leiria.(...)” – E10 “ (...) somos uma Associação de âmbito nacional, representamos uma Associação e neste caso tem sido eu e mais a direção mas recorremos frequentemente aos corpos sociais, porque também temos corpos sociais de diferentes pontos do país o que revela que não somos uma Associação de Leiria nem da zona Centro, somos uma Associação Nacional e fazemos nos representar de Norte a Sul (...)” – E10 “ (...) a questão de existirem duas Associações temos, cada um tem os seus objetivos, os seus estatutos e penso que aí é que a questão mais divergente. (...)” – E10
Determinar os elementos fundadores da Associação	“ (...) São mais três intérpretes que também exercem, duas delas exercem funções em contexto educativo e uma é intérprete mas não está neste momento a exercer funções ou nunca exerceu funções no contexto educativo (...)” – E9 “ (...) eramos 4 pessoas a trabalhar em diferentes contextos mas todas elas ligadas a área do intérprete e que tinham a necessidade de ver colmatadas algumas questões relacionadas com cada contexto que estávamos inseridas, sempre ligado ao intérprete de língua gestual portuguesa. (...)” – E9 “ (...) Estes onze sócios que te falei há bocadinho, são onze intérpretes de língua gestual portuguesa dos diferentes contextos (...)” – E10 “ (... um grupo de onze pessoas, estas onze pessoas fundaram a Associação e nós escolhemos o número 11 porque na altura tinha um “porquê” que eu agora gostava de...era uma questão legal, era uma questão legal, mas eu não me recordo, queria dizer mas infelizmente não me recordo (...)” – E11
Caraterizar as principais atividades	“ (...) paralelo a isso também as formações, ações de sensibilização, sim nós temos aqui neste momento, nós fazemos então, vamos chamar-lhe “atividades” diversas, mas podemos começar por enumerar...(...)” – E9 “ (...) formações que damos a oportunidade aos nossos associados participar (...)” – E9 “ (...) Essencialmente a grande luta tem sido a regulamentação da profissão para que estas condições de acesso e estas condições de trabalho sejam tidas em conta e que não tenham que existir intérpretes a trabalhar 35 horas ativas como existe neste momento, ou seja, é neste caminho da regulamentação da profissão, da defesa da profissão que nós lutamos e focamos muito a nossa atividade nesse sentido (...)” – E10 “ (...) Também na revisão do Código de Ética porque achamos que o existente criado pela AI que teve um papel importantíssimo para os intérpretes, ninguém duvida disso mas sentimos que estava um pouco desatualizado até porque a profissão foi, a lei de 89/99 e existe a necessidade de atualizar aquela informação e debruçar-nos também sobre isso e nós focamos muito nestas duas questões não, e neste momento nós temos vindo a fazer. (...)” – E10 “ (...) nós não temos especialização em diversas áreas e portanto temos vindo a dar formação ou a recorrer a pessoas que sabem mais do que nós para nos dar a formação em surdo-cegueira, em <i>minimal skills</i>, em saúde, em interpretação para voz (...)” – E11 “ (...) atividades de âmbito de formação ou seja é para sócios e para não

	sócios, internamente temos vindo o ano de 2016 então foi muito, muito importante porque nós mensalmente reunimo-nos para fazer, para debater questões da tal regulamentação da lei e do Código de Ética (...)” – E11 “ (...)”
Público-Alvo	“ (...) as nossas formações são dirigidas apenas a associados.(...)” – E9 “ (...) são dadas para os nossos associados, nós temos associados, não só associados do Porto, temos associados de vários pontos do país, e que mas as nossas formações são cá na nossa sede, que é esta. (...)” – E9 “ (...) são todos intérpretes de língua gestual, porque lá está como dissemos anteriormente, como um dos objetivos é prestar serviços de interpretação (...)” – E9 “ (...) Com quem e para quem, com os sócios para quem para os profissionais. (...)” – E11 “ (...) Infelizmente estes 78 não participam nas nossas reuniões, como nós gostaríamos, era tão bom que os 78 sócios tivessem, não é associados a estas reuniões e por vezes são sempre as mesmas caras. (...)” – E11
Requisitos de acesso	“ (...) uma média superior a 15 na disciplina de Tradução e Interpretação da Língua Portuguesa, caso contrário não possuem a média mas queiram realmente fazer os serviços de interpretação, nada os proíbe para tal, tem que fazer apenas uma prova de admissão (...)” – E9 “ (...) Temos uma lista de associados (...)” – E9
Protocolos e Parcerias	“ (...) tentamos sempre chegar a outros contextos, e não ser apenas o educativo porque consideramos todos os contextos serem fundamentais para a presença do intérprete. Nós tentamos também na área da saúde, essa é também uma das nossas lutas na área na saúde por exemplo, foi onde nós também temos vindo a...devagarinho, sim sempre devagarinho porque as respostas também não são imediatas (...)” – E9 “ (...) temos vindo a insistir e a contatar para que possamos realmente estabelecer parcerias e protocolos como falamos anteriormente, também nesse sentido de que não seja apenas no contexto educativo porque não é só esse contexto que é importante, são todos (...)” – E9 “ (...) estabelecer parcerias e protocolos com Associações, com entidades nacionais e internacionais, temos tido de forma informal uma parceria com a ASAE, com a Associação de Surdos da Alta Estremadura, temos tido colaboração sempre que é necessário com a AFOMOS, a Associação de Professores de Língua Gestual Portuguesa, apoiando e eles também apoiando, e a AFAS (...)” – E11 “ (...)alguma situação que seja chamado o intérprete no seio da família nós também podemos intervir, e depois com a EFSLI que é a Associação Europeia dos Intérpretes de Língua Gestual, é uma tradução muito rasca da ESFLI (...)” – E11
Áreas de Influência	“ (...) depois o contexto educativo. Obviamente é a maior fatia, isso é sempre a parte maior, mas que também temos muitos serviços na área da educação, principalmente para o Ensino Superior (...)” – E9 “ (...) aqui no Porto temos muitos serviços na área do Ensino Superior e é uma fatia grande dos nossos serviços (...)” – E9 “ (...)A nível do Ensino Superior, obviamente que prestamos este serviço, alguns são concursos públicos os quais ganhamos, porque é mesmo isso, existe um concurso público – E9

	“ (...) fator de crescimento a nível do posto de trabalho para os nossos associados, porque os trabalhos são efetivamente realizados pelos nossos associados, obviamente que tem disponibilidade para depois porque eu posso não conseguir assegurar meio horário, cerca de 8 horas por semana ali na Universidade vizinha (...)” – E9 “ (...)temos que junto dos nossos intérpretes ver quem está disponível realmente para assegurar aquele horário e sabe que tem que essa responsabilidade durante o período que é pedido, seja um ano letivo, seja um semestre (...)” – E9
Analisar a perspectiva de emprego dos profissionais de língua gestual portuguesa	“(...) aumentamos o nosso volume de serviços, o que permitiu nós prestarmos mais oportunidades de trabalho, ou de prestarem serviços extras aos nossos associados, nós crescemos mesmo muito a nível de serviços agora, nós estamos neste momento a fazer a lutar para que a classe a nível de condições de trabalho melhore, mesmo a nível das escolas que é o contexto...(...)” – E9 “ (...) eu acho que não há emprego que o intérprete saia e tenha e fique no desemprego. Só vai ficar no desemprego se quiser, porque as oportunidades são muitas se ele se fizer a vida, ou seja, se eu ficar em casa, se eu não vir os jornais todos os dias à procura de alguma coisa, se eu não for ter com a Comunidade Surda, se eu não me interessar, se eu não for à procura (...)” – E11 “ (...) porque o trabalho não é se calhar ali perto de casa, se calhar temos que ir para outros sítios e há tanta coisa para fazer, há muitas áreas científicas em que já tudo feito, biologia já está tudo feito, já está tudo estudado basicamente, LGP está tudo para fazer (...)” – E11 “ (...) é só ter ideias quem seja criativo consegue rapidamente colmatar qualquer falha ou qualquer preocupação no acesso a profissão, a profissão de intérprete já licenciado o que eu vejo no emprego...eu vejo sinceramente que às vezes as pessoas têm que procurar tem que ter iniciativa porque não vejo o emprego, uma profissão com risco de taxa de desemprego alta não, não vejo isso (...)” – E11